

A «política» os «políticos» e os «partidos»

Rejeitando generalizações e ver-se transformado em farinha do mesmo saco, o PCP assume por inteiro a sua condição de partido que faz política norteado por critérios de verdade e com o objectivo de colocar toda a sua força, saber e determinação na luta pela dignificação deste povo e o progresso deste país.



■ Jorge Cordeiro

Pág. 14

Projecto VIDA parte VI: A extinção?

O Relatório sobre a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, recentemente apresentado por uma Comissão independente, propõe ao Governo a extinção do Projecto Vida. Com esta Recomendação, fica definitivamente posta em causa a credibilidade da estrutura emblemática das políticas governamentais de combate à droga nos últimos 11 anos.

■ António Filipe

Pág. 15

Os desígnios insondáveis e outras conjecturas

Vão chegando as temperaturas frias à Europa: muitos graus abaixo de zero na França, na Suíça, na Alemanha, na Polónia...

■ Luciano C. da Rosa

Pág. 18

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Dezembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1305 • Director: José Casanova

Conferência da CGTP no Porto

ORGANIZAR PARA A LUTA

A 3.ª Conferência de Organização Sindical apontou os caminhos para uma mais eficaz intervenção em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, reafirmando que a unidade e a luta continuam a ser determinantes para fazer frente à ofensiva do patronato e do Governo.

Págs. 5 e 6



A luta não pára, nem mesmo quando se reflecte e se organiza. Enquanto no Porto se preparava a conferência da CGTP, em Lisboa os trabalhadores da Função Pública desciam à rua, no passado dia 25 de Novembro, em luta por melhores salários. Em França, mulheres dos cinco continentes participavam no 12.º Congresso da FDIM lutando pela igualdade e pela Paz.

Mulheres dos cinco continentes apelam no 12.º Congresso da FDIM MUNDIALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE

Centrais

DROGA

Um Programa
Nacional
para prevenir
e combater o
branqueamento
de capitais

Págs. 16 e 17



Realizou-se a III Conferência de Organização Sindical da CGTP-IN

RESUMO

25
Quarta-feira

Os trabalhadores portuários entram em greve ■ O primeiro-ministro inicia o «Governo em diálogo» nas Beiras ■ A conferência de líderes da Assembleia da República chumba uma proposta de viagem da Comissão de Saúde ■ Portugal retoma as negociações sobre Timor com a Indonésia, enquanto a ONU anuncia o envio de uma equipa de emissários para o terreno ■ Na Grã-Bretanha, os juizes da Câmara dos Lordes decidem retirar a imunidade diplomática ao antigo ditador chileno Augusto Pinochet ■ O Parlamento turco aprova uma moção de censura contra o Governo, acusado de abuso de poder e ligações com criminosos.

26
Quinta-feira

O PCP defende a redução das tarifas da electricidade em 15 por cento ■ Carlos Carvalhas desloca-se a uma conferência sobre a moeda única, no ISCAP, no Porto ■ O procurador-geral da República afirma à imprensa que os processos da Partex, UGT, facturas falsas e viagens de deputados não prescreveram e serão levados a julgamento ■ A empresa Ford Electrónica propõe a rescisão de contrato a uma centena de trabalhadores que sofrem de tendinite profissional ■ Discursando no Parlamento de Dublin, Tony Blair apela aos unionistas e nacionalistas irlandeses para fazerem um esforço de compreensão mútua ■ Em Santiago do Chile, registam-se incidentes entre partidários e opositores de Pinochet.

27
Sexta-feira

O Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga refere, no seu relatório anual, que a repressão policial continua a lutar contra os pequenos traficantes e consumidores ■ O primeiro-ministro António Guterres encontra-se, em Bona, com o chanceler alemão Gerhard Schröder ■ A Resistência timorense confirma o massacre de Alas e refere que o número de mortos atinge os 50 ■ Quatro soldados israelitas são mortos no sul do Líbano pelo Hezbollah ■ O primeiro-ministro italiano apela à criação de um tribunal internacional para julgar Abdullah Ocalan ■ Inicia-se a 20.ª Cimeira França-África, em Paris.

28
Sábado

Termina a Terceira Conferência de Organização Sindical da

CGTP-IN ■ O Observatório Permanente de Justiça Portuguesa revela que os processos prescritos duplicaram em 1997 ■ Dionísio de Sousa é destituído da presidência do parlamento açoriano ■ É anunciado um cessar-fogo imediato no conflito da República Democrática do Congo ■ Israel ataca zonas no sul do Líbano, onde suspeita existir bases do Hezbollah.

29
Domingo

Inicia-se a 15.ª Cimeira Luso-Espanhola, no Algarve ■ O primeiro-ministro israelita defende a realização de negociações para pôr fim ao conflito no sul do Líbano ■ O Iraque acusa o chefe de inspectores do desarmamento da ONU de «provocar uma nova crise» ao pedir documentos relativos à política de armamento do país ■ Fernando de la Rúa, da Unión Cívica Radical, é eleito candidato a presidente da República Argentina.

30
Segunda-feira

É assinalado o Dia Mundial da SIDA ■ Os trabalhadores portuários chegam a acordo com as administrações portuárias, pondo fim à greve de zelo que durou quatro dias ■ A Cimeira Luso-Espanhola termina com um acordo na gestão de águas ■ O Governo israelita desmente qualquer retirada do sul do Líbano ■ As autoridades saraus aceitam o plano de resolução do conflito do Sara Ocidental, elaborado pela ONU, enquanto Marrocos levanta reticências à realização de um referendo sobre a autodeterminação do território.

1
Terça-feira

Comemora-se o Dia da Independência ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, participa, em Óbidos, numa sessão comemorativa do 25.º aniversário de uma reunião clandestina, preparatória da Revolução dos Cravos ■ O Conselho Tarifário da EDP decide baixar os preços da electricidade, propondo uma redução de 10,4 por cento para os grandes consumidores e 6 por cento para os domésticos ■ Dezenas de intelectuais, artistas e jornalistas brasileiros subscrevem um abaixo-assinado de protesto contra a agressão indonésia a Timor-Leste ■ Cimeira franco-alemã, em Potsdam, termina com um apelo à admissão de novos membros na União Europeia, tão rápido quanto possível.

«O Governo em diálogo»

A

nda «o Governo em diálogo» país fora, segundo se diz para se inteirar da realidade nacional. Intento estranho este, vindo de um governo que, já com três anos de vida e cheio de vontade de os prolongar ao máximo, era suposto saber de cor e salteado tudo o que sobre a matéria há para saber. É claro que a aproximação das eleições há-de ter muito a ver com esta sede de «diálogo»

que se traduz em uma inauguração aqui, uma promessa de obra acolá, a confirmação da necessidade de obra acolí ... tudo isto regado, e bem regado, de bem organizados «banhos de multidão», de gestos e falas de seriedade cuidadosamente ensaiada, de palmas e de «vivas» à maneira, enfim, de todos os ingredientes e condimentos que compõem a postura governamental em tempo de caça ao voto.

Paralelamente a esta democrática-exibição de uso do poder, a esta popularíssima demonstração de capacidade de «descer ao Povo» - e complementando-as - as sondagens de opinião prosseguem o papel de pescadinhas de rabo-na-boca que lhes está destinado.

«O Governo em diálogo» é, assim, o lema da actual fase da campanha eleitoral do PS a partir do elenco governamental e, dada a acumulação de experiências e saberes existente nesta matéria, é de presumir que venha a assumir profícuos desenvolvimentos.

Assim sendo, e para assegurar que, ao contrário do que é hábito dizer-se, santos de casa fazem milagres, o Primeiro-Ministro começou por onde devia ter começado, ou seja, pela sua terra, ou, dizendo com mais rigor, pelo círculo eleitoral que o há-de eleger. Além disso, e tendo em vista os objectivos integrais da visita, e confirmando que não brinca em serviço, e sabendo que homem prevenido vale por dois, fez-se acompanhar pelo número dois da sua lista...

Tudo correu como estava previsto: o Primeiro-Ministro mostrou-se, simultaneamente, afável, simpático, generoso e modesto. «Beijou crianças e senhoras idosas», foi cumprimentado por pessoas que ele não conhece mas que o conheceram miúdo, «traquinas como não havia outro», e que garantem que ele era, então, «uma criança muito inteligente» - enfim, tão predestinado como em tempos nos foi dito que o era Cavaco Silva. Em paga, distribuiu sorrisos e apertos de mão ao ritmo a que o Pai Natal distribui as suas prendas, inaugurou obras, inaugurou a intenção de fazer obras e prometeu.

No rol do inaugurado e do prometido contam-se estradas, vias férreas, gases, electrificações... e a meticulosidade da operação eleitoralista foi ao ponto de providenciar para que, uns dias antes da chegada à Covilhã, ter sido anunciada a Faculdade de Ciências Médicas para aquela cidade.

É claro que o Primeiro-Ministro não andava em campanha eleitoral, longe dele tal ideia, e quem afirmar o contrário ou está cheio de más intenções ou não o ouviu em Manteigas, por exemplo, na cerimónia de apresentação do projecto de despoluição do Alto Zêzere - obra que se anuncia estar pronta lá para o ano 2001. Comentando, com o senti-

do de humor que o caracteriza, a acusação que o PSD lhe faz de andar a inaugurar, como se fossem suas, obras feitas pelo governo anterior, o Primeiro-Ministro observou que também ele não sabe se, daqui a três anos, terá a honra de inaugurar a obra ali acabada de anunciar... porque não sabe se nessa altura ainda ocupará o cargo actual dependente, como toda a gente sabe, dos resultados das próximas eleições legislativas... «Quem eu garanto que fará a inauguração são as duas bandas que estão a tocar lá fora» - rematou, de vertente popular inflamada e cheio de filarmónica confiança no futuro.

Enquanto isto, as sondagens de opinião prosseguem a sua científica missão eleitoral. Aliás, as sondagens são um instrumento eleitoral a tempo inteiro e permanente, tal como os órgãos de informação (estes através da inteligência analítica produzida por um determinado núcleo de comentadores políticos devidamente encartados e credenciados), com os quais formam uma parrelha imbatível.

O esquema utilizado é, mais ou menos, este: durante o tempo que julgarem necessário, esses comentadores políticos dizem ao povo o que o povo pensa; depois partem os sondageiros a ouvir o povo dizer-lhes o que pensam os comentadores políticos, e assim se fecha o ciclo da formação de opinião que se repete e repete e repete. Esta eficiente parrelha dispõe ainda de outras enormíssimas vantagens: por um lado, tem assegurada a ampla divulgação dos resultados do seu trabalho; por outro lado, para ela, todo o tempo é tempo de campanha eleitoral. Com efeito, mal

fecham as urnas e se apura o resultado de um escrutínio, já eles têm não só opinião apurada sobre os resultados do próximo como a respectiva sondagem pronta a divulgar (e divulgada) nessa mesma noite, para além de uma série de outras em carteira para as semanas, os meses, os anos seguintes. Depois trata-se apenas de irem anunciando os resultados, apresentados como factos consumados, nas primeiras páginas dos jornais e dos telejornais, e de perguntar a umas tantas personalidades o que pensam deles. Assim, por exemplo: «PS ganha maioria absoluta» (Diário de Notícias de 27.3.98). Ou: «PS sobe e alcança maioria absoluta» (DN de 27.11.98) - e, no dia seguinte, o inquérito: «Como explica a subida do PS nas sondagens?»...

Escreve Jacques Decornoy («Les sondages, reflet de l'opinion ou des médias?»): «Quando a informação se quer dar ares de científica, apoia-se no instrumento pretensamente matemático das sondagens de opinião», as quais «têm, pelo menos esta função: mostrar, para além da mitologia de que são portadoras, que o direito à informação continua por conquitar».

Está, então, mais uma operação eleitoral em marcha: «o Governo em diálogo» e as «sondagens de opinião», de braço dado, passeiam-se pelo País, invadem as casas e as mentes dos eleitores, empurram-nos para a urna certa...

E a resposta séria a esta lavagem de cérebros está no despertar nas memórias dos cidadãos outros semelhantes filmes que eles já viram; está, em resumo, no apelo ao seu bom senso e à sua inteligência.

Está, então, mais uma operação eleitoral em marcha: "o Governo em diálogo" e as "sondagens de opinião", de braço dado, passeiam-se pelo País, invadem as casas e as mentes dos eleitores, empurram-nos para a urna certa...

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Casa Roxa — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Razo
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para: Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O «trabalho» no poder

Sabemos, porque disso fomos informados aqui há tempos, que Belmiro de Azevedo é um autêntico mouro de trabalho. Para ele não há fins-de-semana, nem férias, nem outros tempos livres: o tempo todo da sua vida, exceptuando as poucas horas de sono a que se condena, é dedicado a trabalhar, a trabalhar, a trabalhar. Foi graças a essa vocação laboral que o patrão da Sonae logrou posicionar-se em 154.º lugar no ranking das maiores fortunas mundiais e há-de ser devido à quase generalizada calanzice planetária que o fosso entre ricos e pobres cresce todos os dias em Portugal e no Mundo e que, todos os anos, dezenas de milhões de pessoas morrem de fome e centenas de milhões vivem em condições sub-humanas. Ou seja: se todos esses milhões seguissem o nobre exemplo de trabalho e suor protagonizado por Belmiro também eles ocupariam lugares destacados no tal ranking e veríamos concretizado, na Terra, o Paraíso de abastanças e bem aventuranças que depois da morte nos está garantido, no Céu, se formos bem comportados.

Tomando Belmiro como referência exemplar, forçoso é concluir que as fortunas existentes por esse mundo fora estão na proporção directa do trabalho desenvolvido pelos seus possuidores. E se a isto somarmos esta outra realidade que é a de os detentores de tais fortunas serem, de facto, os donos do poder - cada um no seu país de origem e todos no Mundo - é caso para dizer que a palavra de ordem "o trabalho ao poder!" se encontra plenamente concretizada...

Ora, como quem tem o poder é quem manda, Belmiro e os seus colegas de ranking mandam. E como quem manda por ter poder fá-lo, em regra, de forma arrogante, autoritária e insolente eis-nos condenados às chibatadas constantes dos donos disto tudo em geral e de Belmiro em particular.

Estamos lembrados da arrogância insolente com que Belmiro tratou a Assembleia da República, aqui há uns meses, quando se tratava de averiguar presumíveis favorecimentos especiais concedidos pelo governo de Guterres no âmbito do processo de privatizações.

Lembramo-nos também de que na altura Belmiro se afirmou conhecedor de favorecimentos semelhantes praticados pelo governo de Cavaco Silva. Chamado a esclarecer a Comissão Parlamentar sobre o que disse que sabia, o patrão da Sonae recusou deslocar-se à Assembleia da República, alegando que, afinal, não sabia o que disse que sabia. E face à desfaçatez da Comissão em insistir na sua presença (chegando mesmo ao cúmulo, vejam bem!, de marcar o encontro para o dia 2 de Dezembro), Belmiro "volta a dar tampa aos deputados" alegando outros compromissos já assumidos para esse dia. No entanto, num gesto de boa vontade à sua maneira, propôs que a reunião - que não passa de uma "formalidade inútil" visto que ele não sabe nada sobre o que disse saber tudo - se fizesse no dia seguinte de manhã cedo... porque é seu hábito começar a trabalhar "às oito da manhã" e porque tem de regressar "ao Porto no avião das 11 horas".

Eis o poder do "trabalho" no poder: eis o poder a marcar a hora para aos quesitos dizer nada.

■ José Casanova

Preço europeu

A comunicação adoptada na semana passada pela Comissão Europeia a respeito do mercado único dos produtos farmacêuticos constitui uma matéria que, pelos seus impactos sociais e económicos, necessita de ser acompanhada com a máxima atenção.

Sobre a indústria farmacêutica europeia importa referir que ela representa cerca de 40% da produção mundial e uma facturação anual de cerca de 18 mil milhões de contos. E que um reduzido número de multinacionais, entre as quais se encontram algumas das empresas mais lucrativas do mundo, dividem entre si e controlam o grosso deste negócio.

Culminando os porfiados esforços que o comissário europeu sr. Bangemann tem vindo a desenvolver nos últimos anos - recorde-se a realização de "mesas-redondas" em Dezembro de 1996 e de 1997 entre os Estados membros da União Europeia e os representantes da própria indústria e o anúncio de uma terceira "mesa-redonda" para o próximo dia 7 de Dezembro em Paris - o passo que a Comissão Europeia veio agora dar com a sua comunicação significa que a tentativa de imposição de uma convergência dos preços dos produtos farmacêuticos no mercado único entrou na ordem do dia.

O documento da Comissão Europeia reconhece que "é inegável que a estratégia (de controlo dos preços) aplicada até agora permitiu à União Europeia assegurar à sua população um nível de protecção elevado, tanto no plano social como no da saúde". Mas logo de seguida assume abertamente os interesses das multinacionais ao afirmar que "é pouco provável que o facto de deixar agora a situação *evoluir livremente* (sic!) seja suficiente para restabelecer a competitividade

do sector farmacêutico europeu no plano mundial". E não deixar a situação evoluir "livremente" significa, numa primeira fase, em distinguir os diferentes segmentos do "mercado" e em começar pelos "sectores propícios à convergência de preços", como o dos produtos farmacêuticos de "venda livre" ou o dos genéricos...

É evidente que quando as multinacionais falam no "mercado único dos produtos farmacêuticos" e na "convergência dos preços", o que elas têm em vista não é alinharem os preços praticados nos diversos países pelo nível mais baixo, mas sim imporem os valores mais elevados. É para a concretização desse propósito que necessitam aliás de desarticular os sistemas públicos de controlo dos preços dos medicamentos existentes na maioria dos países europeus.

Sem dificuldade se poderá imaginar, por exemplo, o impacto desta orientação num país como Portugal, onde os preços dos medicamentos se situam cerca de 30 pontos abaixo da média dos países da União Europeia (apesar de, mesmo assim, serem lucrativos para a indústria...).

Não é significativo que a Comissão Europeia "ignore" que as diferenças sensíveis dos preços dos medicamentos nos diferentes países resultam fundamentalmente dos diferentes padrões de vida neles existentes? E que mande às malvas o "princípio da subsidiariedade" quando se trata de promover os interesses das multinacionais?

■ Edgar Correia

TERCEIRA VIA de Blair

O livro de Tony Blair acerca da Terceira Via está na "berra". E naturalmente li-o com todo o interesse, que foi sendo inversamente proporcional ao avanço na leitura. Na verdade, chega-se ao fim do livro e fica-se com a sensação de um enorme vazio. Direi que a sensação é a de se estar a ler páginas de um homem que faz de conta que enfrenta o mundo actual, fala de alguns problemas, mas no fundo quer que tudo fique mais ou menos como está.

Que é para Tony Blair a Terceira Via? Uma série de lugares-comuns do género... "uma social-democracia modernizada, apaixonada no seu compromisso com a justiça social... mas flexível, inovadora, com visão de futuro... com democracia, liberdade, justiça, compromisso mútuo e internacionalismo... para transcender a velha esquerda". "... não é uma intenção de assinalar as diferenças entre a direita e a esquerda...". Ocupa-se dos valores tradicionais de um mundo que mudou... constitui uma terceira opção dentro da própria esquerda...".

Com ideias e formulações como estas até os liberais mais liberais as podiam assinar de olhos fechados. Na verdade, conceitos como justiça, liberdade, democracia, compromisso, naturalmente valem muito e não valem nada. Valem muito se têm por baixo outros elementos que os integram, como sejam os elementos socio-económicos onde assentam.

Quando se fala de democracia fala-se de um valor em si mesmo, mas esse valor pode ter por base muitos outros. A democracia, no final deste século, deve ter conteúdo social, económico, cultural e político. Não se opõe à democracia representativa, mas o seu aprofundamento deve dar aos cidadãos a possibilidade de a exercerem naqueles níveis. Sobre esta matéria, Blair não diz palavra. Um tanto preocupações, bem menores que as de um qualquer dirigente de uma associação de beneficência.

Blair defende que "os mecanismos do mercado são essenciais para cumprir os seus desígnios políticos" e que "o zelo empresarial promove a justiça social"... e "as novas tecnologias representam uma nova oportunidade". Que dizer deste maravilhoso mundo de fadas? Na verdade, são os mecanismos de mercados, tal como existem, responsáveis pela crise brutal que vive a Humanidade e o Planeta. É a crise provocada pelo sistema capitalista incapaz de resolver os mais simples problemas humanos como sejam o da nutrição e o da saúde, problemas que não existem para a Terceira Via.

Blair está feliz com o mundo actual. Defende-o habilidosamente e receita algumas aspirinas para aliviar tensões em sectores que sofrem de doença aguda. Quanto ao resto é a favor do mercado único, da moeda única, da supranacionalidade, do emprego precário, da flexibilidade, da globalização, do alargamento da NATO, das forças rápidas de intervenção, da UEO, dos subsídios ao sector privado, das privatizações e de todo o rol de medidas que têm seguramente o apoio do grande capital transnacional, que são responsáveis da crise actual.

O livro é uma enorme "chachada" envernizada pelo poder dos "mass media". As poucas ideias que ressaltam são ideias de direita que Blair pretende integrar na "esquerda". O livro representa um novo passo para a direita no Partido Trabalhista. Com esta política em Londres ou noutras capitais europeias, os povos, os cidadãos terão ainda mais dificuldades em optar, pois, entre o cinzentão e o muito cinzento que diferença há? Os social-democratas, devido à existência da URSS, de fortes sindicatos e influentes partidos comunistas, ajudaram a criar o Estado Providência, que a Terceira Via quer hoje desmantelar.

O livro é um ajuste de contas dentro do trabalhismo inglês e da Internacional Socialista. A Terceira Via pretende enterrar componentes de esquerda da Internacional Socialista e encetar um novo caminho mais centrista. Segundo Blair a caminho do Partido Democrático dos EUA... para ele só há uma política e dois protagonistas: a Terceira Via e os liberais. É um modo para aproximar a Europa dos EUA e reduzir o espectro político ao bipartidarismo, deixando os cidadãos e os povos mais pobres nas suas opções. Blair ao cabo e ao resto está já muito perto do Partido Democrático dos EUA.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

SEMANA

Recursos hídricos dominam XV Cimeira Luso-Espanhola

«Subsistem dificuldades técnicas para a definição dos caudais mínimos, sobretudo do Guadiana e, em menor medida, do Tejo», afirmaram à LUSA fontes diplomáticas espanholas nas vésperas da XV Cimeira Luso-Espanhola a realizar nos dias 29 e 30 de Novembro no Algarve. Segundo as mesmas fontes, a necessária convenção dos recursos hídricos que defina, entre os dois países ibéricos, a partilha das águas dos seus rios internacionais foi o

«único ponto» onde não se conseguiu entendimento para a Cimeira, tendo-se chegado a acordo em todas as outras matérias onde está previsto haver decisões concretas. «O problema está em que o Guadiana tem pouca água e, às vezes, não a tem nem há previsões de quando a possa ter», justificou a fonte diplomática espanhola citada pela LUSA, acrescentando tratar-se «de uma questão técnica de enormes dificuldades pois, apesar da boa von-

tade política, que existe nas duas partes, com isso não conseguimos que haja mais água».

A LUSA não obteve, até ao momento do fecho desta edição, nenhum comentário das autoridades portuguesas, não se sabendo, por isso, se da parte do nosso país será, ou não, devidamente pesado nas negociações da Cimeira o facto de a Espanha, à revelia de quaisquer conversações e do próprio direito internacional, ter já desviado parte



substancial das águas dos rios internacionais, com consequências particularmente desastrosas no caudal português do rio Guadiana. Todavia a edição do *Diário de Notícias* da passada

segunda-feira (último dia da Cimeira) dava como certa a assinatura de um acordo sobre recursos hídricos entre os dois países, embora não adiantando quaisquer pormenores.

Os assuntos onde havia entendimento prévio entre os dois países ibéricos para se chegar a acordos concretos nesta Cimeira relacionam-se com as perseguições policiais transfronteiriças (que

novo convénio procurará reduzir e desdramatizar), a criação de esquadras conjuntas em todos os postos fronteiriços e as indemnizações por nacionalizações e questões fronteiriças.



«A posição de Aznar, em Espanha [sobre trabalho parcial], está mais próxima das centrais sindicais do que a do Governo português (...).»

(Manuel Carvalho da Silva, *A Capital*, 30.11.98)

«Se o nosso Governo é socialista, então Aznar é um perigoso radical de esquerda, cuja política deve fazer corar de vergonha os governantes portugueses.»

(idem, *ibidem*)

«Nunca faço o discurso do faz-de-conta. Posso é não dizer tudo aquilo que sei que é verdade.»

(Sousa Franco, ministro das Finanças, *Diário de Notícias*, 30.11.98)

«Nos tempos que correm, já me daria por satisfeito se o PS praticasse uma política verdadeiramente social-democrata. Seria quase revolucionário.»

(Manuel Alegre, *O Independente*, 30.11.98)

«Para onde caminha a Rússia? A situação económica e social é catastrófica (...) A pobreza atinge muitos milhões, prevendo-se que no próximo Inverno, que se estima como o mais frio desde 1941, dezenas de milhares morram de frio e fome. Em paralelo, floresce uma riqueza ostensiva, ligada ao crime organizado.»

(M. Bettencourt Resendes, *idem*)

«Se tivermos presente que a Rússia continua a ser uma potência nuclear, percebe-se que há motivos de sobra para muita inquietação.»

(idem, *ibidem*)

«Muitos grupos cristãos (...) queixam-se de que as autoridades eclesiais não praticam no interior da Igreja aquilo que defendem e propõem para a sociedade. Ao usar dois pesos e duas medidas, enfraquecem a credibilidade do testemunho cristão e da palavra.»

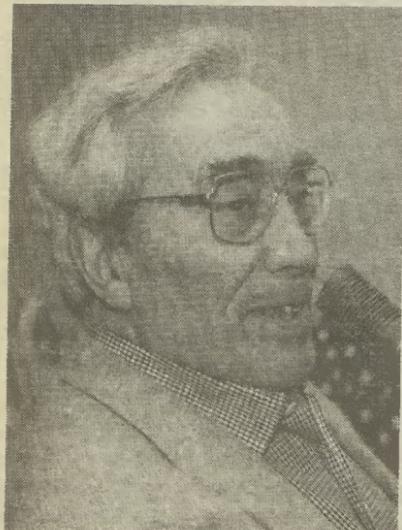
(Frei Bento Domingues, *Público*, 29.11.98)

«Volta a ser doloroso para mim falar de Herman José. Tivemos uma águia, águia das grandes alturas. Mas a águia acabou por pousar. Sonhámos vê-la de novo lá em cima. Até agora, nada. Parece que até ela já nem acredita nas suas asas.»

(Mário Castrim, *Tal & Qual*, 27.11.98)

«A economia de mercado encontra-se em perigo sempre que os mercados financeiros são deixados em roda livre e sempre que as multinacionais orientam as suas estratégias por abuso de posição dominante e cobrança imperial de fundos públicos.»

(Augusto Santos Silva, *Público*, citado no DN de 30.11.98)



Obra de Cardoso Pires evocada na Biblioteca Nacional

A obra de José Cardoso Pires vai estar em debate numa mesa-redonda que se realizará amanhã, sexta-feira, na Biblioteca Nacional em Lisboa, numa homenagem evocativa do escritor falecido há um mês. «José Cardoso Pires ou a escrita como diversidade» é o tema da mesa-redonda, que será moderada por Carlos Reis, director da Biblioteca Nacional, e conta com a participação de Maria Lúcia Lepecki, Inês Pedrosa, Eduardo Prado Coelho e Isabel Margato. Antes da sessão, o editor Nelson Matos dará o seu testemunho acerca do escritor e na mesa-redonda será realçado, analisado e discutido o papel de José Cardoso Pires na Literatura Portuguesa nos últimos 50 anos. Esta evocação na Biblioteca Nacional contará, também, com a presença do ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e é uma iniciativa da própria Biblioteca Nacional, em colaboração com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e com o apoio do Instituto Camões.

«Rescisões» na Ford Electrónica são autêntico escândalo nacional

A Ford Electrónica, de Palmela, está a propor a rescisão dos contratos de trabalho, «por mútuo acordo», a uma centena de trabalhadores afectados pela doença profissional das tendinites, em moldes que, segundo a empresa, darão aos trabalhadores «uma compensação monetária» e a possibilidade de os trabalhadores afectados pelas tendinites «continuarem com assistência médica e tratamentos de fisioterapia na empresa», garantindo ainda «apoio especializado na procura de um novo emprego ou no estabelecimento de negócio próprio, de modo a encontrar

novas alternativas profissionais».

A Ford Electrónica emprega cerca de dois mil trabalhadores no fabrico de componentes electrónicos e de plástico para a indústria automóvel, sendo certo que algumas centenas desses trabalhadores estão, irremediavelmente, afectados pelas tendinites para o resto da vida. Esta doença profissional afecta particularmente as mulheres, que ocupam o maior número de postos de trabalho na linha de montagem.

Esta proposta de rescisão dos contratos apresentada pela Ford Electrónica aos trabalhadores

afectados pela doença profissional das tendinites é, entretanto, considerada «um verdadeiro escândalo nacional» por José Brita, do Sindicato das Indústrias Eléctricas. «A empresa quer livrar-se, rapidamente, dos trabalhadores com doença profissional, porque o que está, verdadeiramente, em causa é o complemento do salário, que a Ford Electrónica já foi condenada a pagar, pelo Tribunal de Trabalho de Setúbal, aos trabalhadores com baixa devido a doença profissional», salientou José Brita, esclarecendo que os trabalhadores nestas circunstâncias

recebem 60% do salário da Segurança Social e que a empresa é obrigada a pagar os restantes 40%. José Brita lembra, também, que a Ford Electrónica recorreu da decisão do Tribunal de Trabalho de Setúbal, para o Tribunal da Relação de Évora, e admite que «o mais certo é a empresa já se ter convencido de que a Relação de Évora vai confirmar a razão dos trabalhadores e, por isso, para se livrar dos encargos financeiros que essa decisão implica, está a tentar convencer os trabalhadores com doença profissional a rescindirem os contratos».

Falha nas conversações entre Portugal e a Indonésia

Os representantes de Portugal e da Indonésia não conseguiram alcançar um acordo sobre o futuro de Timor-Leste na ronda de conversações que terminou na sexta-feira passada nas instalações da ONU, em Nova Iorque.

Jamshid Marker, representante especial do secretário-geral da ONU para Timor-Leste informou que as conversações serão retomadas entre 1 e 5 de Fevereiro do próximo ano, afirmando crer «que temos que correr um largo

caminho até ao processo de autonomia, realçando que a questão de Timor-Leste envolve «assuntos muito difíceis e complicados» e anunciando que se deslocará pessoalmente ao território de Timor-Leste em meados deste mês de Dezembro para realizar mais consultas para todos os grupos. Recorde-se que tanto Portugal como a Resistência Timorense defendem a autodeterminação para Timor-Leste, que a ONU continua a considerar como território que tem Portugal como potência administrante.

Entretanto,

segundo uma sondagem divulgada pela LUSA, cresce dentro da própria Indonésia a oposição popular à ocupação de Timor-Leste. Assim, 70,8% das pessoas inquiridas consideram «normal» a vontade dos timorenses de Leste de se «separarem» da Indonésia (embora a propaganda do regime imponha, logo nos primeiros anos escolares, a «tese» de que Timor-Leste é a «17.ª província do país») e 66,5% afirma que a melhor solução para superar o problema é consultar a população timorense através de um referendo. A sondagem conclui

também que 53,6% dos inquiridos indonésios pensa que a anexação de Timor-Leste foi uma «intervenção» do governo indonésio, contra apenas 23,7% que acha ter correspondido ao «desejo da população de Timor-Leste», enquanto 58,8% vê a invasão da Indonésia motivada secretamente por razões económicas (contra apenas 24,5% que acredita em «motivos patrióticos») e 58,5% acha que as informações das fontes oficiais indonésias sobre Timor-Leste não são credíveis, contra apenas 13,4% que acredita que sim.



TRABALHADORES

3.ª Conferência da CGTP-IN

Organizar para a luta
com melhores resultados

No momento em que enfrenta uma violenta ofensiva do capital contra os trabalhadores, o movimento sindical unitário analisa as forças de que dispõe, reafirma os princípios que têm orientado com sucesso a resistência e define as medidas necessárias para prosseguir o combate.

Oito centenas de dirigentes e delegados sindicais de todo o País reuniram-se sexta-feira e sábado, no Cinema Terço, no Porto, na 3.ª Conferência de Organização Sindical, levada a cabo pela CGTP-IN. De entre as questões em análise, o processo de reestruturação para um melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros foi «talvez a grande novidade», como admitiu Américo Nunes, ao abrir os trabalhos.

O objectivo, apontado em Dezembro de 1995, quando foi aprovado o «quadro tendencial indicativo» da evolução da estrutura da CGTP, e assumido no último congresso da central, em 1996 (31 de Maio e 1 de Junho), é uma adequação a novas situações que «garanta, no longo prazo, dimensões mínimas em associados, quadros sindicais, meios financeiros e logísticos, que permitam às organizações intervir e desenvolver-se, ultrapassando condicionalismos internos e externos».

Das vertentes a considerar neste processo, aquele membro da Comissão Executiva da CGTP, responsável pelo pelouro da Organização, destacou três: a descentralização, a gestão coordenada, integrada ou comum de meios, e o financiamento. «Temos meios de grande envergadura que, geridos numa lógica global, coordenada, integrada e solidária, o que é possível, com respeito pelas diversas autonomias e identidades, poderão ser muitíssimo mais rentabilizados», «numa perspectiva de economia de escala, de coesão interna do movimento sindical unitário, de solidariedade intersectorial e regional, entre as diversas organizações e, através delas, entre os trabalhadores», defendeu Américo Nunes.

Como «bons exemplos a seguir e a alargar», foram apontados a «Casa do Trabalhador» em Braga, os sectores da metalurgia, química, cerâmica e indústrias eléctricas e outros casos de instalações comuns e serviços partilhados em Lisboa e Aveiro (no Porto está em estudo um projecto do género). Na conferência foram igualmente valorizadas as soluções encontradas para a organização e acção reivindicativa bem sucedida dos trabalhadores em situações de especial precariedade, como os «recibos verdes» na Função Públicas ou as obras na Ponte 25 de Abril e no Aeroporto da Madeira.

Governo
condenado

Para a CGTP «é condenável que um Governo, que vem proclamando as suas preocupações sociais, queira ir mais longe nas cedências ao patronato do que o governo de direita de Espanha». A afirmação, contida na Resolução Político-Sindical da conferência, a propósito da proposta de lei sobre generalização do trabalho a tempo parcial, foi feita das mais diferentes formas. Carvalho da Silva, na intervenção de encerramento, constatou que o executivo de António Guterres e Ferro Rodrigues «assume muitas vezes como estratégia aquilo que são os grandes objectivos do capital e não os do povo português».

Foram lembradas as resistências e manobras de muitos patrões, com cobertura do Governo e da própria Inspeção do Trabalho, relativamente à redução do horário de trabalho e à tentativa de deixar de contar as pausas. Mas as preocupações mais graves expressas no Porto tiveram a ver com a «violenta



O reforço do movimento sindical unitário, a partir dos locais de trabalho, é fundamental para melhor defender os trabalhadores

ofensiva legislativa», que põe em causa pilares do Direito do Trabalho.

A resolução expressa o apoio à realização de «uma grande jornada de luta, com greves e concentração-manifestação junto à AR, na semana em que o projecto de lei do trabalho a tempo parcial for discutido no Parlamento». E, «desde já», exorta os activistas e trabalhadores de todos os sectores a que «nos locais de trabalho, discutam e aprovelem declarações de greve para o dia em que a AR iniciar» a discussão daquele diploma.

A força dos números

O movimento sindical unitário conta com mais de 5 mil dirigentes e 15 mil delegados sindicais. Cerca de 400 dirigentes estão a tempo inteiro. Trabalham para o movimento sindical mais de 600 colaboradores técnicos e administrativos. Há mais de 400 instalações sindicais em todas as capitais dos distritos e regiões autónomas e em centenas de outras localidades. Em 1997, as receitas de quotização dos sindicatos filiados na CGTP aproximaram-se dos 5 milhões de contos. Há dois milhões de trabalhadores que não estão sindicalizados. Entre 1985 e 1997, a taxa de assalariamento subiu de 67 para 71 por cento; o número de trabalhadores assalariados registados

oficialmente no Continente passou de 2 746 200 para 3 070 200, com um aumento absoluto apenas nos serviços (de 1 374 500 para 1 859 300), verificando-se o maior crescimento nos serviços colectivos, sociais e pessoais, nos serviços às empresas e actividades imobiliárias e na hotelaria, restaurantes e cafés. Aumentou o peso das mulheres no emprego (mais 4,7 por cento) e no trabalho assalariado (mais 7,4 por cento); diminuiu significativamente (de 754 mil para 563 mil) o peso de jovens dos 15 aos 24 anos nos dados do emprego, tendência que se verificou também relativamente à população activa.

Cedência nos CTT

Na reunião de negociações do Acordo de Empresa, na passada quinta-feira, a administração dos CTT fez algumas cedências, que levaram o Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações a adiar a greve anunciada. Considerando que as novas propostas da empresa foram «indubitavelmente fruto da luta dos trabalhadores» - que teve como ponto alto a vigília de dois dias de dirigentes e activistas do SNTCT, na semana passada -, o SNTCT preveniu desde já a administração: até dia 11, deve mostrar que deseja «negociar de uma forma sã», deve «assimilar o facto de que os trabalhadores não aceitam a flexibilidade do horário de trabalho nem a criação do grupo profissional «empregado de serviços elementares», com funções de pau para toda a obra» e «cumprir a Lei e o AE e voltar atrás na ilegalidade que cometeu, com as faltas injustificadas nos plenários de 14 de Outubro».

Se a administração dos CTT não «acelerar a sua capacidade na cedência de posições», o sindicato voltará a apelar à luta dos trabalhadores, admitindo mesmo, num comunicado em distribuição desde segunda-feira, que este poderá ser o primeiro Natal que Portugal passará sem correio.

A exigência de retirada das faltas injustificadas, com que a administração decidiu castigar os trabalhadores que participaram nos plenários de 14 de Outubro, motivou já a marcação de nova greve para os dias 21 e 22 de Dezembro. A insistência na flexibilização dos horários, na criação do grupo profissional ESE, na resistência à redução do horário máximo semanal e na tentativa de retirada de direitos poderá provocar a marcação de mais 24 horas de paralisação, adiantou ao «Avante!» um dirigente do SNTCT.

Professores

O Secretariado Nacional da Fenprof expressou a sua insatisfação face à reunião que teve segunda-feira com repre-

sentantes do Ministério da Educação, no quadro das negociações para a celebração de um acordo sobre o Estatuto da Carreira Docente. A federação considerou aquela reunião como «simbólica», uma vez que o ME se limitou a dizer que não estavam esquecidas as situações por resolver, apontadas no protocolo firmado a 30 de Outubro e que deveria ter merecido propostas de solução, por parte do Governo, num prazo de um mês. Estas propostas, previne a Fenprof, deverão ser apresentadas urgentemente, «se o ME pretender manter, como sugeriu, a próxima sexta-feira, dia 4», para a assinatura do acordo que a federação continua a considerar «desejável».



Perguntas à Comissão

Na sequência da divulgação do encerramento das fábricas da TexasInstruments/Samsung, na Maia, e da Nestlé/Longa Vida, em Matosinhos, os deputados do PCP no Parlamento Europeu dirigiram dois pedidos de esclarecimento à Comissão Europeia (CE) sobre os financiamentos públicos envolvidos.

Após uma exposição detalhada do processo de instalação destas unidades, os deputados do PCP questionam a CE, no caso da Nestlé, «se existem contratos-programa em que seja parte ou de que tenha conhecimento» e se «na possível deslocalização da produção, a empresa conta com novos apoios financeiros».

Quanto à TexasInstruments/Samsung, a Comissão é questionada sobre a forma como, na sequência da ruptura unilateral do contrato entre a empresa e o Estado português, «foi acautelada a defesa de dinheiros públicos nacionais e comunitários». Além de abordarem estes dois casos específicos nas perguntas entregues em Bruxelas, os deputados do PCP

apresentaram ainda, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, uma proposta de resolução sobre os diferentes casos de deslocalizações de multinacionais que se têm verificado em toda a Europa. O texto refere que muitas empresas, após receberem vultuosos apoios financeiros com origem na UE, «se candidatam a novos subsídios da mesma origem nos países para onde se transferem». Deste modo, a proposta pretende que a Comissão Europeia «elabore um documento urgente do ponto da situação sobre deslocalizações» e que apresente propostas concretas para fazer face às consequências deste movimento e para prevenir a sua continuação».

Por seu lado, a União dos Sindicatos do Porto, reunida na passada semana, analisou o fecho da

TexasInstruments/Samsung e da Nestlé/Longa Vida, que custará o emprego a mais de 900 trabalhadores, e salientou que a taxa de desemprego no distrito segundo dados oficiais voltou a subir no mês de Setembro.

O fim da Longa Vida e a eventual transformação da unidade fabril de Perafita em armazéns suscitou também a preocupação dos membros da Assembleia Municipal de Matosinhos, que aprovaram por unanimidade uma moção apresentada pelos eleitos da CDU, onde é pedida informação ao Ministério da Economia e solicitado aos grupos parlamentares que diligenciem para impedir o fecho da fábrica.



Administração Pública anuncia novas lutas em Dezembro

Cerca de dois mil trabalhadores da Administração Pública manifestaram-se quarta-feira da semana passada, em Lisboa, contra a proposta salarial do governo, tendo aprovado um resolução e prometeram que o mês de Dezembro será de luta.

O protesto teve início no Marquês de Pombal, onde os trabalhadores se concentraram para ouvir as intervenções dos dirigentes da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Dali seguiram em desfile até à residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento.

Na manifestação destacava-se a numerosa presença de trabalhadores afectos ao STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), que se deslocaram a Lisboa oriundos de vários pontos do país.

«Chega de conversas, cumpram as promessas», «Modernizar sim, privatizar não» e «Aumento salarial, mais justiça social» eram as palavras de ordem, intercaladas com o som dos bombos e dos apitos, mais ouvidas ao longo do desfile.

Chegados a S. Bento, os trabalhadores voltaram a concentrar-se, enquanto uma delegação sindical entregou no gabinete de António Guterres a resolução aprovada por unanimidade e aclamação no Marquês de Pombal, que apoia a proposta da coordenadora dos sindicatos da Frente Comum de transformar o mês de Dezembro num «mês de luta». As acções deverão incidir sobretudo nos dias 10 (dia da votação do Orçamento de Estado), 11 e 18 próximos, e o documento embora o documento admitisse o recurso à greve por parte de alguns sindicatos, só ontem, quarta-feira, quando a nossa edição estava a ser impressa, a Frente Comum divulgou o conteúdo concreto das acções.

Por aumentos justos

A resolução reafirma a justiça das reivindicações da Frente

Administração Pública. O coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, Paulo Trindade, na intervenção que fez, também se referiu a esta matéria, considerando vergonhoso que o

O sindicalista salientou ainda os perigos da privatização de serviços públicos, nomeadamente a perda do direito à carreira e da estabilidade de emprego.



Comum e exige que o Governo apresente uma proposta de aumentos salariais que constitua uma base séria para o prosseguimento das negociações.

Igualmente, o texto repudia a política de privatizações dos serviços públicos e denuncia a postura do Governo relativamente à posição assumida pela Assembleia da República sobre a reestruturação das carreiras da Admi-

ministração Pública. O coordenador do Parlamento, que tinha aprovado uma lei que minimizava as distorções das carreiras do sector.

Paulo Trindade reafirmou que a reivindicação de um aumento de pelo menos cinco contos por trabalhador não é exagerada tendo em conta que a actual diferença entre o salário mínimo da Administração Pública e o salário mínimo nacional é de 6,5 por cento.

Por seu lado, Santos Brás, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, salientou que os trabalhadores das ilhas também promoveram iniciativas para assinalar este dia de luta, nomeadamente em Ponta Delgada, onde se realizou uma manifestação junto à sede do Governo Regional (ver peça nesta página).

Trabalhadores exigem remuneração complementar

A manifestação decorrida, dia 25, em Ponta Delgada envolveu cerca de 700 trabalhadores das autarquias de São Miguel e funcionários públicos que exigiram a reposição do «subsídio de insularidade» de que beneficiaram até 1993.

Durante o desfile até ao Governo Regional, que percorreu algumas das principais artérias da cidade, os trabalhadores gritaram palavras de ordem e mostraram cartazes com inscrições «sim à remuneração complementar» e «o prometido é devido». O desagrado dos manifestantes foi visível quando se aperceberam da ausência do Presidente do Governo, Carlos César, a quem pretendiam entregar a resolução aprovada.

Apesar disso, obtiveram a garantia de que o presidente do Governo iria receber durante a presente semana representantes do STAL, estrutura que organizou o protesto.

Para o STAL, o executivo açoriano deve honrar o seu compromisso e as promessas eleitorais,

repondo o subsídio de insularidade, o qual continua a ser «a única forma de aproximar o poder de compra dos funcionários públicos da região do poder de compra dos seus colegas do continente».

O complemento salarial de 5.250 escudos de que beneficiaram os funcionários açorianos entre 1992 e 1993 quando o PSD perdeu, temporariamente, a maioria absoluta na Assembleia Regional, foi criado pelo parlamento com o voto favorável dos socialistas, que ascenderam ao poder há dois anos.

O Governo Regional projecta, agora, compensar os funcionários açorianos através da redução do imposto sobre rendimentos singulares (IRS) no quadro da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Mas, segundo o STAL, a proposta governamental em nada beneficia muitos trabalhadores que, na sua maioria, apenas terão um acréscimo mensal de rendimentos de 600 ou 700 escudos.

Demissão

Acusado de «atitudes persecutórias» para com os guardas e vigilantes, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública exige a imediata demissão do actual director do Parque Natural de Sintra-Cascais (PSNC) do cargo de vice-presidente do Instituto de Conservação da Natureza (ICN). A federação afirma que o citado director do PSNC tem ameaçado os guardas e vigilantes para que estes revelem quem informou o Sindicato sobre as condições degradadas de trabalho, de insegurança e de desrespeito pelo estatuto profissional. De facto, num comunicado divulgado na passada semana, o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores alertava para a grave falta de meios que impedem os vigilantes de exercer as suas funções no parque natural de Sintra-Cascais. As duas viaturas encontram-se em estado deplorável, sem travões e com os pneus a desfazerem-se; os telefones só podem receber chamadas; não há água potável, nem um local para mudar de roupa após o trabalho. A isto acresce que os guardas e vigilantes têm sido obrigados a prestar serviço nas portarias dos parques da Pena, Monserrate e Matinha de Queluz, com prejuízo para as funções de vigilância que efectivamente lhes competem.

Fuga

Após diversas ameaças de encerramento, a administração da Eru Portuguesa começou a desmantelar as máquinas na fábrica e tentou retirá-las na passada segunda-feira, dia em que deu tolerância de ponto aos trabalhadores. Estes desconfiaram e concentraram-se frente às instalações impedindo a saída dos equipamentos. Os cerca de 50 trabalhadores querem manter os seus postos de trabalho e exigem a rápida intervenção do Governo. Entretanto, a administração comprometeu-se a retomar, ontem, as negociações com o Sindicato das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

Fiolax

O tribunal de Guimarães decretou a falência da Fábrica de malhas Fiolax, lançando no desemprego cerca de 170 trabalhadores, dos quais mais de 90 por cento são mulheres. Como refere o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, «a Fábrica era simplesmente a empresa-modelo e referência na cidade de Guimarães» e considera que a sua falência «assume contornos de um verdadeiro atentado económico e social contra a região e o país e que poderia ter sido evitada se os sócios gerentes se tivessem empenhado em encontrar soluções».

LOURES Deputados visitam concelho

Os deputados comunistas António Filipe e Alexandrino Saldanha, acompanhados da direcção concelhia de Loures do PCP, de eleitos municipais e presidentes de Juntas de Freguesia, realizaram recentemente diversos contactos no município, visando a preparação do debate do Orçamento de Estado, nomeadamente através do levantamento completo das necessidades de Investimento Público no concelho. Assim, considerando que o Orçamento de Estado para 1999 «prossegue a filosofia e objectivos dos três anteriores» - restrições de salários e pensões, benefícios fiscais ao patronato, privatização de empresas públicas, insuficiência de investimentos nas áreas sociais -, a concelhia do PCP reclama a inclusão no PIDDAC de dotações efectivas em áreas como a Saúde, Ensino, Acessibilidades, Habitação e Ambiente, entre outras, para cada uma das quais o Grupo Parlamentar apresentará propostas concretas.

AJUDA Urge novo hospital

O Governo pretende retirar duas médicas de família efectivas, com lista de utentes completa, do Centro de Saúde de Alcântara para colocá-las no Centro de Saúde da Ajuda. Uma medida que, tendo já sido alvo de um requerimento ao Governo por parte do Grupo Parlamentar do PCP, merece também a crítica das Comissões de Freguesia da Ajuda, de Alcântara e de Santa Maria de Belém do Partido. Afirmando a necessidade de o Governo «garantir a assistência médica a todos os cidadãos», os comunistas defendem a manutenção e reforço de médicos em Alcântara, o preenchimento das oito vagas de médicos no Centro da Ajuda, o reforço de especialidades e pessoal de enfermagem nos dois Centros de Saúde e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da saúde, «nomeadamente com a construção de um novo Centro de Saúde na Ajuda».

LISBOA Novo mercado à vista

«Ao ter dado conhecimento do projecto que tem para o mercado da Ajuda, tê-lo debatido com a Junta, Assembleia, moradores e comerciantes e ter assumido o compromisso de construir o mercado, garantindo o dinheiro necessário no orçamento do próximo ano, a Câmara Municipal de Lisboa comprometeu-se a resolver a curto prazo, e de forma que merece o apoio da população, um dos problemas mais sentidos na freguesia da Ajuda.» O comentário pertence à Comissão de Freguesia da Ajuda do PCP que, salientando o facto de este Partido se ter empenhado «desde a primeira hora» na resolução do problema, alerta para que «a luta só terminará, contudo, com a conclusão da construção do mercado».

MARINHA GRANDE Vereador suspende mandato

Por motivos de alteração da sua vida profissional, o vereador do PCP João Luís Gabriel apresentou ao Executivo Municipal o pedido de suspensão do seu mandato por um ano. Na decisão do vereador, para além da grande sobrecarga profissional e da enorme distância que semanalmente era obrigado a percorrer, pesou naturalmente o facto de não lhe ter sido atribuído qualquer pelouro ou trabalho directivo. A sua substituição será contudo assegurada por um eleito do PCP que, no quadro das disposições legais aplicáveis, garantirá o normal funcionamento do Executivo Municipal e a participação da CDU como força relevante e empenhada no desenvolvimento do concelho.

BRAGA Faculdade causa regozijo

O Organismo de Saúde da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP congratula-se com a decisão do Conselho de Ministros de instalar em Braga uma das duas faculdades de Medicina criadas. Uma decisão que, para além do empenhamento de diversas entidades e organizações, se fica a dever também ao «prestígio alcançado pela Universidade do Minho» e à persistência posta na sua candidatura. Trata-se, contudo, de «um primeiro passo» ainda «cheio de incógnitas e exigências», pelo que é necessário que os bracarense reclamem a concretização do projecto e o andamento mais eficaz do projecto do Novo Hospital Central, a que a nova Faculdade está associada. Tendo ainda em conta as parcas verbas inscritas para o projecto nos PIDDAC de 1998 e 1999 e previstas para os de 2000 e 2001, o PCP pensa que «passado o regozijo» impõe-se exigir «que não sejam adiadas ou defraudadas as expectativas» criadas.

PCP

Açores Justiça remuneratória para todos

Mais de um milhar de trabalhadores das câmaras municipais de S. Miguel saíram à rua, no passado dia 25 de Novembro, em Ponta Delgada, para protestar contra as decisões da Assembleia Legislativa Regional sobre o desagravamento fiscal, como forma de compensação pelos custos da insularidade.

A Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP, a propósito das propostas de adaptação fiscal com vista a este desagravamento fiscal, considera que a maioria dos deputados, com excepção do do PCP, está «numa correria desenfreada» para a obtenção de compensações para os estratos sociais médios e superiores da população açoriana, «esquecendo-se da exigível aprovação simultânea» de medidas para a compensação «daqueles que menos ganham e que, por isso mesmo, não são abrangíveis por quaisquer medidas de desagravamento fiscal».

Há milhares de trabalhadores que ficam à margem das compensações, diz o PCP denunciando esta «injustiça social flagrante». Por isso, como primeiro proponente e há muito defensor da remuneração complementar para a Função Pública e de um acréscimo ao salário mínimo nacional para os trabalhadores açorianos, saúda calorosamente a iniciativa pública promovida pelo STAL, com o apoio do Sindicato da Função Pública, visando pressionar os poderes públicos para a reposição da «remuneração complementar» e que

mereceu uma grande adesão por parte dos trabalhadores.

Terceira

Por sua vez, o Secretariado do PCP da Ilha Terceira, depois de se solidarizar com a luta dos trabalhadores da Função Pública por melhores condições de vida, critica a nomeação de secretários-adjuntos pelo Governo Regional, depois de, numa fase inicial, este ter reduzido o número de secretarias regionais, medida que o PCP então considerou que não serviria para tornar a máquina governativa menos pesada.

Os comunistas defendem, entretanto, a criação de uma Sub-secretaria Regional da Reconstrução na cidade da Horta - essa sim necessária - que superentenda as obras de reconstrução das

ilhas atingidas pela catástrofe e que dependa directamente da Presidência do Governo e englobe pessoal das Secretarias Regionais da Habitação e Equipamentos e da Educação e Assuntos Sociais e do Serviço Regional de Protecção Civil.

Em relação à extinção pela TAP da sua estrutura no aeroporto das Lajes e à suspensão das escalas entre as Lajes e Boston, o PCP considera que a Secretaria Regional da Economia não pode manter-se em «silêncio comprometido» e alerta as populações, forças políticas e empresas da ilha para «o processo centralizador em curso pelo VII Governo Regional dos Açores».

Entretanto, face à proposta de Moção de Censura ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apresentada pelo PSD e PP, o Coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, considera-a «politicamente inadequada e profundamente condenável», assumindo a «natureza de acto político irresponsável e desprovido de razões objectivas».

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional foi eleito em Novembro de 1996 por unanimidade, só se justificando a sua destituição caso se verificassem «actos contra o interesse regional ou contra a dignidade e pluralidade do Parlamento», o que não aconteceu.

Assim, o PCP/Açores votará contra a Moção de Censura, continuando a desenvolver uma acção política clara e determinada no sentido de assegurar os meios necessários à resolução dos problemas que a Região defronta.



Trabalhadores açorianos exigem reposição da «remuneração complementar»

Redução das tarifas eléctricas População adere em força

O abaixo-assinado posto a circular pelo PCP para a redução das tarifas de electricidade está a merecer grande adesão por parte da população, tendo, logo no primeiro dia, só em Lisboa, recolhido mais de duas mil assinaturas.

O PCP considera que uma redução simbólica das tarifas da electricidade destinada a usos domésticos apenas serve para manter no essencial a penalização dos utentes.

Trata-se de uma situação escandalosa, que não é possível manter, já que «não é justo nem aceitável que sejam os orçamentos das famílias a suportar a especulação bolsista e os imensos lucros dos grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam a EDP no seguimento da sua privatização».

Por isso, e porque existem condições para uma redução significativa dos preços da electricidade sem pôr em causa o equilíbrio económico-financeiro da

EDP e a melhoria da qualidade de serviço, o PCP defende que, no início de 1999, o Governo dê seguimento à recomendação por ele proposta, e aprovada pela Assembleia da República, no sentido da redução das tarifas da electricidade em 15 por cento.

Encontro de Quadros discute Sector Público

Carlos Carvalhas vai participar no Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Sector Público, os Serviços Públicos e as Privatizações que se realiza no próximo dia 12 de Dezembro, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa.

O Encontro, cujos trabalhos o secretário-geral do PCP encerrará, pretende receber a contribuição de todos os que possuem conhecimentos e experiências diversificadas, no plano das consequências das privatizações em geral, nas suas regiões e sectores, em relação designadamente aos direitos dos trabalhadores, à presta-

ção de serviços públicos, aos interesses das populações e ao desenvolvimento regional.

Contando com a participação alargada de quadros do Partido - membros do Comité Central, das Direcções Regionais e de Organismos de direcção, dirigentes sindicais e membros de CTs, quadros técnicos, eleitos autárquicos, membros de Associações e movimentos -, o Encontro, para além de fazer o ponto da situação ao processo de privatizações e às suas consequências, visa proceder a uma melhor avaliação do que é hoje o Sector Público e contribuir para afirmar a necessidade de um sector público forte e com serviços de qualidade.

**AS TARIFAS
DA ELECTRICIDADE
TÊM DE BAIXAR!**

**DIGA SIM
À REDUÇÃO DE 15%!**
Apoie
a Proposta do PCP!

PCP

PIDDAC/99

Assimetrias agravam-se

O Orçamento de Estado, as omissões e insuficiências resultantes do PIDDAC para o distrito do Porto e as propostas do PCP foram analisadas em conferência de imprensa realizada, na passada sexta-feira, pela Direcção da Organização Regional do Porto, com a participação dos deputados comunistas João Amaral e José Calçada. A análise ao PIDDAC prossegue, porém, um pouco por todas as organizações do Partido que sobre ele tomam também posição pública.

No Porto, os comunistas criticam as grandes diferenças que existem nas verbas do PIDDAC entre os vários concelhos do distrito e da Área Metropolitana do Porto.

João Amaral refere concretamente Gondomar, Gaia e Maia, três municípios da mesma cor partidária e com investimentos baixos. «Coincidência ou não», João Amaral acha que o Governo deve esclarecer «se há alguma outra razão, além da cor partidária», para a atribuição a estes concelhos de verbas inferiores.

Paredes, Felgueiras e Lousada são outros concelhos onde «não há praticamente nada para investimentos locais». Mesmo Baião, por exemplo, apesar de ter afectada uma verba de 1,691 milhões de contos, a verdade é que acaba por dispor apenas de 86 mil contos, uma vez que 1,605 milhões de contos são à partida direccionados para os acessos à IP4. Ainda segundo João Amaral, descontando a verba para o Metro do Porto, «o PIDDAC para o distrito desce este ano».

O deputado José Calçada, por seu lado, apontou a contradição existente entre a proposta para reforço das verbas para o PRO-

Sousa e as promessas do ministro João Cravinho para o Vale do Sousa, uma vez que, ao contrário dos 53,7 milhões de contos prometidos para o Programa, o Governo apenas contemplou no PIDDAC pouco mais de 600 mil contos.

A reabilitação urbana nos concelhos do Porto e Gaia, a conclusão do troço a Sul do Douro da Via de Cintura Interna, a Circular Regional Exterior do Porto e a extensão da linha do Metro a Gondomar são, entretanto, alguns dos projectos que a DORP considera «prioritários».

Aveiro

Também em Aveiro, o deputado João Amaral e António Salavessa e Artur Ramísio, da Direcção da Organização Regional de Aveiro, apresentaram, em conferência de imprensa realizada no passado dia 27 de Novembro, um conjunto de nove propostas de alteração ao PIDDAC, uma delas visando a dotação para o próximo ano de meio milhão de contos para atacar o problema do atraso no saneamento básico no distrito.

Segundo a DORLEI, são ape-

nas três os distritos do Continente em que o PIDDAC orçamentado diminui entre 1998 e 1999 - Aveiro, Faro e Lisboa - sendo, contudo, que «a quebra mais violenta», em percentagem e em termos absolutos, é a do distrito de Aveiro. Um facto que «terá reflexos negativos na realidade distrital, nomeadamente nas perspectivas de desenvolvimento».

A despoluição e dragagem da Pateira de Fermentelos, a despoluição e recuperação da Barrinha de Esmoriz, o equipamento e remodelação do Hospital de Ovar, a construção do Centro de Saúde de Nogueira do Cravo e das novas instalações de Oliveira do Bairro, são outras propostas de alteração que o PCP, apesar de votar contra o Orçamento, irá apresentar.

Leiria

A Direcção da Organização Regional de Leiria, por sua vez, considera que «a redução sistemática do investimento directo em infra-estruturas no distrito», está patente no valor global do investimento previsto nos quatro anos de mandato e no baixo grau de execução dos investimentos planeados», que em 1998 não foi além dos 40 por cento.

Chamando a atenção para «a persistente secundarização e marginalização» de Leiria, e afirmando que os 20 milhões de contos previstos no PIDDAC para o distrito «não atenuam a situação de injustiça relativa» nem significam qualquer reforço do investimento - apenas o adiando na maior parte dos casos -, o PCP promete, entretanto, apresentar um conjunto de propostas a incluir no Plano.

Guarda

Segundo a Direcção da Organização Regional da Guarda, o PIDDAC/99 agrava as desigualdades regionais e

subalterniza o distrito em relação ao Litoral.

Na sua análise, o PCP considera que este Orçamento não responde às necessidades de desenvolvimento do distrito, uma vez que as verbas destinadas ao sector produtivo, ao estímulo à fixação de novas indústrias, ao apoio aos jovens empresários, à recuperação do tecido industrial e comercial, são simplesmente «ridículas».

Quanto aos Programas Integrados de Desenvolvimento, PROCÔA e PROESTRELA, eles recebem respectivamente as «exíguas verbas» de 37 mil e 250 mil contos, enquanto as acessibilidades «continuam a marcar passo».

A confirmar a justeza das suas críticas, os comunistas referem as promessas de novos e volumosos investimentos feitas pelo Primeiro-Ministro, quando da passagem pelo distrito do seu «Governo em Diálogo». Promessas com que o PCP se congratula e pelas quais se baterá para que «sejam cumpridas até ao último tostão».

Emigração

No que se refere às rubricas para as comunidades portuguesas, o Grupo Parlamentar do PCP propõe alguns aumentos de verbas, nomeadamente para o funcionamento do Conselho das Comunidades - mais 26 mil contos -, uma vez que, apesar de o Conselho Permanente ter calculado em 62.500 contos a verba necessária para o funcionamento «minimamente condigno e eficaz» do CCP, o Governo apenas lhe ter atribuído 36.500 contos.

Para a área do ensino do português, o PCP propõe aumentar em mais 300 mil contos os 6,3 milhões de contos atribuídos pelo Governo, o que, «não correspondendo ainda à verba necessária», representa «um sinal no sentido de inverter a actual situação».

PCP/Madeira Contra o Pacote Laboral

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, esteve recentemente na Região da Madeira, onde participou na campanha aí promovida pelos comunistas contra o Pacote Laboral apresentado pelo Governo.

Logo no primeiro dia, Jerónimo de Sousa contactou com os trabalhadores da Novapista - consórcio formado para a ampliação do Aeroporto do Funchal -, tendo participado na distribuição de documentos do Partido sobre os malefícios que podem resultar da aprovação do Pacote Laboral e esclarecido os trabalhadores sobre esta ofensiva do Governo com vista a beneficiar o patronato.

À noite, no Centro de Trabalho de Machico, o dirigente do PCP participou num encontro aberto, onde igualmente foram abordados os problemas e as lutas dos trabalhadores no actual contexto político, económico e social do nosso país.

A comemoração dos 150 anos do Manifesto Comunista e da surpreendente actualidade dos problemas que, apesar da diferença de contornos, aponta - desemprego, violação de horários de trabalho, salários baixos, trabalho infantil, discriminação da mulher -, as propostas contidas no Pacote Laboral e o cortejo de desigualdades, discriminações e injustiças que ele acentua, foram também tema de um debate realizado, no âmbito da campanha, no Centro de Trabalho do Funchal, com a presença de muitos militantes e simpatizantes do PCP.

A verificar-se a aprovação desta proposta do Governo, teríamos, «no limiar do século XXI - era de assombrosos avanços da Humanidade nos campos da ciência e da tecnologia -, uma geração sem direitos, uma geração de trabalhadores que apenas conhecerá e se regulamentará pela precariedade e pela falta de segurança no mundo do trabalho», esta a principal conclusão saída dos debates realizados. Este é, porém, um processo contra o qual o Governo «poderá, de certeza, contar com a oposição determinada e firme» dos trabalhadores e do PCP.

Mais uma «palhaçada»

Alberto João Jardim e a restante cúpula do PSD/Madeira decidiram comemorar o 25 de Novembro com uns discursos na Assembleia Legislativa Regional de carácter vincadamente anti-comunista. Um facto «tão caricato», na opinião dos comunistas, quanto é certo ter o mesmo partido recusado comemorar o 25 de Abril.

Assim, aproveitando a sessão parlamentar, o Grupo Parlamentar da CDU, pela voz do deputado comunista Leonel Nunes, fez uma declaração do seguinte teor:

«No próximo ano comemorar-se-á o 25.º aniversário do 25 de Abril.

«Esta Assembleia recusou comemorar condignamente esta efeméride. No entanto, hoje, comemora o 25 de Novembro, como se fosse possível um sem o outro.

«Em homenagem ao 25 de Abril, que esta Assembleia devia comemorar, recusamo-nos a fazer mais qualquer comentário sobre mais esta palhaçada imposta pela maioria laranja.»

Lei esclarece «tempo de trabalho»

A lei portuguesa passou finalmente a consagrar as pausas e intervalos como tempos de trabalho. A propósito desta vitória dos trabalhadores, que mais uma vez prova que «vale a pena lutar por objectivos que são justos», António Lopes, membro da Comissão Política do PCP, fez, na quinta-feira passada, a seguinte declaração:

«Na aplicação das 40 horas e no respeito pelos direitos da contratação, transpondo para a lei portuguesa uma directiva comunitária, a Assembleia da República aprovou e o Presidente da República já promulgou a lei 73/98 que vem esclarecer o significado de tempo de trabalho, dando razão aos trabalhadores, aos sindicatos, ao PCP, que se bateram pelo direito às 40 horas de trabalho por semana, incluindo aí pausas e intervalos.

«Mais uma vez ficou provado que a razão é mais forte e vale a pena lutar por objectivos que são justos.

«Mais uma vez ficou claro que o PCP, que desde a primeira hora apoiou a luta dos trabalhadores têxteis pela redução efectiva do horário de trabalho, pelo fim do trabalho ao sábado, tinha razão também quando defendeu a continuação da luta pelo reconhecimento de que as pausas e intervalos, fazendo parte da vida

de muitas contratações e dos usos e costumes em muitas empresas, deviam constar do tempo de trabalho, ao contrário do PS (com a ausência do PSD e do PP) que recusou antes na AR a clarificação dos conceitos sobre tempo de trabalho.

«O alcance de uma tal decisão tem a ver agora com a acção necessária para repor este direito nas muitas empresas, sobretudo do vestuário, que indevidamente retiraram o direito às pausas.

«Saudando os trabalhadores por esta vitória, o PCP chama ainda a atenção para a gravidade das propostas do governo de novas leis de trabalho (Pacote Laboral), nomeadamente sobre o tempo de trabalho parcial que, a concretizar-se, significaria perder muitos dos direitos anteriormente conquistados.

«Tal como em relação à redução do horário de trabalho a luta é o único caminho.

«O PCP está e estará ao lado dos trabalhadores.

«É preciso que os trabalhadores dêem mais força e apoio ao PCP para que o PCP tenha uma intervenção mais forte em todos os aspectos da vida política portuguesa».



CAMARADAS FALECIDOS

José Colaço

Com 67 anos de idade, faleceu no passado dia 24 de Novembro, no Hospital de Beja, onde estava internado há algumas semanas, e após prolongada doença, o camarada José Carlos da Silva Reis Colaço. Foi presidente da Comissão Administrativa que esteve à frente do Município de Beja, entre Junho de 1974 e Dezembro de 1976, ano em que se realizaram as primeiras eleições autárquicas democráticas. Encabeçou então, como membro do MDP/CDE, a lista da FEPU que venceu as eleições em Beja, com maioria absoluta. Permaneceu como Presidente da Câmara Municipal até começos de 1983, lançando, durante esses nove anos, as bases do trabalho autárquico no concelho e distinguindo-se pela sua actividade e excelentes relações que mantinha com as populações. Foi um dos dinamizadores da Associação de Municípios do distrito de Beja, a primeira a ser criada no País. Antes da sua experiência autárquica, foi funcionário da Caixa Geral de Depósitos e funcionário civil da Base Aérea de Beja. Militante do PCP desde 1978, José Colaço foi membro da Comissão Concelhia de Beja, tendo, durante a resistência contra a ditadura fascista, participado nas fileiras da Oposição Democrática.

Manuel Joaquim Balburdia

Com 48 anos de idade, faleceu, no passado dia 25 de Novembro, o camarada Manuel Joaquim Balburdia. Fazia parte da Comissão de Freguesia do PCP de Landeira, Vendas Novas. Era funcionário da Junta de Freguesia.

Narciso Pereira Sousa

Faleceu, no passado dia 21 de Novembro, o camarada Narciso Pereira Sousa. Membro do Partido desde 1977, militava na Organização da Brandoa, Amadora, onde desenvolveu notável actividade.

Ricardo da Costa Ferrão e Albuquerque

Faleceu, no passado dia 20 de Novembro, com 67 anos de idade, o camarada Ricardo da Costa Ferrão e Albuquerque, natural de Setúbal e aí residente. Reformado de motorista marítimo, estava organizado na Freguesia da Santa Maria da Graça, onde era muito estimado por camaradas e amigos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

JCP/Porto

«Organizar para intervir» foi o lema da Assembleia da Organização do Ensino Superior do Porto (OESP) da JCP, realizada no passado dia 28 de Novembro.

A Assembleia teve como objectivo reforçar a organização para que esta possa responder com mais eficácia às exigências que lhe são feitas, nomeadamente na afirmação nas escolas e nas faculdades das propostas dos jovens comunistas em defesa dos direitos e interesses dos estudantes do Ensino Superior. Esta reunião inseriu-se ainda na preparação da participação da OESP no próximo Congresso da JCP.

Solidariedade com protestos

Os jovens comunistas de Viseu afirmam a sua solidariedade com os milhares de estudantes que se manifestaram em defesa da Universidade Pública de Viseu, que consideram como «um imperativo potenciador do desenvolvimento do Distrito».

A JCP manifesta ainda a sua estranheza pelas declarações do ministro da Educação de que não haverá novas universidades mas só extensões das já existentes, conhecidas como são as dificuldades financeiras com que estas se debatem.

Verdes questionam acordo sobre rios

Num primeiro comentário sobre o anunciado acordo relativo à partilha dos principais rios ibéricos, o Partido Ecologista «Os Verdes» expressa algumas dúvidas e preocupações.

Antes do mais, «Os Verdes» levantam a questão de «que mecanismos estão previstos para garantir a aplicação e subsequente fiscalização do estabelecido no acordo».

Uma outra dúvida - quais as razões que levam o primeiro-ministro a concluir «ser este um acordo equilibrado, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista dos nossos interesses?».

Por último, os ecologistas questionam qual a «base de definição das necessidades portuguesas».

Solidariedade com Timor-Leste

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 24 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção de apoio à luta do povo timorense e de repúdio dos novos massacres cometidos pelas tropas indonésias. Na Moção, considera-se que «os novos massacres cometidos pelas tropas indonésias contra a população de Alas são de molde a causar a maior indignação e colocam com maior urgência ainda a necessidade de intensificar a luta por uma solução para Timor-Leste que inevitavelmente terá de passar pelo exercício do direito à autodeterminação do povo maubere».

A Assembleia recomenda ao governo português que «intensifique a pressão diplomática e diligencie internacionalmente, nomeadamente junto dos governos dos países da União Europeia, para que as autoridades indonésias libertem Xanana Gusmão e todos os presos políticos, retirem de facto as forças de ocupação militar e cessem a brutal repressão que continua a abater-se sobre o povo timorense». Também o Conselho Directivo da ANAFRE, Associação Nacional de Freguesias, reunido dia 21 de Novembro, deliberou, por unanimidade, manifestar a sua total solidariedade com a luta do povo maubere.

Câmara do Seixal contra incineração

A Câmara Municipal do Seixal aprovou uma moção de repúdio sobre «os locais apontados pelo governo para a implantação das unidades de tratamento e de incineração no Distrito de Setúbal, relativamente ao projecto de eliminação de resíduos industriais pelo sector financeiro». A autarquia manifesta a sua preocupação com os riscos associados a este projecto, nomeadamente o de «eventuais acidentes viários, ferroviários ou fluviais no transporte, através do concelho do Seixal e zonas limítrofes, dos resíduos destinados à estação de tratamento e à futura incineração, assim como os eventuais acidentes na própria estação de tratamento do Barreiro».

A moção salienta o facto de o concelho do Seixal, devido à existência da Siderurgia Nacional, «sofrer já uma grande desvalorização ambiental, em virtude da poluição do ar e contaminação dos solos e da zona nobre que é o estuário do Tejo, provocadas pelos resíduos deste complexo industrial».

Lisboaintegra

A primeira Festa do Desporto Adaptado, designado Lisboaintegra, promovido pelo pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, realiza-se hoje, no Pavilhão Carlos Lopes. Uma iniciativa que decorre no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, reunindo, num ambiente de convívio, cerca de 220 crianças e jovens portadores de deficiência, que integram várias instituições e associações de/e para deficientes. Do programa da Lisboaintegra fazem parte diversas actividades de experimentação de modalidades tais como a escalada, tiro com arco, remo, danças populares, trampolins e jogos tradicionais, entre outras. A iniciativa termina com uma aula aberta de danças populares portuguesas e de aeróbica adaptada.

Em defesa do mundo rural

Em véspera do Congresso da CNA, que se realiza no próximo domingo, em Matosinhos, o movimento associativo camponês tem vindo a manifestar a sua vitalidade. Um quadro que engloba várias iniciativas e de que aqui se referem apenas algumas realizações e tomadas de posição mais recentes.

A ARP - Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português promoveu um Seminário subordinado ao tema «Agenda 2000 - reforma da PAC e o Desenvolvimento Rural», que decorreu dias 23 e 24, na Escola Superior Agrária de Coimbra.

O Seminário teve como objectivo analisar as necessidades particulares do novo desenvolvimento agrícola e rural, no quadro da Agenda 2000 e da Reforma da PAC, sendo dada particular atenção aos mecanismos previstos e consequências possíveis destas reformas, a nível do emprego agrícola, da agricultura familiar, do ambiente e da qualidade dos produtos agrícolas.

Na iniciativa, em que participaram também especialistas de vários países europeus, foi particularmente sublinhada a ideia de que a proposta da Comissão

Europeia que prevê o co-financiamento da reforma da PAC pelos Estados membros «seria o fim da agricultura portuguesa».

O encontro integra-se num ciclo de debates organizado pela Rede Europeia de Alianças para uma Agricultura Sustentável (Repas) e incluiu três painéis: mundo rural/emprego; agricultura familiar/ambiente/qualidade dos produtos e um último, com intervenções das delegações estrangeiras.

Antecedendo o seminário, realizou-se uma visita ao Baixo Mondego e ao concelho de Góis e um encontro em que participaram responsáveis da Confederação Nacional da Agricultura, Associação Portuguesa de Orizicultores, Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral e Direcção Regional de Ambiente e Recursos Naturais.



A agricultura portuguesa debate-se numa profunda crise

Vale a pena lutar

A abertura de uma Linha de Crédito de dez milhões de contos, sem juros, aos agricultores familiares com prejuízos graves nas suas produções, a suspensão do pagamento dos valores para a Segurança Social aos pequenos agricultores, por 3 anos, a aplicação do rendimento mínimo para os pequenos agricultores, são algumas das medidas do Ministério da Agricultura, saudadas pela ARAVIS - Associação Regional de Viseu.

Em comunicado de imprensa, a ARAVIS sublinha que se trata de medidas «essencialmente viradas para os pequenos e médios agricultores e para as explorações agrícolas familiares», e que «é a primeira vez que isto acontece».

Os agricultores de Viseu lembram a luta que tem vindo a ser desenvolvida pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, luta em que os agricultores de Viseu têm participado, com o objectivo de exigir «um conjunto de medidas que apoi-

em efectivamente os pequenos e médios agricultores» e referem os muitos problemas que ficaram ainda por resolver, em particular «os preços pagos à produção (leite, carne, frutas, vinho, etc.), a competitividade, a invasão desregrada dos nossos mercados por produtos estrangeiros, a distribuição injusta dos prémios e subsídios à agricultura, a comercialização dos produtos».

Face aos resultados positivos entretanto obtidos e à gravidade dos problemas não resolvidos, a ARAVIS aposta na continuidade da luta. «Quanto mais forte for a nossa capacidade de intervenção, a nossa participação nas lutas pelos nossos direitos, mais regalias e direitos conseguiremos», conclui a associação de agricultores de Viseu.

Carga policial sobre os suinicultores

Os acontecimentos em Rio Maior, na noite de 24 para 25 de Novembro, em que os suinicultores que protestavam contra a crise neste sector «foram selvaticamente espancados» pelas forças policiais de intervenção, «é uma situação inaceitável num regime democrático», denuncia a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal.

Em comunicado de imprensa, os agricultores de Setúbal apelam às «forças políticas que na Assembleia da República votaram favoravelmente uma Lei que proíbe os cortes de estrada», a que revejam a sua posição, para que os agricultores, «que, como é sabido, não fazem greve, tenham o direito a manifestar-se desta forma».

Orçamento de Almada

A aposta no desenvolvimento social

Mais escolas, centros de saúde e espaços de apoio a idosos e deficientes são algumas prioridades da Câmara Municipal de Almada aprovadas, por maioria, em reunião extraordinária realizada no passado dia 26.

Estes projectos integram o Plano de Actividades e Orçamento do município de Almada para o próximo ano, que prevê investimentos no domínio da educação, infância e juventude, cultura, ambiente, acção social, transportes, turismo, desporto, entre outros.

Neste quadro destacam-se intervenções tão diversas como a ampliação e manutenção da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico, a rede de parques infantis e ampliação da rede de jardins de infância, a conclusão da construção da Pousada da Juventude, a construção do Museu da Cidade, do centro Sócio Cultural de Santo António e do novo Teatro Municipal, a adopção de um novo programa

de espaços verdes, ampliação da rede viária local, o projecto do Metro Sul do Tejo, criação do Gabinete de Apoio à Mulher e de Centros Comunitários de Apoio a Idosos, ou ainda o Projecto de Desenvolvimento Integrado da Costa Atlântica, ou a construção de um Estádio Municipal e de um recinto polidesportivo na Trafaria.

A construção de um Palácio da Justiça em Almada, Centros de Saúde na Sobreda, Pragal, Feijó e na Charneca, a construção de um Centro de Reabilitação e Apoio a Pessoas Deficientes e uma Escola Básica, são alguns dos projectos que a Câmara considera «de grande importância para o desenvolvimento do concelho» e para os quais já disponibilizou terrenos.

O Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Almada atinge um valor global de 15,8 milhões de contos. Foi também aprovado para 1999 o Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS, em

que está prevista a construção de novas infra-estruturas, nomeadamente para o tratamento de águas residuais.

Sintra CDU contesta orçamento

Os vereadores CDU da Câmara de Sintra, que votaram contra a proposta de orçamento municipal para 1999, denunciaram, em conferência de imprensa, que o Orçamento de Estado para o próximo ano «ignora escandalosamente as necessidades e anseios da população» do concelho.

No encontro com a comunicação social, que contou com a presença de Luís Sá, os vereadores referiram, em particular, a escassez de verbas em áreas prioritárias, como as das acessibilidades, da saúde e da segurança.

A nível das estradas, sublinharam que «não existe um cen-

tavo» quer para o prometido alargamento do IC-19, quer para o nó da CREL em Queluz-Masamá, quer para o IC-16, quer para a via de ligação do IC-19 à A5 entre Cacém e Paço de Arcos.

A nível da saúde, os autarcas da CDU acusam a presidente da Câmara de «fazer um show mediático em torno da construção de um novo hospital» quando no Orçamento de Estado não existe qualquer verba ou referência a esse hospital e «mais grave ainda, as verbas para a saúde limitam-se a cinco mil contos».

Os vereadores da CDU denunciam ainda que «o orçamento para o próximo ano pretende fazer pagar à população a incapacidade da maioria PS/PSD de produzir receitas» e sublinham a reduzida verba transferida para as Freguesias, que oscila entre o um e meio e os dois por cento, o que é «escandalosamente pouco».

Estudantes espanhóis pelo ensino público

Milhares de estudantes do ensino secundário manifestaram-se a semana passada em várias cidades espanholas reclamando mais atenção e financiamento para o ensino público. As manifestações contaram com o apoio do PSOE e de Esquerda Unida e mobilizaram estudantes do ensino secundário, da formação profissional e universitários. A manifestação em Madrid, em que participaram mais de 15.000 alunos segundo fontes estudantis, ou menos de metade segundo a polícia, a jornada de luta terminou com incidentes protagonizados por uma centena de jovens que lançaram pedras e outros objectos contra as forças antidistúrbios e quebraram vitrinas de bancos e estabelecimentos.

Apoio à Palestina...

A Grã-Bretanha vai comprometer-se a conceder uma ajuda de 100 milhões de libras (29 milhões de contos) a favor dos palestinianos, na conferência de países doadores que se realiza esta semana em Washington. O anúncio foi feito em Londres pelo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook, que esclareceu, segundo a Lusa, que a ajuda britânica inclui tanto o apoio directo à Autoridade Palestiniana como a assistência que transita pelas organizações internacionais e pela União Europeia. A União Europeia, a Noruega e os Estados Unidos fornecem a maior parte da ajuda aos territórios palestinianos.

... e achados arqueológicos

Arqueólogos italianos e palestinianos descobriram a porta de entrada da antiga cidade de Jericó, na Palestina, e importantes ruínas que testemunham a vida dos seus habitantes em 3000 a.C. A investigação, financiada pela Universidade da Sapiência, de Roma, é a primeira iniciativa decidida pela administração palestiniana nos territórios antes ocupados por Israel e agora devolvidos à Autoridade Palestiniana. «A porta estava situada em direcção a Jerusalém e por isso foi baptizada de Porta de Jerusalém. Situava-se numa zona de acesso difícil e era protegida por torres de sete metros», explicou um dos arqueólogos italianos, sublinhando que «só dentro de três anos a porta (descoberta a

A NATO e o extermínio do povo curdo

A convivência da NATO nas acções de extermínio contra o povo curdo perpetradas pelo regime militar turco foi recentemente explicada no magazine político do primeiro canal da televisão alemã «Monitor» por dois oficiais desertores do exército da Turquia exilados na Suíça. Aqueles dois ex-militares confirmaram o bombardeamento e o arrasamento sistemático por aviões e helicópteros de milhares de aldeias curdas numa região envolvendo a perseguição e limpeza étnica de milhões de cidadãos curdos a quem a Turquia recusa o direito à língua, à identidade cultural, à autonomia e à independência política. Os dois oficiais explicaram como os tanques «Leopard» fornecidos pelo ex-governo democrata-cristão da Alemanha no quadro de acordos militares da NATO são modificados em alguns pormenores exteriores para não serem reconhecidos como tais durante as operações de terrorismo militar.

A razão que os levou a desertar do exército turco resulta da existência de um consenso entre a NATO e a Turquia, concretizado numa directiva interna secreta provavelmente não escrita, para que os prisioneiros curdos sejam imediatamente executados. Se fosse poupada a vida aos patriotas curdos que lutam pela independência do seu país, o número de prisioneiros de guerra seria tão elevado que as grandes potências da NATO, particularmente os Estados Unidos e a Alemanha, não poderiam continuar a apresentar o movimento de libertação do Curdistão como um conjunto de acções de um grupo de «terrorista».

Impressionante a descrição feita por aqueles dois oficiais da maneira cruel como após o arrasamento de uma aldeia curda o comandante lhes ordenou que matassem os prisioneiros completamente desarmados. Mata! Mata!, gritava o comandante. Perante a incapacidade dos dois militares de abaterem seres humanos indefesos e manietados, o comandante da unidade pegou na metralhadora e executou-os ele próprio.

Convém recordar que a Turquia constitui um dos exemplos mais abjectos de como o capitalismo encara a «democracia». O povo pode votar mas quem decide como devem governar os políticos eleitos são os militares. E quando os representantes eleitos não se submetem aos chefes militares são encarcerados nas masmorras de Ancara após mascaradas de julgamentos militares como acontece actualmente com numerosos deputados eleitos na região ocupada do Curdistão. O pronto apoio dos Estados Unidos à exigência de entrega de Oçalan ao regime militar turco de fachada parlamentar desmascara completamente a doutrina oficial da NATO, a organização militar supranacional do capitalismo europeu e norte-americano de que o extermínio do povo curdo é uma questão interna e da exclusiva responsabilidade da Turquia. Quem não abrir agora os olhos nunca mais compreenderá o conceito de «direitos humanos» e de «democracia» à americana. A detenção do líder curdo na Itália a pedido da Alemanha mostra a desorientação das social-democracias alemã e italiana, habituadas que estão não só nas questões de política externa e da NATO a fazer tudo o que a democracia-cristã ordena. O refúgio e enredo em argumentos de ordem jurídica, como a existência da pena de morte na Turquia, para desfazerem o erro que cometeram e a incapacidade de dizerem alto e bom som que não se entregam aos opressores os dirigentes de povos que são espezinhados nos seus direitos fundamentais e exterminados por regimes militares, mostra o conceito confuso de democracia e liberdade perfilhado por aquela corrente política.

Aliás, a democracia-cristã, que já no passado considerara os dirigentes do movimento de libertação terceiro-mundistas, como Agostinho Neto, Samora Machel, Nelson Mandela ou Yasser Arafat como «terroristas», retomou não só esta designação utilizada pelo poder militar da Turquia e pelos Estados Unidos contra os patriotas curdos mas foi mesmo ao ponto, através do antigo ministro do Interior do governo de Helmut Kohl, Manfred Kannter, de assumir em território alemão os aspectos essenciais da doutrina repressivo-militar turca contra a resistência curda, proibindo os cidadãos curdos de se organizarem no PKK, a força mais aguerrida do movimento libertador no Curdistão. Na falta de melhores argumentos justificadores da sua colaboração com os militares turcos, os Estados Unidos e a Alemanha avançaram com as alegadas acusações do costume, nomeadamente o envolvimento de membros do PKK no tráfico de droga e a morte de ex-militantes daquele partido. Se esta preocupação por parte daquelas duas grandes potências da NATO fosse sincera, os milhares de vítimas assassinadas e torturadas pelos processos mais bárbaros que se conhecem até hoje na Turquia e contabilizadas pela organização «Amnistia Internacional» ou o envolvimento do governo e dos militares turcos no mundo do crime, como prova o acidente que vitimou o comandante-geral da polícia daquele país quando passeava de automóvel com o maior criminoso da mafia turca internacionalmente procurado pela Interpol, bastavam para levar a totalidade do governo turco e dos seus generais a um tribunal internacional, mesmo desses que o capitalismo inventou só para condenar quem lhe ofereça resistência.

■ Rui Paz



Os comunistas conseguiram 14 por cento dos votos nas zonas urbanas

República Checa Alta abstenção nas eleições

Nas eleições para o Senado e as eleições locais checas registou-se uma alta taxa de abstenção. De sublinhar o aumento da representação do Partido Comunista da Boémia e Morávia nas áreas urbanas.

A segunda volta das eleições para o Senado da República Checa foi marcada por uma alta taxa de abstenção, que atingiu os 80 por cento. Realizadas nos dias 20 e 21 de Novembro, as eleições tiveram lugar um ano após a queda económica e a crise política provocada pelo fim da coligação de direita liderada pelo Partido Democrático Cívico (ODS) e que culminou na convocação de eleições legislativas antecipadas.

O escrutínio para o Senado foi ganho pela aliança dos quatro partidos de direita constituída pela União da Liberdade, União Democrática, Partido Popular e Aliança Democrática Cívica, conseguindo 12 lugares. Em jogo estava um terço dos 81 assentos. O Partido Democráti-

co Cívico (do ex-primeiro-ministro Vaclav Havel) elegeu 10 senadores, o Partido Comunista da Boémia e Morávia (KSCM) quatro senadores e o Partido Social-Democrata três.

Os comunistas consideraram que o sistema de duas voltas usado nas eleições colocam o partido em desvantagem. «As eleições têm lugar de dois em dois anos, quando um terço dos 81 senadores são eleitos. Na primeira volta, realizada este mês, nenhum candidato conseguiu mais do que os 50 por cento de votos necessários para ser eleito. O KSCM alcançou 16,8 por cento na primeira volta, com três dos seus candidatos passando à segunda volta. Concorrendo com os candidatos do ODS, os comunistas conseguiram ser eleitos

para mais dois lugares, dobrando o número de senadores do KSCM de dois para quatro», explicam num comunicado.

Nas eleições locais de 13 e 14 de Novembro registou-se também uma alta taxa de abstenção. Para os comunistas, este facto evidencia «o profundo desgosto da população em relação ao jogo desonesto levado a cabo pela maioria dos partidos políticos e pelos meios de comunicação social».

Na maioria das pequenas comunidades, as eleições foram ganhas por candidatos independentes, enquanto os partidos políticos eram relegados para segundo plano. Neste grupo, o KSCM foi o segundo partido mais votado.

No total, o ODS venceu com 24 por cento, os sociais democratas ficaram com 17 por cento e o KSCM com 13,6 por cento. Os comunistas alcançaram um maior sucesso nas cidades, com 14 por cento dos votos.

Birmânia Dólares por diálogo

As Nações Unidas e o Banco Mundial ofereceram mil milhões de dólares de ajuda ao governo militar de Rangum em troca da abertura do diálogo com a líder da oposição birmanesa Aung San Suu Kyi, revelou há dias o jornal «International Herald-Tribune».

Segundo o jornal, citado pela Lusa, o «negócio» foi proposto às autoridades birmanesas pelo enviado da ONU, Alvaro Soto, que recentemente visitou Ran-

mada pelo governo de Rangum, que num fax enviado à agência Associated Press afirmou haver muita «especulação» sobre a visita de Soto.

A Birmânia é um dos países mais pobres do mundo e está sob sanções económicas e políticas impostas pelos Estados Unidos e outros países devido às violações do direitos humanos cometidas pelo regime militar, no Poder desde 1962.

A fazer fé na notícia do jornal, a proposta do enviado da ONU inclui várias contrapartidas por parte da comunidade internacional em troca de mudanças no país. A questão estará a ser discutida entre ambas as partes, existindo ainda muitas arestas a limar, segundo um diplomata citado pelo jornal.

A iniciativa exorta tanto a oposição como o governo a procurarem alcançar compromissos políticos, que seriam recompensados com o aumento da assistência financeira e ajuda humanitária.

O primeiro passo para a concessão de fundos ao governo implicaria a libertação de presos políticos, a liberdade de movimentos para Suu Kyi e a autorização para o livre funcionamento do seu partido.

Em troca, o NLD concordaria em prescindir da sua exigência de convocar o Parlamento saído das eleições de 1990, cujos resultados o governo militar não reconheceu.



Aung San Suu lidera a oposição birmanesa

gum, e surge num momento em que se agrava o impasse entre Suu Kyi, Prémio Nobel da Paz em 1991, o seu partido, a Liga Nacional para a Democracia (NLD) e o regime militar.

A informação, prestada ao «International Herald-Tribune» por fontes não identificadas, não é confir-

Chile Grã-Bretanha retira imunidade a Pinochet

O Comité Judicial da Câmara dos Lordes retirou a imunidade diplomática a Augusto Pinochet. Com três votos contra a protecção a Pinochet e dois a favor, a sentença foi anunciada durante a semana passada e vem abrir as portas à extradição do antigo ditador para Espanha para ser julgado pelos crimes de genocídio, terrorismo e tortura. A última palavra cabe ao ministro do Interior, Jack Straw, que irá revelar a sua decisão até ao próximo dia 11.

A Grã-Bretanha anulou a imunidade diplomática de Pinochet, concedida no passado dia 28 de Outubro pelo Alto Tribunal de Justiça. A decisão, tomada no passado dia 25, foi fruto de uma votação entre os juizes do Comité Judicial da Câmara dos Lordes, por maioria de três contra dois.

O lord Johan Steyn, que votou pela retirada da imunidade, afirmou que «quando Hitler ordenou a solução final a sua actuação poderia ser considerada como um acto oficial derivado do exercício das suas funções como chefe de Estado. Este é o raciocínio a que conduz inexoravelmente o Alto Tribunal de Justiça. O advogado de Pinochet alegou que esta con-

clusão é o resultado inquestionável do que se diz no estatuto.»

Steyn acrescentou que os próprios advogados do antigo ditador «expressaram e admitiram correctamente que este tipo de crimes não pode ser classificado como actos oficiais realizados em exercício das funções de chefe de Estado».

O próximo passo será dado pelo ministro do Interior. Jack Straw tem até dia 11 de Dezembro para decidir se Pinochet será extraditado para Espanha para ser julgado pelos crimes contra a humanidade de genocídio, terrorismo e tortura.

A Amnistia Internacional pede ao Governo britânico para dizer simplesmente «que há que iniciar



Manifestação anti-Pinochet, em Santiago do Chile

a extradição, em coerência com a decisão adoptada pelos lordes. Nada mais que isso. Uma declaração neutra, mas a favor do início do procedimento».

O medo dos militares chilenos

Até ao dia 11, o Ministério

do Interior receberá documentos de organizações dos direitos humanos e de representantes do Governo chileno. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile, José Miguel Insulza, já se encontrou com o seu homólogo britânico para solicitar o regresso de Pinochet ao seu país natal.

«Expliquei-lhe que a próxima etapa do processo de extradição prevê uma decisão do secretário do Ministério do Interior, que actuará independentemente de acordo com as suas responsabilidades legais, e que esta não é uma questão de discussão colectiva dos ministros. Assegurei ao senhor Insulza que nem a prisão inicial nem os passos seguintes foram motivados por razões políticas», declarou Robin Cook, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico.

O Governo chileno encontra-se sob grande pressão das Forças Armadas e dos partidos de direita. A sua estratégia é mostrar que Pinochet deve regressar ao Chile pela sua idade e pelo seu estado de saúde e que poderá ser julgado pelas instâncias chilenas.

Os militares defendem a posição mais extremista: a ruptura das relações diplomáticas do Chile com a Grã-Bretanha e a Espanha, caso Pinochet não seja libertado. No dia do anúncio da decisão da Câmara dos Lordes, as Forças Armadas chilenas afirmaram que o levantamento da imunidade provocou «em toda a família militar uma profunda frustração, indignação e inquietude».

Inquietude é, de facto, a melhor palavra para caracterizar o estado de espírito dos militares. Eduardo Santos, presidente da Comissão de Defesa do Partido Demócrata Cristão, referiu a preocupação que reina entre alguns chefes e oficiais, em especial entre aqueles que participaram na Direcção de Inteligência durante a ditadura e que estiveram implicados nas violações de direitos humanos.

«O que mais os preocupa é não poder sair do país, com medo de serem detidos. Acreditam que, depois de Pinochet, eles podem ser os seguintes», afirmou Eduardo Santos.

Esquerda defende reformas políticas

No sábado, a coligação governamental chilena - composta por partidos de esquerda - recusou a proposta apresentada pela direita de enviar para Londres uma delegação multipartidária liderada pelo presidente do Senado.

Os socialistas só aceitam o regresso de Pinochet se forem introduzidas algumas reformas políticas que transformem o Chile num país plenamente democrático, nomeadamente com leis que resolvam os problemas dos direitos humanos.

Para o deputado socialista Juan Pablo Letelier, é fundamental dar credibilidade à Justiça. «Sempre dissemos que preferimos que (Pinochet) seja

julgado no Chile. Talvez agora nos escutem.» «Quem tem a palavra é a direita. Há que ver a importância que Pinochet tem para eles. Até agora, a julgar pelo seu comportamento, queimando bandeiras britânicas e espanholas e fazendo saudações nazis nas suas manifestações, parece que vale pouco», acrescentou.

Os apoiantes de Pinochet não têm cessado os protestos contra os juizes britânicos, envolvendo-se em lutas com os familiares dos «desaparecidos» durante a ditadura militar. Registe-se ainda duas ameaças de bomba, ambas falsas, contra a Fundação Salvador Allende e a sede do Congresso.

oito metros de profundidade) estará completamente à luz do dia».

Relações sino-nipónicas

O Japão vai financiar 28 projectos na China durante os anos fiscais de 1999 e 2000, no montante total de 390 mil milhões de ienes, confirmou o primeiro-ministro japonês, Keizo Obuchi, no final do seu encontro com o presidente chinês, Jiang Zemin, a semana passada. Durante a visita à China, Obuchi manifestou «profundos remorsos» e «sinceras desculpas» pela «política colonial e a agressão desenvolvidas durante um certo período do passado», e reafirmou «não apoiar» a independência de Taiwan.

Os ministros dos negócios estrangeiros chinês, Tang Jiaxuan, e japonês, Masahiko Komura, assinaram dia 26 um documento prevendo a cooperação reforçada no domínio da protecção ambiental e no intercâmbio de jovens entre os dois países.

Macedónia acolhe força de intervenção

O secretário-geral da NATO, Javier Solana, anunciou que as autoridades da Macedónia já deram o seu acordo de princípio à instalação no país de uma força de intervenção rápida para o Kosovo. A formalização do acordo está prevista para esta semana, após a formação do novo governo saído das últimas legislativas. A NATO adoptou a 13 de Novembro um plano para a instalação na Macedónia de uma força de cerca de 1.700 homens, destinada, em caso de necessidade, a intervir no Kosovo em apoio dos observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

42 milhões de russos na miséria

Segundo os Serviços Oficiais de Estatística russos, 28 por cento da população do país (42 milhões de pessoas) vive abaixo do limiar de pobreza, com rendimentos inferiores a seis mil escudos por mês. Há um ano, esta percentagem era de 21 por cento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento revelou recentemente que, nos países da Europa de Leste e na Rússia, mais de 150 milhões de pessoas viram os seus rendimentos diminuir de tal maneira nos anos 90 que podem ser consideradas pobres. A Rússia é um dos países mais afectados, juntamente com a Arménia e a Geórgia.

Hipocrisias demasiado óbvias

Os Estados Unidos são ou não a favor do julgamento dos tiranos como Pinochet? A pergunta está a ser colocada na imprensa norte-americana, em artigos de opinião que sublinham a duplicidade e hipocrisia da Casa Branca sobre a matéria.

O comentarista Alexander Cockburn, escrevendo no *Los Angeles Times*, considera que a prisão de Pinochet é um sinal de que «existe uma lei para as nações poderosas e outra para as restantes». Garantindo ter saudado a decisão britânica de não ceitar a impunidade de Pinochet, Cockburn não deixa de colocar algumas questões.

«Se há na verdade justiça no mundo, então a próxima vez que Henry Kissinger puser os pés em solo estrangeiro deverá haver um mandado de captura e um pedido de extradição. Foi Kissinger ao fim e ao cabo que, como secretário de Estado, declarou que "deveria ser proibida ao povo chileno a irresponsabilidade de eleger Allende". Foi Kissinger quem controlou todo o programa clandestino dos Estados Unidos para desestabilizar o governo de Allende e dar ajuda clandestina a Pinochet e aos outros conspiradores», recorda Cockburn.

O comentarista salienta ainda que para além do Chile há que ter em conta o que se passou noutros países, citando como exemplo o Camboja, Laos ou Vietname, bem como os massacres na América Latina.

«Há muitos generais com as mãos vermelhas de sangue de massacres, da Guatemala a El Salvador, que vivem agora confortavelmente nos Estados Unidos. Por outras palavras... não há igualdade perante a lei, no que diz respeito a pedidos de extradição ou tribunais internacionais que consideram crimes contra a humanidade, para os que vivem na sua abundância infame.»

«Torna-se rapidamente óbvio que há uma lei para os poderosos, como os Estados Unidos,

Grã-Bretanha, França e outras nações deste tipo e outra lei para o resto» do mundo, acrescenta. Por isso Cockburn afirma que «por agora, e entre o agradável que é o desconforto de Pinochet, devemos evitar grandes sentimentos de júbilo. As hipocrisias são demasiado óbvias».

Também o director da organização de direitos humanos «Human Rights Watch», Kenneth Roth, num artigo de opinião no *Washington Post* intitulado «Justiça para os tiranos», afirma que os Estados Unidos têm sido «ambivalentes sobre as mudanças que estão a ocorrer na justiça internacional», sublinhando o facto de o país ser um dos sete que não apoiou a criação de um tribunal internacional e que não se manifestou durante o processo jurídico em Inglaterra envolvendo Pinochet.

Na opinião de Roth, que considera infundados os receios de que esse tribunal possa ser usado contra líderes eleitos democraticamente, os EUA «precisam de declarar clara e publicamente que também apoiam a ideia de responsabilizar os tiranos pelos seus crimes».

Uma tomada de posição improvável, tendo presente as oportunas chamadas de atenção de Alexander Cockburn, tanto mais que uma das razões invocadas pelos EUA para não apoiarem a criação do referido tribunal internacional foi justamente o facto de não haver garantias de que cidadãos norte-americanos não pudessem vir a ser chamados a julgamento.

Tal como nunca acatou as decisões do tribunal internacional de Haia, onde várias vezes foi condenado, o governo norte-americano não está disposto a submeter-se a uma justiça - pelo menos em teoria - igual para todos. A única «justiça» que agrada à administração dos EUA é a que se produz em Washington e se pretende impor a todo o mundo, à velha maneira imperial.

Como diz Cockburn, «as hipocrisias são demasiado óbvias».



Mulheres dos cinco continentes apelam à

Mundialização da solidariedade

«**N**ós representamos milhões de mulheres dos cinco continentes, com diferentes consciões de vida, culturas e experiências. Temos em comum a vontade de lutar contra tudo o que viola e ameaça os direitos das mulheres, a sua dignidade e integridade, assim como a segurança dos povos. Em comum aspiramos à igualdade, à independência, à soberania, à justiça social e à Paz. Unidas na Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), cada uma de nós encontra mais força na solidariedade com as outras, para quebrar os muros do silêncio e libertar a palavra das mulheres.» Esta é uma das passagens que integra o *Apelo às Mulheres do Planeta*, aprovado por aclamação no final dos trabalhos do 12.º Congresso Mundial da FDIM. Seiscentas mulheres de 112 países, reunidas em Bobigny, França, nos dias 19, 20 e 21 de Novembro, comprometeram-se em ser agentes, ainda mais activas e empenhadas, para que o terceiro milénio seja o Milénio da Mundialização da Solidariedade, da Liberdade e da Igualdade dos Sexos.

No Apelo que será difundido por todo o mundo, as mulheres da FDIM afirmam-se «solidárias com todas aquelas que são as primeiras vítimas das políticas económicas, tais como o neoliberalismo e a mundialização dos capitais, fontes de desemprego, desigualdades e de misérias», com «todas aquelas que sofrem de repressão, a prisão, a ingerência, a intervenção estrangeira, o bloqueio». Com todas as que vivem «nos territórios ocupados, que são deslocadas, deportadas e refugiadas».

No mesmo documento declara-se a solidariedade com todas as que «sofrem as violências nos seus corpos, violações em tempos de guerra e de paz, mutilações sexuais, tráfico, violências na família, o racismo, o integrisimo, a xenofobia e a negação da sua identidade cultural».

«Face a estes sofrimentos, a estas injustiças - reafirma-se -, nós tomamos a palavra, resistimos, defendemos nossos direitos, lutamos contra todas as discriminações, todas as dominações. Nós queremos participar nas decisões que nos dizem respeito e que dizem respeito ao futuro de toda a humanidade. Somos milhões a procurar os caminhos da nossa emancipação e somos solidárias com todas as que lutam pelo progresso de toda a humanidade. Queremos um mundo livre de armas nucleares, um mundo de Paz.»

Coragem

Na sessão de abertura dos trabalhos e perante uma sala completamente cheia de mulheres vestidas de acordo com o seu país e região de origem e de muitos convidados, a presidente da FDIM, Sylvie Jan, fez o balanço do trabalho realizado desde o último Congresso e apresentou algumas linhas de acção que a FDIM deverá desenvolver, no próximo quadriénio.

Sylvie Jan começou por saudar a coragem de todas as mulheres que conseguiram ir até Bobigny, vencendo todo o tipo de obstáculos: libertarem-se das responsabilidades no trabalho, na família, nomeadamente as que têm crianças pequenas, arranjam dinheiro para as passagens, obtêm vistos a tempo e enfrentar as polícias, em particular nas regiões onde há conflitos armados e correm riscos de intimidação e de repressão quando regressarem aos seus países onde os regimes não são democráticos.

Na análise que fez, partindo de 1994 e sublinhando a importância que a Conferência de Pequim representou em 95, para o reconhecimento, defesa e reforço dos direitos das mulheres e das suas organizações, Sylvie Jan afirmou que, a FDIM «multiplicou por três, em três anos, o número de

associações filiadas, passando de uma rede de 60 para 200 associações distribuídas por 100 países».

800 milhões de pessoas com fome no mundo

Recordando que a FDIM nasceu «da resistência das mulheres ao fascismo durante a II Guerra Mundial e do seu compromisso em unirem-se para construir um mundo sem armas, um mundo de Paz», a presidente da FDIM denunciou que, desde 1993, cresce a «mundialização neoliberal, que as forças retrógradas, as forças de direita e extrema-direita se tornaram extremamente arrogantes», que surgiram numerosos conflitos regionais provocando «milhões de mulheres refugiadas, novas violências e novos sofrimentos», bem como «a feminização da pobreza que se impõe tanto a Norte como a Sul». Continuando a caracterizar o mundo tal como está, colocou duas interrogações: «Como pretender dar oportunidade ao 3.º milénio enquanto milhões de mulheres procuram a sobrevivência para elas e para os filhos? Como acreditar no futuro de um mundo onde a fome se tornou uma arma política? Utilizada com fins políticos ou económicos», respondeu, «esta arma é a consequência de uma estratégia visando reduzir certas populações consideradas incómodas, ou então para conquistar terras.»

Há, denunciou Sylvie Jan, «800 milhões de pessoas com fome. A grande pobreza é também uma dura realidade nos países industrializados. Mais de 100 milhões de pobres procuram sobreviver nos países ditos ricos». E as mulheres e as suas associações têm denunciado sistematicamente estas situações.

Deu muitos exemplos críticos demonstrativos de como as forças conservadoras não só não respeitam a dignidade das mulheres como as desprezam. Considerou «hipócritas e criminosas» as múltiplas «declarações do Papa que pregam o retorno da ordem moral, atacando a contracepção, a IVG e o nosso direito de utilizar preservativos, contra a propagação da SIDA».

Tomar a palavra com urgência

«Sofremos demasiado e os desafios são demasiados sérios, por isso procuramos soluções eficazes e duráveis. As mulheres possuem nelas uma parte destas soluções. As mulheres estão cada vez mais conscientes e querem participar nas tomadas de decisões dos homens a todos os níveis», salientou a presidente da FDIM. «Esta nova exigência representa uma esperança para todas e para as sociedades. A noção «da partilha dos poderes» colocou de maneira nova o conteúdo da democracia. Se não pretende resolver a questão das desigualdades sociais entre humanos, as relações de dominação entre classe social, a partilha dos poderes é um precedente a toda a verdadeira democracia», acrescentou.

«Não se pode falar de vida democrática sem ter em conta as preocupações, as propostas e experiências das mulheres. No mundo de hoje, as mulheres ocupam menos de um terço das posições de direcção e somente 12 por cento dos lugares parlamentares e 7 por cento dos postos minis-

teriais.» «Queremos», reivindicou, «mais mulheres eleitas, com a sua diversidade social, para fazer avançar em todos os domínios os direitos das mulheres. A sua palavra tem de ser tomada em conta, com urgência.»

Marcha Mundial contra a Pobreza

Para Sylvie Jan, o plano de acção da FDIM, no futuro, passa pela desmultiplicação de encontros com mulheres onde elas vivem, onde elas lutam. Para defender esta estratégia, citou algumas lutas em que a FDIM obteve resultados positivos. «Partindo de casos concretos», afirmou, «denunciou-se junto da opinião pública e das instituições internacionais as graves situações de desrespeito dos direitos humanos, em diferentes países ou regiões.» A libertação da argelina Zazi Sadou presente no congresso: a luta em Djibouti para tentar libertar Aicha Dabalé, injustamente presa e apesar de estar grávida. Esta luta durou quase nove meses, fez ceder a ditadura e teve êxito. O seu filho Haroun pode nascer em França. Também Aicha Dabalé estava no Congresso.

A FDIM esteve em Cuba, disse, «em solidariedade para com as mulheres cubanas contra o inadmissível bloqueio americano, em solidariedade com as mulheres da América Latina e da Caraíbas» e «participou em manifestações em Istambul e Chipre».

Saudou e deu o exemplo da «perseverança extraordinária das avós e das mães da Praça de Maio, na Argentina» e que têm ajudado outras mulheres, outras mães de desaparecidos que se têm organizado em numerosos países do mundo.

«Para mudar o mundo», salientou, «é preciso ganhar. Arrancar sucessos é importante para aquelas que ganham. Isso permite, também, a cada uma acreditar em si própria e no seu poder de intervenção com os outros.»

Na sua intervenção, Sylvie Jan chamou a atenção para a Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência que, por iniciativa das mulheres do Quebec, se vai realizar no ano 2000. A FDIM, que integra o comité internacional de preparação, tudo fará para o seu êxito. «Nas razões evo-

lucadas para caminhar simbolicamente juntas, cada uma no seu país, exprime-se a necessária oposição contra a mundialização da finança», acrescentou.

Com quem está a FDIM

Pouco antes de terminar o seu relatório, Sylvie Jan disse que a FDIM é a «Federação das mulheres humildes, das mulheres pobres, das mulheres que querem defender os seus direitos, daquelas que travam lutas em condições difíceis, frequentemente sem meios, e todas têm necessidade da nossa solidariedade». «Somos a FDIM das feministas que querem fazer evoluir as mentalidades, que lutam contra todas as discriminações sexistas, que querem decidir plenamente, livremente a sua vida. Somos a FDIM das associações femininas empenhadas no reconhecimento do trabalho das mulheres a Norte como a Sul. Somos a FDIM das mulheres pacifistas que querem um terceiro milénio sem armamento nuclear. A FDIM está com aquelas que recusam o racismo. Estamos com as associações empenhadas hoje, de maneira nova, numa real igualdade na prática desportiva.»

«Temos muito a fazer para ajudar as mulheres a romper o seu próprio silêncio que conduz a tantos sofrimentos e a tantas revoltas abafadas. Nós queremos uma FDIM que ajude a libertar a palavra das mulheres.»

As conclusões, dos 12 ateliers realizados sobre diferentes temas, integrarão o plano de acção da FDIM.

Uma sessão plenária foi preenchida com testemunhos de mulheres que resistem aos conflitos armados e, uma outra, com um Tribunal contra as violências que as mulheres sofrem nos seus corpos.

Além do Apelo foi aprovada uma Resolução Final.

Sylvie Jan, francesa, e Mayadad Abbasi, palestina, presidente e vice-presidente, respectivamente, da FDIM, foram, neste Congresso, reeleitas para os mesmos cargos, por aclamação. A FDIM tem o estatuto consultivo junto da ONU e da Secretaria de Estado do Trabalho.

Mulheres portuguesas

Em Bobigny, estiveram 11 portuguesas. As mulheres do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). Há muitos anos filiada na FDIM, o MDM integra a direcção do Comité da Europa e da Federação. Participou com 3 delegadas, com direito a voto, nas sessões plenárias do Congresso. Oito entrevistaram nos 12 ateliers sobre diferentes temas.

Durante o Congresso, o MDM apresentou uma moção de solidariedade com Timor e a proposta de adesão da FDIM aos princípios da Declaração de Brighton.

A deputada comunista Odete Santos foi convidada para o Congresso, tendo participado nos trabalhos do atelier sobre «saúde: protecção social, contracepção, IVG, Sida e doenças sexualmente transmissíveis».

O MDM, através de Rosa Xisto, presidiu ao atelier sobre «trabalho: discriminações sexistas, assédio sexual, não reconhecimento do trabalho das mulheres e o trabalho

informal». Foi Rosa Xisto que, na tribuna do plenário, apresentou as conclusões, onde foi reafirmado que no limiar do novo milénio é com a urgência que nos devemos deter na análise do factor que constitui a base essencial da emancipação da mulher: o direito a exercer uma actividade remunerada e a encontrar os caminhos que permitam os passos decisivos que façam a história evoluir mais rapidamente nesta matéria.

No atelier sobre «informação alternativa? Como mudar a imagem e a presença das mulheres nos meios de comunicação. Luta contra a manipulação da informação», o MDM propôs, e foi aceite, a realização em Lisboa de um encontro de jornalistas e de responsáveis de boletins de organizações de mulheres de todas as associações filiadas na FDIM, em toda a Europa.

Concluiu-se que a Declaração de Pequim, assinada por todos os governos, não surtiu alte-

rações na mudança da imagem, que os meios de comunicação social, nomeadamente os audiovisuais, dão da mulher. Concluiu-se também que a feminização dos jornalistas aumentou por todo o mundo, mas isso não se traduziu numa maior cobertura noticiosa de iniciativas promovidas por organizações de mulheres que tratem de assuntos específicos, ou de outra natureza.

Além de ter participado na preparação deste 12.º Congresso Mundial da FDIM, de ter sido responsável pelo atelier sobre o trabalho e de presidir à sessão plenária sobre o «investimento das mulheres no desporto», o MDM foi reeleito para a direcção do Comité da Europa e da Federação, para integrar a Comissão de Finanças da FDIM, para participar no grupo de trabalho de preparação da Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência no ano 2000 e continuará a ser responsável a nível da Europa pelas questões do trabalho. Integrou ainda o grupo que preparou a Resolução Final.

■ Noélia Oliveira

Dor e Resistência

TESTEMUNHOS

Chamo-me Maria Helena dos Reis, tenho 14 anos. Meus pais e toda a minha família foram mortos pela Unita. Fiquei abandonada nas ruas. Fui violada 8 vezes. Fiquei muito doente. Não podia andar. Fui recolhida por um centro. Peço-vos, às instituições dos países, para não ajudarem a Unita, porque ela continua a matar muita gente.

mulheres e crianças que lá continuam presas. Ajudem-nos para que seja fechado o campo de Khiam.

Sou Zazi Sadou, argelina, passei muitos anos na cadeia, por defender o reconhecimento das mulheres contra os fundamentalistas, que se afirmam combatentes de Deus na Terra, o braço extremista e armado da sociedade islâmica subdesenvolvida.

Sou Soha Béchara, libanesa. Fui presa aos 20 anos, quando da ocupação do Líbano por Israel. Fiquei presa no campo de Khiam, durante 10 anos. Estive seis meses isolada numa cela de 180 cm por 180 cm. Este é o pior campo existente, dirigido por uma milícia local israelita. Fui batida, sofri choques eléctricos. Sofri de tudo. Vi uma criança ser torturada para fazerem pressão sobre os pais. Quando saí, fiquei ainda mais determinada a opor-me à ocupação, a denunciar a desventura das

Sou Rabiha Diab e fui dirigente da Intifada. É difícil contar 30 anos de vida em 5 minutos. Peço-vos, quando criança, tinha uma voz forte, pensava em ser cantora. Um dia, ainda criança, acordei com o barulho das bombas e dos tanques israelitas. Tudo mudou na minha vida. A minha voz tem sido utilizada para dar a palavra às mulheres e crianças do meu povo. Fui presa 7 vezes, por períodos de cerca de 3 e 4 anos. Em 1981, passei 12 dias no campo ao frio. Apanhei choques eléctricos, fui obrigada a vestir a farda do exército israelita e apertavam-na até não poder respirar, para me tentarem asfixiar. Não havia leis para me condenarem. Depois de libertada, todos os dias tinha de ir à esquadra do meu bairro. O espírito de resistência nasceu dentro de mim. Um dos meus filhos nasceu quando estava presa. Dei à minha filha o nome de Promessa e ao meu filho o de Orgulho.

Rabiha Diab é hoje Directora-geral da Juventude e dos Desportos junto da Autoridade Palestiniana.



A «política», os «políticos» e os «partidos»

■ JORGE CORDEIRO
Membro da Comissão Política

NÃO É DE ONTEM nem de hoje esta campanha que alguns, persistente e não pouco inocentemente, prosseguem de amesquinamento da política e de suspeição sobre os políticos, orientada em última instância para afastar cidadãos da política, reduzir a sua intervenção e participação na vida democrática. Ou seja, para, com base nesta campanha, irem alimentando aquele caldo de desinteresse e amorfismo tão necessário ao esbatimento da resistência que tanto lhes facilita a promoção das políticas que prosseguem.

A técnica desta campanha é conhecida. Invariavelmente baseada na generalização de comportamentos, sem cuidar da observação elementar de quem diz e faz o quê, credibilizada em factos e actos de abuso condenáveis mas quase sempre inimputáveis de personalidades com responsabilidades e notoriedade públicas. Com a singular curiosidade, de ser alimentada e promovida por digníssimos representantes dessa mesma classe política e de uns quantos cidadãos que, em nome de uma cidadania livre do vírus partidário, carregam argumentos sempre em sentido convergente com a posição de alguns partidos. A que haverá ainda a juntar aquela interessante cambiante de procurar dissociar governo e política na linha da repetida máxima "uns fazem política, outros governam".

Da onda dos argumentos que são jogados e do emaranhado de afirmações, escritos e opiniões que incansavelmente alguns vão ampliando numa espiral de repetição mútua (mas sempre apresentada com aquele ar de novidade e elaboração própria) emergem entre algumas outras, três teses essenciais.

A contraposição da política à governação, atribuindo à primeira a fonte de todos os males e problemas e apresentando a segunda como actividade acima de qualquer suspeita e politicamente asséptica. À primeira são associadas e estigmatizadas as posições dos que assumem e corporizam a oposição e a luta contra a política que impõe valores dominantes; enquanto que à segunda é atribuída a imagem de uma acção dominada por critérios estritamente pragmáticos e de condução arbitral da vida e dos destinos de todos nós.

A intenção é clara: iludir que nos governos se sedia o poder de conduzir e concretizar políticas, que os partidos organizam interesses de classe e que a luta que travam para ter acesso ao poder de decidir é feita para aí promoverem e imporem, pelas leis e meios do Estado, os interesses de classe que representam. Num quadro e envolvimento naturalmente mais complexos que a li-

nearidade do que atrás está dito permite constatar, mas em que as contradições reais existentes entre a base de apoio de alguns partidos e a sua orientação política dominante e o esforço permanente de procurar decorar a natureza da sua política de modo a assegurarem os apoios que lhes permitam manter a sua base eleitoral, não eliminam o que substancialmente ficou afirmado.

A difusão da tese de que os Partidos são todos iguais alimenta o pasto que visa assegurar a continuidade no poder da mesma

política e tolher ou bloquear vontades de mudança.

Difundida e estimulada ciclicamente por aqueles mesmos que com a sua política conduzem à descrença amplos sectores da população, a repetição desta ideia tem em vista desvalorizar as possibilidades de uma alternativa, tornar dispensável o simples acto de exame de comparação entre partidos e políticas que conduziriam à conclusão de que afinal há quem seja diferente, conformar todos quantos aspirariam a uma mudança a aceitarem, resignadamente, a política que lhes é imposta na base do pressuposto que, mude o que mudar, tudo continuará como dantes.

Vivendo de uma base que a credibiliza (a quase plena similitude que une PS, PSD e PP) e alimentada pela mercantilização a que estes partidos conduziram a actividade política, degradando-a aos olhos dos portugueses, esta tese visa, no essencial, dificultar a aproximação e a avaliação crítica e independente por parte dos cidadãos da actividade do PCP, das suas propostas e do seu projecto.

A terceira e última tese - emergente de uma forma mais consistente no decurso dos recentes referendos, alinhada pela lógica de estigmatização dos partidos - procura opor partidos a movimentos de cidadãos, definindo para aqueles áreas em que teriam legitimidade para intervir e chamando para estes os temas e causas que classificam como de cidadania.

Rejeitando generalizações e ver-se transformado em farinha do mesmo saco, o PCP assume por inteiro a sua condição de partido que faz política norteado por critérios de verdade e com o objectivo de colocar toda a sua força, saber e determinação na luta pela dignificação deste povo e o progresso deste país.

Uma tese sustentada na teoria, entretanto elaborada, que os partidos, ainda que sempre com o PCP no pensamento por mais que o procurem disfarçar, condicionariam a livre vontade da expressão eleitoral, só garantida pela iluminada e não condicionante intervenção de alguns ilustres cidadãos...

Passando adiante da baixa consideração por que é tomado por estes teorizadores o conjunto de portugueses e portuguesas, e não deixando de recordar, a quem aparenta distração, que os partidos são na sua essência grupos de cidadãos estavelmente organizados, não deixa de ser oportuno anotar duas observações.

A primeira, para fazer notar o estranho e suspeito processo genético que esteve na origem de alguns dos movimentos, onde se encaixaram os principais mentores destes teóricos que intervieram nos últimos dois referendos.

Para além da indiscutível independência e descomprometimento partidário de cidadãos como Cavaco Silva, Manuel Monteiro, Bagão Félix, Proença de Carvalho, Miguel Sousa Tavares ou Nobre Guedes...

A segunda, para trazer à memória que algumas das páginas de ouro de demagogia e falsificação, destinadas à propositada desinformação dos eleitores nestes dois últimos referendos, foram protagonizadas por aqueles mesmos que se autoproclamam defensores da livre e consciente escolha dos portugueses.

Bastaria recordar as rábulas de Bagão Félix no referendo da IVG ou de Proença de Carvalho no referendo da Regionalização para não ser preciso acrescentar seja o que for. Mas talvez a intervenção mais fiel do que move esta corrente de pensamento tenha sido dada pela ex-juíza do Tribunal Constitucional, Assunção Esteves, ao manifestar-se de forma indignada, na própria noite do referendo de 28 de Junho passado, pela ousadia que o PCP cometera ao intervir com voz e pensamento próprios nessa batalha política: deixar nas mãos de alguns, que entre si são quase o mesmo, a formação de opinião e a conformação de vontades de acordo com aquilo que melhor serve os seus interesses e dos partidos a que mais ou menos formalmente pertencem.

Rejeitando generalizações e ver-se transformado em farinha do mesmo saco, o PCP assume por inteiro a sua condição de partido que faz política norteado por critérios de verdade e com o objectivo de colocar toda a sua força, saber e determinação na luta pela dignificação deste povo e o progresso deste país.

Um Partido que é e se assume como diferente. Que não eleva a mentira e a demagogia a critérios de sucesso político. Que rejeita a chicana e o manobrismo como expoentes da sua táctica política.

Um Partido que credibiliza a acção política pela verdade, pela entrega às causas e pelo respeito com os compromissos assumidos.

Um Partido que não pretende apenas assumir-se como representante de interesses por delegação de confiança e que, recusando concepções que vêem na população sujeitos passivos, procura influenciar e estimular a intervenção dos cidadãos e dar-lhes consciência de que a sua participação encerra em si força social transformadora.

Um Partido que se assume como é, de classe, no qual se revêem e cabem todos quantos lutam por mais justiça social, mais direitos, melhores condições de vida, e que toma em suas mãos os seus objectivos.

Um Partido que, pela sua prática e pela sua palavra, contribui para dar valor e sentido àquela mesma democracia que alguns tanto idolatram... mas que diariamente agridem.



Projecto VIDA, parte VI: a extinção?

O Relatório sobre a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, recentemente apresentado por uma Comissão independente, propõe ao Governo a extinção do Projecto Vida. Com esta Recomendação, fica definitivamente posta em causa a credibilidade da estrutura emblemática das políticas governamentais de combate à droga nos últimos 11 anos.



■ António Filipe

Desde a sua criação por Cavaco Silva em 1987, a história do Projecto VIDA tem sido a das suas sucessivas reestruturações. Criado com o proclamado objectivo de assegurar a articulação interdepartamental, no sentido de responder às questões colocadas nas três vertentes que devem integrar um plano de luta contra a droga (a informação e sensibilização do cidadão, o tratamento, reabilitação e inserção social do toxicómano e o combate ao tráfico), o Projecto Vida nunca logrou atingir esse objectivo. Em vez disso, tornou-se a

imagem de marca da acção governativa em matéria de combate à droga, dando prioridade a uma forte acção mediática e dando corpo a um aparelho fortemente governamentalizado, que se empenhou em apoiar ou promover acções de prevenção da toxicoddependência incapazes de disfarçar a ausência de uma estratégia nacional nesse domínio.

À medida que foi crescendo a exigência social de uma política de combate à droga capaz de responder à gravidade que a situação foi assumindo, foram os Governos, quer do PSD quer do PS, respondendo, no que ao Projecto Vida diz respeito, com fugas para a frente, "reestruturando", "alterando" ou "reformulando" algumas coisas para que quase tudo ficasse na mesma.

De reestruturação em reestruturação

Para que se veja que não exagero, vale a pena recordar sinteticamente, as várias fases por que passou o Projecto Vida ao longo dos seus onze anos e meio de existência:

Parte I – Em 21 de Abril de 1987 o Governo de Cavaco Silva, através da reso-

lução do Conselho de Ministros n.º 23/87, aprovou um plano integrado de combate ao tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, designado Projecto Vida.

Parte II – Em 21 de Abril de 1990, passados precisamente 3 anos, nova Resolução do Conselho de Ministros (n.º 17/90) veio proceder à sua reformulação do Projecto Vida. Afirma-se no preâmbulo da Resolução que, "após uma análise do trabalho realizado, verifica-se ser necessário proceder não só a ajustamentos estruturais e institucionais, mas também à revisão e adequação de algumas das medidas anteriormente preconizadas". Foi então criada uma Comissão Interministerial presidida pelo Primeiro-Ministro, um Conselho Nacional presidido pelo Ministro Adjunto, o cargo de Coordenador Nacional para o Combate à Droga, e ainda núcleos distritais do Projecto Vida na dependência dos governadores civis.

Parte III – Em 9 de Novembro de 1992, passados dois anos e meio sobre a anterior reformulação, o decreto-lei n.º 248/92 veio dotar o Projecto Vida de uma nova estrutura orgânica. No seu preâmbulo, afirmava ser "necessário e urgente desenvolver e consolidar uma real e eficaz coordenação intersectorial", e mais adiante, que "o Projecto Vida precisa de apresentar garantias de desburocratização e de coordenação". Em consequência, foi criado o cargo de Alto Comissário para o Projecto Vida e extinto o cargo de Coordenador Nacional.

Parte IV – Afastado o PSD do Governo em Outubro de 1995, decidiu o Governo PS em 8 de Janeiro de 1996 (através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/96) que a Comissão Interministerial se deveria encarregar de rever globalmente o enquadramento jurídico do Projecto Vida, que se encontrava "disseminado por vários diplomas de dignidade e força jurídica díspar", dificultando "o entendimento das suas zonas e instrumentos de intervenção".

A Comissão Interministerial passou 7 meses a reflectir e só em 15 de Outubro de 1996 é que o decreto-lei n.º 193/96 procedeu a nova reformulação do Projecto Vida. Assim, a sua intervenção passou a limitar-se ao domínio da prevenção da toxicoddependência (deixando de intervir na área do combate ao tráfico), mas em compensação passou a ter uma estrutura bem mais pesada. É que à comissão interministerial com o Primeiro-Ministro, o Alto-comissário e mais 8 ministros, ao Conselho Nacional, e ao Alto-comissário, vieram juntar-se uma comissão coordenadora nacional, presidida pelo Alto-comissário e integrando representantes de 8 ministérios, o Observatório Vida, e 18 núcleos distritais. Em suma, esta primeira reformulação do Projecto Vida operada pelo Governo PS visou acima de tudo dar concretização à célebre política de "jobs for the boys".

Parte V – Em 20 de Agosto de 1998, passados 22 meses sobre a anterior remodelação tão demoradamente reflectida, foi publicado o decreto-lei n.º 266/98 que reestrutura o Projecto Vida. No seu preâmbulo, afirma que o que se pretende, no essencial, "é assegurar a efectiva operacionalidade de uma política coordenada de prevenção da toxicoddependência". E para isso, extingue-se o cargo de Alto-comissário e volta a ser criado o cargo de Coordenador Nacional; passa-se o Observatório Vida transitoriamente para o Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga (do Ministério da Justiça) e definem-se as regras de enquadramento e transição do pessoal do Projecto Vida.

Parte VI – Dois meses depois desta reestruturação, a Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga, composta por personalidades de prestígio e mérito unanimemente reconhecidos, propõe ao Governo a extinção do Projecto Vida, com base numa análise atenta das actividades por este desenvolvidas.

Conclui esta Comissão (passo a citar excertos do respectivo relatório) que "a totalidade dos núcleos distritais refere dificuldades logísticas e de recursos humanos"; "a maioria dos núcleos distritais salienta a inexistência de uma política de prevenção clara, por falta de definição de uma linha estratégica a nível central que sirva de referência"; "a avaliação dos programas de acção é quase inexistente"; "o resultado obtido não corresponde às expectativas"; "o Projecto Vida nunca conseguiu aparecer como a resultante harmoniosa das acções levadas a cabo pelos diferentes serviços e a sua imagem sempre se confundiu com a da estrutura coordenadora"; as linhas estratégicas primaram pela ausência, o que facilitou um clima de apoio indiscriminado e sem qualquer tipo de avaliação às iniciativas mais díspares, a pretexto do conceito de prevenção inespecífica"; "a Comissão considera que a estrutura do Projecto sofreu também os efeitos de um exagerado peso"; "tudo indica uma excessiva burocratização em área que a deveria reduzir ao mínimo"; a dependência dos núcleos distritais dos governos civis não foi uma decisão acertada"; "a imagem proporcionada é a de uma colagem ao poder político, os coordenadores dificilmente se libertam de um diagnóstico de «gente de confiança» e a grande renovação que se deu no rescaldo das últimas eleições em nada contribuiu para afastar esse fantasma".

A conclusão

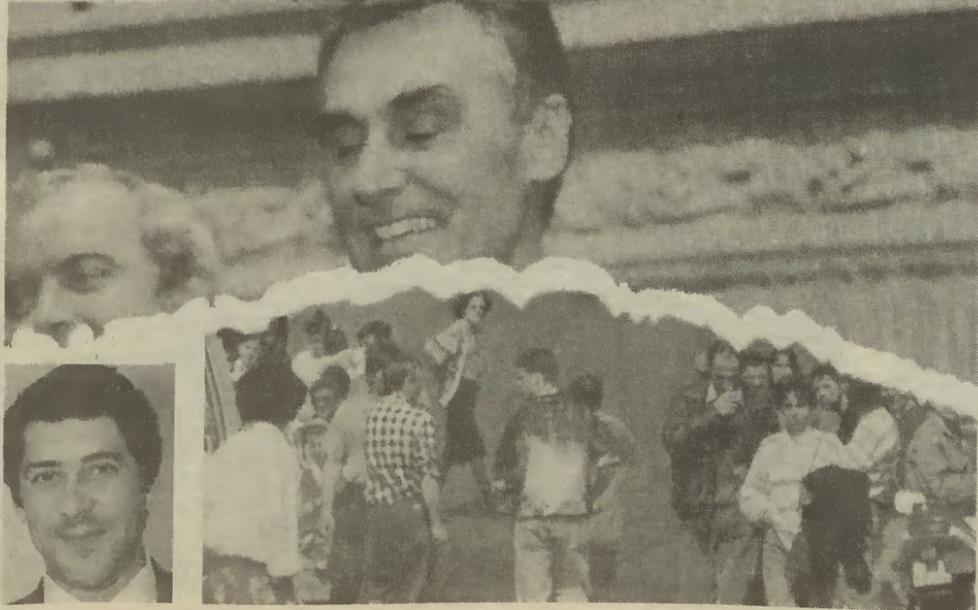
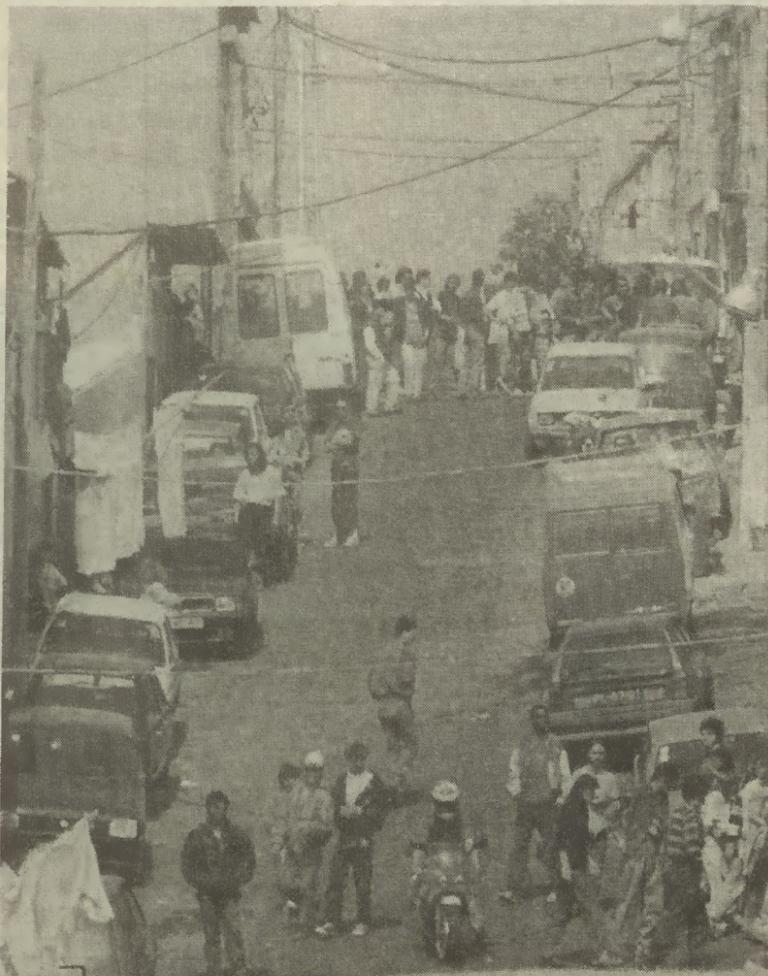
Perante um diagnóstico tão severo e amplamente fundamentado sobre a situação de uma estrutura pública de intervenção que, depois de ter sido a "menina-dos-olhos" do Governo do PSD se manteve e ampliou com o Governo PS, não é sustentável que tudo fique na mesma, como se estivesse bem.

A este respeito, o silêncio do Governo é profundamente comprometedor. Limita-se o ministro José Sócrates a afirmar que o Governo é livre de seguir ou não as recomendações da Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga. Só que, sendo óbvia tal liberdade da parte do Governo, não é menos óbvia a sua responsabilidade perante as medidas que toma ou deixa de tomar.

Ficou à vista de todos que a extinção do Projecto Vida, e a adopção de um outro modelo de coordenação, é uma medida indispensável para uma política correcta de prevenção da toxicoddependência. Ao fugir a essa evidência, insistindo em manter uma estrutura desacreditada, o Governo não fará mais do que demonstrar que está mais interessado em manter o Projecto Vida com os seus defeitos do que em levar a cabo uma política de luta contra a droga em moldes mais adequados.

Se insistir em manter o Projecto Vida nos moldes actuais, de duas uma: ou o Governo demonstra que o diagnóstico feito pela Comissão não é verdadeiro (o que até agora ainda não aconteceu) ou fica demonstrado que o que o Governo pretende é prosseguir uma política assente mais em fogachos mediáticos do que em medidas realmente importantes.

PS: Há também o problema dos "boys". É claro.



Um Programa Nacional o branqueamento de

O PCP apresentou, há duas semanas, a proposta de criação de um Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e, aproveitando a presença de muitos dos participantes do Fórum que realizou em Maio sobre a mesma matéria, divulgou a brochura «Droga - Branqueamento de Capitais em Questão» dele resultante. Nesta sessão, Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, proferiu uma intervenção (que a seguir se transcreve), onde sintetiza as principais propostas do PCP para «prevenir a criminalização da economia e do sistema financeiro, combater o narcotráfico, fazer recuar a toxicodependência e defender a própria democracia».

Poucos processos... e menos condenações

O combate ao branqueamento de capitais, cuja criminalização foi consagrada na legislação de muitos países, incluindo na portuguesa, tem vindo a ganhar apoios, mas sem que se verifique uma alteração efectiva da situação.

Em Portugal, a legislação foi aprovada há cinco anos e os resultados até agora são mínimos, poucos processos, até agora, e ainda menos condenações, até Março deste ano havia apenas uma detenção e os valores confiscados são pouco significativos. Entretanto, muitos elementos apontam para a existência de um grave problema de branqueamento no nosso país, existindo estimativas que apontam para um valor anual superior a 100 milhões de contos, e apontam também para a previsão do seu agravamento futuro, nomeadamente com a progressiva eliminação de fronteiras e a introdução do Euro.

Esta situação de prática impunidade não pode continuar! É preciso fazer alguma coisa mais.

No prosseguimento da intervenção do PCP, a iniciativa que hoje promovemos é mais um alerta para este problema e para a necessidade de dar eficácia ao seu combate.

Apresentamos hoje a brochura que reúne as intervenções e contribuições do Fórum «Droga, Branqueamento de Capitais em Questão», que o PCP realizou em Maio passado com uma importante participação nacional e internacional.

Esta brochura passa a ser uma das poucas edições sobre o branqueamento de capitais disponíveis no nosso país e integra abordagens e informações que permitem conhecer melhor este problema e são um elemento útil para aprofundar a reflexão sobre as formas de o enfrentar.

Queremos mais uma vez agradecer a disponibilidade manifestada por entidades, técnicos e especialistas que enriqueceram o Fórum com as suas intervenções e deram consentimento à publicação das respectivas contribuições.

A droga é um dos grandes flagelos deste final de século, um problema que atinge fortemente a sociedade portuguesa.

A prevenção da toxicodependência implica um vasto e integrado conjunto de medidas, que passam pela prevenção, o tratamento, a reinserção social, a redução de riscos, mas passam também por um decidido combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais que a ele está ligado.

O negócio da droga, as somas enormes que movimenta, o poder que daí resulta, são elementos que estimulam a toxicodependência.

Podemos mesmo dizer que enquanto o tráfico de droga prosperar, enquanto as organizações criminosas reforçarem o seu poder, enquanto milhões e milhões de contos forem branqueados diariamente indo recheiar os cofres de insuspeitas empresas e instituições financeiras, não haverá progressos significativos neste combate.

O branqueamento de capitais tem no tráfico de droga uma das suas principais fontes. Milhares de milhões de contos oriundos do negócio da droga e de outras práticas ilícitas, 75 mil milhões de contos anuais, segundo alguns peritos, entram no circuito legal dos negócios e tendem a envolver uma parte importante da economia no mundo da criminalidade.

O Fórum levantou um conjunto de pistas, que foram também abordadas em encontros que mantivemos com várias estruturas e entidades.

É assim, no seguimento deste trabalho e no momento em que está a decorrer a Semana Europeia de Prevenção das Drogas e da Toxicodependência, que o PCP entendeu oportuno apresentar algumas ideias para levar mais longe este combate.

Propomos a criação do Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais. Há legislação, embora insuficiente, existem responsabilidades atribuídas a várias entidades, mas não tem havido e não há uma abordagem global, integrada e avaliada nesta área. A proposta de criação do Programa que agora apresentamos pode permitir uma visão de conjunto, articulada, na definição de objectivos, na coordenação, no acompanhamento e na avaliação dos resultados, pode criar condições para um novo patamar de maior coerência e eficácia na prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Mas, além da criação do Programa, propomos também como contributo do PCP para este programa, num processo de elaboração que pensamos deve ter uma participação

O branqueamento de capitais é um problema de amplitude mundial, envolvendo poderosíssimas organizações criminosas que, com as actividades e dinheiro ilícitos minam e se interligam com o sistema económico e financeiro e com o poder económico e político, fomentam a corrupção, põem em causa a soberania e independência dos Estados e comprometem a própria democracia.

O combate efectivo ao branqueamento de capitais é uma das formas mais eficazes de atacar o tráfico, uma vez que não se limita à apreensão desta ou daquela quantidade de droga, atinge os traficantes e todos aqueles que beneficiam do tráfico naquilo que mais lhes dói, nos seus lucros e patrimónios ilícitos, atinge o coração do tráfico e dos interesses que dele resultam, reduzindo e liquidando o poder económico dos indivíduos e das organizações criminosas.

A dimensão que atingiu o tráfico de droga e o branqueamento de capitais não acontece por acaso. A desregulamentação e liberalização da economia e das actividades financeiras, dominantes no mundo actual, os paraísos fiscais, a crescente sofisticação das técnicas e a mundialização do branqueamento, a falta de vontade política e a insuficiência da legislação em muitos países, têm facilitado estas práticas criminosas e dificultam a acção para a sua prevenção e combate.

alargada, um conjunto de medidas integradas em quatro linhas de orientação visando:

- o alargamento da aplicação das normas sobre a prevenção, criminalização e repressão do branqueamento e o reforço da cooperação internacional;
- a adopção de mecanismos de regulamentação, controlo, transparência e fiscalização das actividades financeiras;
- o aperfeiçoamento da legislação portuguesa;
- o aprofundamento da acção e reforço das estruturas, meios e eficácia das entidades que têm a seu cargo a responsabilidade da prevenção e combate ao branqueamento de capitais.



Para além de Francisco Lopes, da Comissão Política, integraram a mesa que presidiu à sessão António Filipe, deputado do PCP na Assembleia da República e membro do Comité Central, Carlos Gonçalves, também do CC e Francisco Navarro, membro do grupo de trabalho do PCP para as questões da toxicodependência

para prevenir e combater capitais

Controlar e promover a transparência

Do vasto conjunto de propostas destacam-se: Defender a participação activa do Estado Português nos esforços das Nações Unidas para alargar ao conjunto dos países a aplicação da criminalização do branqueamento de capitais, oriundo do tráfico de droga e de outras actividades ilícitas;

- Reforçar a cooperação entre as magistraturas dos vários países, designadamente com a criação de mecanismos que permitam a ligação directa entre magistrados;

- Regularizar, controlar e promover a transparência e a fiscalização das actividades financeiras, em particular: o controlo e taxação de todos os movimentos de capitais, nomeadamente no que respeita às operações financeiras de curto prazo; o desmantelamento dos paraísos fiscais "off-shore"; a adopção de medidas especiais de controlo, fiscalização e taxação enquanto não for possível o seu desmantelamento; a proibição das empresas, serviços e institutos públicos ou de capitais públicos, de actuarem a partir dos paraísos fiscais e proibição de contratos ou negócios com o Estado ou outras entidades públicas por parte das entidades sediadas ou com escritórios nos paraísos fiscais; eliminação do acesso a subsídios, benefícios fiscais ou qualquer outro tipo de incentivos públicos a empresas que realizem operações em "off-shore";

- Aprovar legislação de controlo dos bancos on-line, bem como de outras formas de armazenamento, processamento, transacção ou emissão de valores em suportes electrónicos, incluindo os cartões inteligentes, que tendem a processar dinheiro ou unidades recuperáveis de valor, fora do sistema financeiro tradicional;

- Criar mecanismos de registo eficaz e verificável de bens, nomeadamente a integração dos títulos ao portador no sistema

escritural, com a obrigação do registo ou depósito das acções, de modo a tornar transparente e detectável a sua posse, e a permitir a respectiva tributação;

- Reforçar o combate às fraudes fiscais, designadamente com a criminalização da fraude fiscal nos casos em que

esta atinja um montante significativo de impostos, com práticas ou omissões fraudulentas, prevenindo a aplicação de penas de prisão e multas até ao décuplo dos impostos iludidos e o levantamento do segredo bancário também em matéria fiscal;

- Aperfeiçoar a legislação, particularmente a destinada à detecção, congelamento, arresto e confiscação dos patrimónios ilegais (bens mobiliários e imobiliários), nomeadamente prevenindo a perda a favor do Estado, dos bens de membros de associações criminosas ligadas ao tráfico de droga e/ou ao branqueamento de capitais, sobre os quais haja fundada suspeita de resultarem de actividade criminosa e de que não seja provada a origem lícita;

- Alargar ao branqueamento de capitais a moldura penal agravada, já prevista para membros de associações criminosas que se dedicam ao tráfico de droga;

- Melhorar a definição do que é branqueamento de capitais e alargar o elenco dos crimes primários enunciados no Dec.-Lei N.º 325/95 de 2/12, designadamente ao tráfico de pessoas, tráfico de órgãos e tecidos humanos, pornografia envolvendo menores, tráfico de espécies protegidas e do tráfico de produtos nucleares;

- Alargar a outras entidades, designadamente às que intervenham como intermediárias de negócios envolvendo montantes elevados (casas de câmbio, advogados, conservadores, etc.), os deveres de comunicação ou notificação na base da adopção de disposições legislativas, administrativas e de auto-regulação adequadas a que essa abrangência seja inequívoca;

- Alargar o prazo de duração da suspensão de operações bancárias suspeitas, previsto no Artigo 11.º do Dec.-Lei 313/93 de 15/9;

- Consagrar a possibilidade de o recurso sobre a decisão do juiz de primeira instância, relativa ao levantamento do segredo bancário, não ter efeito suspensivo dessa decisão;

- Criar uma estrutura de coordenação e avaliação da prevenção e combate do branqueamento de capitais envolvendo as entidades de supervisão e controlo e as estruturas da área da investigação e da justiça (Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários-CMVM-, Instituto dos Seguros de Portugal, Inspeção Geral de Jogos, Inspeção Geral das Actividades Económicas, Administração Fiscal, Procuradoria Geral da República, Polícia Judiciária);

- Criar um organismo independente encarregado de controlar, as actividades financeiras, nomeadamente as transferências entre instituições financeiras, as transferências electrónicas de e para off-shores e entre off-shores que passam pelo nosso país, com a possibilidade de acesso às estruturas informáticas das instituições financeiras sempre que for necessário proceder a investigações;

- Aprovar medidas especiais, relativas ao branqueamento de capitais, no âmbito da introdução do Euro;

- Utilizar eficientemente os meios colocados à disposição do Ministério Público e da Polícia Judiciária otimizando estruturas, capacidades técnicas e humanas, e concretizar o seu anunciado reforço, de modo a garantir uma investigação eficaz dos grandes canais, processos e acções de branqueamento de capitais, aos quais deve ser dada uma atenção prioritária;

- Concretizar as medidas de formação específica das magistraturas nesta área;

- Estabelecer a obrigatoriedade de uma informação anual à Assembleia da República sobre a situação em matéria de branqueamento de capitais e as medidas tomadas para a prevenção e combate a este fenómeno da responsabilidade das entidades de fiscalização, supervisão, controlo, investigação e combate ao branqueamento nas várias áreas de intervenção.



Êxito depende da vontade política

No âmbito da sua acção política e em iniciativas legislativas, o PCP formalizará estas orientações e propostas, com o objectivo de prevenir a criminalização da economia e do sistema financeiro, combater o narcotráfico, fazer recuar a toxicodependência e para defender a própria democracia.

A concretização da resposta política que a dimensão do problema do branqueamento de capitais e a perspectiva do seu agravamento impõem, exige orientações, iniciativas e medidas ajustadas, mas depende acima de tudo da vontade política.

No mundo de hoje, o salto qualitativo que se impõe para combater o tráfico de droga e o branqueamento de capitais implica profundas alterações no sentido de uma nova e mais justa ordem internacional.

A promoção da actividade produtiva, o controlo, redução e reorientação socialmente útil do capital especulativo, o aprofundamento da democracia e da participação popular, o combate contra o pensamento único, são elementos essenciais nesta direcção.

O êxito na luta contra o tráfico de droga e o branqueamento de capitais depende igualmente da capacidade e vontade internacional, na promoção duma política de cooperação efectiva com os países menos desenvolvidos, que passe por uma economia de substituição e controlo da cultura de plantas-base de produção de estupefacientes, pela implementação de planos de desenvolvimento sustentável, que lhes permita romper o ciclo da pobreza e subdesenvolvimento, e pela anulação da dívida externa, autêntico garrote ao seu progresso económico e social.

O PCP, pioneiro na abordagem da prevenção do branqueamento de capitais no nosso país, tem intervido regularmente sobre esta questão. Dessa intervenção destacamos, este ano, além do Fórum Droga: Branqueamento de capitais em questão e da iniciativa para a criação do Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais agora divulgada, a proposta de uma Audiência Parlamentar com entidades e especialistas sobre o branqueamento de capitais, que já foi aprovada pela Assembleia da República. Audiência cuja rápida concretização é de grande importância para, passados cinco anos sobre a legislação relativa à criminalização do branqueamento de capitais, permitir um mais profundo conhecimento da situação e da resposta necessária.

Queremos aqui anunciar também a realização de uma reunião do Grupo Unitário da Esquerda Europeia/Esquerda Verde Nórdica, aberta à participação de outros deputados, consagrada à análise da situação, ao reforço da cooperação entre os vários países e à consideração de propostas a apresentar, para o combate ao branqueamento de capitais, em particular às associações criminosas.

O PCP continuará a assumir as suas responsabilidades, contribuindo para um mais profundo conhecimento destes problemas, criticando, apontando caminhos e propondo medidas para prevenir e combater a droga e o branqueamento de capitais, no quadro da luta por uma nova e mais justa ordem internacional e por uma alternativa global de sociedade.

Os desígnios insondáveis... e outras conjecturas

Novembro de 1998 queima os últimos cartuchos e já se adivinha nalgumas iluminações a época de consumismo que aí vem com o renascimento do deus-menino. Vão chegando as temperaturas frias à Europa: muitos graus abaixo de zero na França, na Suíça, na Alemanha, na Polónia...

Ao atravessar a pé a ponte de Wettstein sobre o Reno em Basileia, fico com a impressão de que um vento matador tem uma lâmina que me quer cortar a orelha direita. Encolho o pescoço, inspiro o ar gelado ruidosamente, sopro para assustar a frieza, puxo a gola do sobretudo para cima e tento proteger-me de tal ventania. Enfim, apanho o eléctrico para Riehen a nordeste de Basileia, vou contente com os filhos que tagarelam que nem dois gárgulos pardais em dialecto suíço-alemão. Queremos visitar uma exposição dos artistas cosmopolitas Christo e Jean-Claude: «Wrapped Trees», árvores embrulhadas no Parque Berower numa Fundação qualquer, ali a escassos metros da fronteira helvético-germânica.

São 163 árvores, entre castanheiros, carvalhos, tílias, plátanos, sicómoros, avelaneiras, chorões, freixos, ameixoeiras, cerejeiras, bétulas, áceres ou bordos e outras cuja designação ignoro ou não identifico. Estão recobertas por um tecido transparente de fibra em poliéster (55 000 m²) e atadas para seu acondicionamento em 23,1 km de corda, tudo produtos da classe operária japonesa.

Sem dúvida que arte também pode ser isto, ou seja, a novidade, o inesperado, as novas perspectivas, as visões nunca antes imaginadas (cheguei a crer por instantes que via fantásticas caravelas em alto mar nos moles de certos volumes), as potencialidades oníricas que há no sonhar dos homens (a tal constante da vida com que Gedeão nos brindava...), até, enfim, as sugestões de ordem prática que desta arte podem advir... Por exemplo: a falta de protecção de hortas e pomares contra as geadas (que nos crestam ou queimam a fruta, fonte de preciosas vitaminas) deixou de ser uma fatalidade natural, pois com tais panejões e o concurso da meteorologia científica poder-se-á em futuro breve evitar grandes quebras na produção frutícola e hortícola.

As árvores tinham piada e os postais ilustrados dessas árvores não me pareciam menos belos do que as próprias árvores. Após umas voltas, lá deixámos as árvores todas muito bem vestidinhas contra o frio e fomos ver o último filme de Spielberg.

A história do soldado James Francis Ryan e seus irmãos é um episódio entre milhões de episódios no massacre da guerra hitleriana contra a humanidade de que o grande capital alemão foi o grande causador (com especialíssimas responsabilidades para o Banco Alemão e o Banco de Dresda – Deutsche Bank e Dresdner Bank – a tal ponto que a Secção de Inspeção Financeira do Governo Militar Americano, O.M.G.U.S., na zona alemã ocupada sob sua influência, chegou a pensar na liquidação para sempre dos dois bancos e na condenação dos seus colaboradores como criminosos de guerra em 1946 – Cf. UZ 20.11.1998, p. 3. Só que, só chegou a pensar... e daí não se passou. E nem se fale, aqui e agora, de outras responsabilidades como as complicitades financeiras entre o nazismo e o Vaticano, pois disso trata Mario Guarino na sua obra «I mercantili del Vaticano» (Kaos Edizional – Mal podiam aqueles inspectores pensar nos desígnios insondáveis que – muitas vezes, mais tarde, como por exemplo no Golfo, mas também antes – levaram e haveriam de levar o grande capital americano e multinacional a fazer a guerra. Este filme permite muitas leituras, algumas, todavia, bem erróneas, como a de se pensar que os nazis só foram combatidos por americanos.

Regressámos a penates.

O telejornal mostrava as primeiras vítimas do frio, em Paris, em Hamburgo, numa pequena cidade polaca: gente desalojada, enregelada, aos milhares, sem tecto, morre hoje um aqui, outro ali, ficam congelados e tesos debaixo das pontes, estirados na neve dos caminhos que vão então dar a Nenhures. Alguns bebem álcool para adormecer e nunca mais acordam. Todos os anos se repetem as mesmas cenas desta macabra «peça de teatro» e, normalmente, aqueles que costumam andar com os direitos humanos na boca, nestas alturas não se dá por eles. Cada Inverno na Europa central e oriental, com o frio e a fome para muitos milhares e milhares de seres humanos desalojados (chamem-lhe o que quiserem, clochards, Obdachlose, Penner, a

realidade não muda...), cada Inverno representa todos os anos um calvário, um terrível Cabo das Tormentas. Que desígnios insondáveis levam a que muitas destas pessoas tenham de morrer assim todos os anos nestes países industriais ricos? Ou vegetar por essas cozinhas caritativas de sopas dos pobres que por aí aparecem?

É uma contradição tremenda do capitalismo, o tal sistema «vencedor», mas, na realidade, o campeão das injustiças onde as verbas do consumismo dos ricos só em perfumes dariam, se calhar, para acabar com a fome no mundo. Dou rédea solta à subjectividade e penso vagamente em coisas contraditórias: em Riehen, comuna das mais ricas do mundo, "felizadas" das árvores vestidas no parque, que às vezes até parecem lâmpadas, ampolas onde os ramos são filamentos e o sol brilha lá dentro naqueles volumes dando luz e calor; por outro lado, infelizados dos desalbergados, vítimas do capitalismo globalizado que pelas vias do neoliberalismo, da ter-

Ambrosiano?) terão ido parar à Polónia, mais exactamente aos estaleiros de Gdansk, lá onde o Solidarnost e Walesa costumavam assentar arraiais. Parece que autênticas excursões de padres polacos, às centenas, chegavam em visita ao Vaticano por esses anos idos, de malas de viagem vazias (ou só com cuecas, ceroulas e similares), para depois regressarem à Polónia de malas cheias da nota americana que as autoridades aduaneiras, por cortesia e/ou respeito sacerdotal, não controlavam. Há vários desígnios insondáveis em tudo isto que o filme deixa perceber.

Toda a estratégia para desestabilizar o chamado Bloco de Leste, atacando em força na Polónia, terá sido firmada entre João Paulo II e Reagan por volta de 1982.

Marcinkus encarregara Calvi de conseguir muitos milhões de dólares dentro de curto prazo, mas acabou por lhe conceder um ano, sem, todavia, jamais afrouxar a pressão sobre ele.

Calvi dirigiu-se à City de Londres (para negociar empréstimos?)



ceira via, do novo centro, do centralismo radical e de outras invenções académicas parasitárias do pensamento único, vai globalizando a miséria crescente do mundo. Que desígnios insondáveis presidem a tanto sofrimento?

O banqueiro de Deus

Após o telejornal vem um filme sobre o banqueiro de Deus, o Senhor Calvi, gerente do Banco Ambrosiano, propriedade do Vaticano. Um tribunal italiano manda exumar o cadáver de Calvi, sepultado há 16 anos, a fim de ser realizada a terceira autópsia. Subsiste uma dúvida sobre se Calvi se suicidou ou se o «suicidaram» (passe a expressão). Calvi apareceu pendurado debaixo de uma ponte do Tamisa em Londres, mas suficientemente mergulhado na corrente. Enforcado ou afogado? Suicídio? Assassinato? Eis as questões que continuam a preocupar a justiça italiana.

Calvi tinha um forte relacionamento com Monsenhor Marcinkus, um dos braços direitos do actual papa, João Paulo II, para as questões financeiras. Se Calvi e Marcinkus, em conjunto ou em separado, ambos ou só um, tinham contactos com a mafia, é mais um dos tais desígnios bem insondáveis que o filme ou documentário deixa em aberto.

Segundo tímidos cálculos, uns 300 milhões de dólares (do Banco

vigiado e sem ter conhecimento dos sombras, dois indivíduos, que ficaram alojados no mesmo hotel.

Após a morte de Calvi, Marcinkus fora intimado por um tribunal italiano a prestar declarações, o que nunca se verificou até hoje. Primeiro, o Vaticano interpôs a imunidade diplomática e, em seguida, despachou-o em grande velocidade para a América, fazendo do cardeal um pároco, algures em lugar obscuro.

Do Walesa e do Solidarnost já hoje pouco ou nada se fala. Cumpriram, pelos vistos, o seu papel e tomaram-se prática e teoricamente desnecessários, inúteis, obsoletos.

A família de Calvi deseja reabilitar o banqueiro de Deus que, diz-se, fazia tudo por este papa. Calvi, 12 dias antes de morrer, ainda escreveu uma carta a Woytila, o papa polaco de sua graça, a qual, todavia, ficaria sem resposta até à data.

Lê-se na Bíblia que os desígnios do Senhor são insondáveis. Serão também os desígnios dos homens assim tão insondáveis? Mesmo os de certos homens que passam por representantes do Senhor na terra? Com o tempo que a tudo vai dando talho (como talvez Camões dissesse se vivo fora), quem sabe se um ou outro desígnio não se irá tornando cada vez menos insondável, cada vez mais sondável...

AGENDA

Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira

Sábado, 5, das 10h30 às 17h30
ENCONTRO DISTRITAL DE QUADROS DE SETÚBAL
 com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

4.ª Assembleia da Organização do Concelho de Aljustrel

Sábado, 5, a partir das 10h, no Centro de Trabalho com a participação de **José Soeiro**

PLENÁRIOS DE MILITANTES

Em CASTELO BRANCO

Reuniões com a participação do camarada **Virgílio Azevedo**: de **Serviços e Empresas Públicas** (CM, SM, CP, EDP, etc) - Sexta-feira, 4 de Dezembro, às 21h, no Centro de Trabalho de Castelo Branco; da **Célula da Portucel/Ródão** - Sexta-feira, 4, às 16h30, em casa do camarada **Pinto Ribeiro**, no Porto do Tejo.

Em LISBOA

1.ª Assembleia da Organização do MEPAT/Ambiente, antecedida de **almoço-convívio** promovido pelos camaradas do Sector: Sábado, 5, a partir das 12h, no CT Vitória.
 Reunião do **Organismo de Direcção da Zona Centro/Lisboa**, alargada a camaradas ligados ao **trabalho autárquico** e outros: Sexta-feira, 4, às 20h30, no CT Vitória.
 Reunião do **Organismo de Direcção do Sector da Função Pública** para discussão da situação política e social e próxima IV Assembleia da ORL: Quarta-feira, 9, às 18h30, no CT Vitória.

Em SANTARÉM

Salvaterra de Magos - Encontro-convívio de **jovens militantes e simpatizantes do PCP**, com a participação do camarada **Albano Nunes**: Sábado, 5, às 14h30, no Centro de Trabalho.

Em SINTRA

Plenário de militantes da célula da **Câmara/SMAS**: Sexta-feira, 4, às 18h30, no CT de Rio de Mouro.
Montelavar - Plenário de militantes da freguesia: Sábado, às 21h30, no Centro de Trabalho local.
Almargem do Bispo - Plenário de militantes da freguesia: em casa do cam. **Miguel Rodrigues**, Sexta-feira, às 21h30.

Em VILA FRANCA DE XIRA

Vialonga - Plenário de militantes da freguesia: Sábado, às 16h, no CT de Vialonga.

Porto

Conferência/debate no CT da Boavista

com o **Dr. EMÍLIO PERES**: **Alimentação e Globalização**
 Sexta-feira, 4, às 21h30

CONVÍVIO DE MULHERES CDU Jantar - Noite de Fado

Sábado a partir das 20h no **CT da R. Barão de S. Cosme / Porto**
 (Tel. 02 573030)

EXPOSIÇÃO DE PINTURA

No Centro de Trabalho da Boavista

- | | |
|-------------------|-----------------|
| Acácio Carvalho | José Emídio |
| Adão Cruz | José Rodrigues |
| Alfredo Barros | Júlia Pintão |
| Américo Moura | Margarida Leão |
| Ângelo de Sousa | Nuno Gandra |
| António Fernando | Roberto Machado |
| Armando Alves | Romero |
| Fernando Oliveira | Sílvia Carreira |
| Helena Gouveia | Susana Nogueira |
| Henrique Silva | |

BANCA DE NATAL

No Centro de Trabalho de Algés

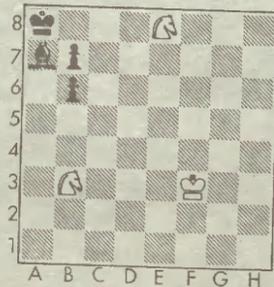
27 Novembro a 22 Dezembro
 De Seg. a Sexta, das 13h30 às 17h30

XADREZ

DCLXXXV - 3 DE DEZEMBRO DE 1998
 PROPOSIÇÃO N.º 1998X48

Por: **M. Aizenshtat & A. Troitzky**
 «Shakmaty» - 1940

Pr.: [4]: Ps b6, b7 - Ba7 - Ra8
 Br.: [3]: Cs. b3, e8 - RE3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X48 [M.A. & A.T.]
 1. Cç7+1, Rb8; 2. Cb5, Ra8; 3. Cç11, Bb8; 4. Cd3, Bh2; 5. Rg2, Bb8; 6. Rh3!, Ba7; 8. Cb4 [f4], Bb8; 8. Cd5!, Ba7!; 9. Rg4 [g2, h4], Rb8; 10. Cf6, Ra8; 11. Cd7, Bb8; 12. C:b6 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DCLXXXV - 3 DE DEZEMBRO DE 1998
 PROPOSIÇÃO N.º 1998D48

Por: **C. Engel**

In «Strategie der Honderd Velden» [NL]

Pr.: [2]: 27-(49)

Br.: [4]: 36-39-(47)-48

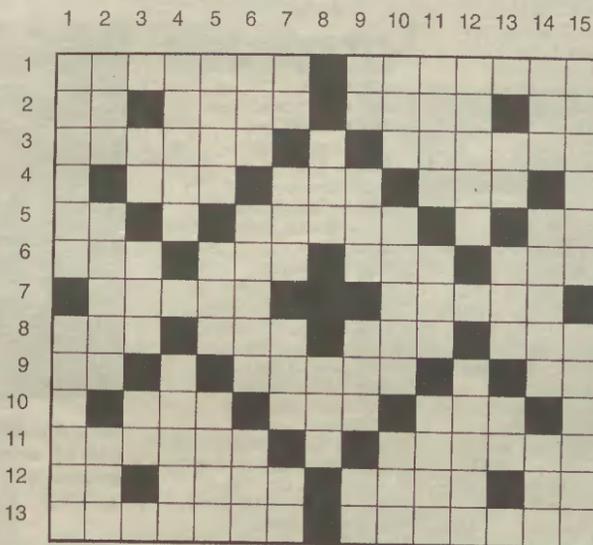


Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998D48 [C.E.]
 1. 47-42!, (49-43); 2. 39-33, (43-38); 3. 42-31, (38X15)* 4. 31X4, (15-20...); 5. 48-42, (... 20x42); 6. 4-15+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Nome vulgar extensivo a umas plantas herbáceas da fam. das violáceas, cujas flores, em regra são muito odoríferas, espontâneas e cultivadas em Portugal; o m.q. unipedal. 2 - Suf. nom. de origem latina, que tem sentido diminutivo; igualdade (pref. (pl.)), desarranjo mental (fig.); suf. de agente. 3 - Inexperiente; trabalhara com a sapa. 4 - Estime; enfermidade; chefe etíope. 5 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; nome vulgar de um pequeno batráquio anuro, arborícola de cor normalmente verde e com a extremidade de cada dedo em forma de disco, comum em Portugal (pl.); interj. de dor. 6 - Tempero; sinal ortográfico que serve para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca; órgão que segrega a urina; guameço com asas. 7 - Vegetação, em especial representada por algas filamentosas verdes, que cobre ou se mistura no lodo dos fundos aquáticos (pl.); nó que se desata facilmente (pl.). 8 - Cabelos brancos; maior; deus dos raios e do trovão, filho de Odin; isolados. 9 - Letra grega; punhal usado pelos antigos romanos (pl.); rio costeiro de França. 10 - Pron. pess. feminino, nota musical (pl.); flanco. 11 - Bordão com uma travessa na extremidade superior, que serve de apoio aos coxos; suportam. 12 - Érbio (s.q.); tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou fracturada para a manter imóvel; magnete natural; batráquio. 13 - Tiraram com violência; máquina para extrair água das minas.

VERTICAIS: 1 - Bebida alcoólica proveniente do sumo das uvas fermentado (pl.); transgressão de um preceito legal (pl.). 2 - Profundo; barco empregado na pesca do atum; larva que se cria nas feridas dos animais. 3 - Caminho para lá; o m.g. lírio; artigo antigo. 4 - Atilho; asa do nariz. 5 - Um dos quatro pontos cardeais; maior ou menor vigor ou intensidade de colorido; cingir com nó. 6 - Corda de rebocar; alegrias; eleva. 7 - A carta mais alta do baralho; substância açucarada que as abelhas preparam com o suco das flores e que depositam nos alvéolos dos seus favos; rim (ant.); antemeridiano (abrev.). 8 - Ilha do arquipélago de Cabo Verde; óxido de cálcio. 9 - Antiga nota dó; a família; bigoma de ourives; Iridio (s.q.). 10 - Naquelas; reservatório, com ar rarefeito, onde as colheitas verdes se guardam comprimidas, para sofrerem fermentação e depois servirem de forragens (pl.); padrão. 11 - Encolerizar; o abismo (fig.); frutos da ateira. 12 - Comer; aprendiz. 13 - Arsénio (s.q.); aqueles; aparência. 14 - Sofrimento; limpa as mucosidades do nariz; apelido de poeta português. 15 - O tesouro público; peixe da fam. dos salmónídeos, que aparece sobretudo no Minho, muito apreciado pela sua carne de sabor delicado.

11 - Irar; mar; atas. 12 - Papar; aluna. 13 - As; ass; ar. 14 - Dor; assor. 15 - Erdio; salmão.

11 - Irar; mar; atas. 12 - Papar; aluna. 13 - As; ass; ar. 14 - Dor; assor. 15 - Erdio; salmão.

PONTOS NATURAIS

■ **Mário Castrim**

Actualidade

História com porcos

A União Europeia deixou de mandar porcos para a Rússia. Certo. É a lei do mercado.

E além disso porcos, lá, é o que não falta.

MIR

O cosmonauta pousou na Sibéria e disse: lá em cima é um perigo porque não nos mandam as peças para o MIR. Porquê? Por falta de verba.

Dizem que chorou debruçado sobre o cadáver de um sonho que esteve tão perto do Sol.

O «ballet» que é

O primeiro bailarino do Bolshoi tem um salário de trinta dólares. Alimenta-se de água.

Enquanto lá fora a hora baila e chora ao som da arcaica balalaica.

Gela-se em Moscovo

Moscovo gela as almas pequenas

ali pararam os tanques nazis quando o orgulho desfazia a neve

Moscovo corta as mãos nuas

ali as mãos nuas e quentes partiram os dentes da besta

Moscovo mata no silêncio branco

ali onde a esperança cantou a alegria de celebrar o dia.

O pizza mole

Mister Gorbachov o da *perestroika* agora, pra ganhar uns cobres, faz a publicidade de pizza americana. Trabalho acabado aceita a oferta da palhaçada na televisão.

Bem me levaste à certa, cabrão!

SOLUÇÃO:

Quinta, 3

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.40 Chiquititas
- 16.40 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Contra Informação
- 21.00 As Lições de Tonecas
- 21.35 Grande Entrevista
- 23.05 Anúncios de Graça
- 23.55 24 Horas
- 00.45 Agente Duplo (Longa-metragem)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 A Grande Esperança (de John Ford, EUA/1939, com Henry Fonda, Alice Brady, Marjorie Whelan, Eddie Collins. Ver Destaque)
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 O Planeta da Vida
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2

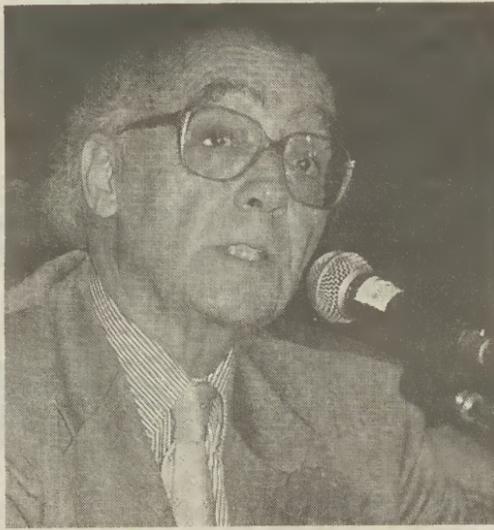
Sexta, 4

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.40 Chiquititas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Futebol: Salgueiros-Sporting
- 23.00 Jet Set
- 23.35 Serviço de Urgência
- 00.35 Radar
- 01.15 24 Horas
- 02.05 Máquinas
- 02.45 Tentações Escaldantes (de Dimitri Logothetis, EUA/1993, com Robert Patrick, Michele Johnson, Ray Wise, Jonathan Banks. «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 A Terra
- 16.35 Encontros Imediatos
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 O Planeta da Vida
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2



Na RTP1, Judite de Sousa entrevista esta noite, quinta-feira, José Saramago, Nobel da Literatura 1998

Sábado, 5

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Made in Africa
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top+
- 14.55 Espelho Meu
- 15.35 Saber & Fazer
- 16.25 O Rapaz e o Mundo
- 16.50 Primeira Vez
- 18.05 Estrada Viva
- 18.45 Santa Casa
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Evita Peron (2.ª Ep.)
- 22.30 Miguel Ângelo ao Vivo
- 23.45 86-60-86
- 00.25 24 Horas
- 01.05 Royce, Agente Secreto (de Rod Holcomb, EUA/1993, com James Belushi, Chelsea Field, Miguel Ferrer, Peter Boyle)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Shaka Zulu
- 13.00 Cidade Louca
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.45 Caminho das Estrelas
- 19.35 2001
- 20.05 Os Simpsons
- 20.30 Tenchi Muyo
- 21.00 Fantástico Futuro
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 O Vigário de Dibley
- 00.35 O Riso ao Poder
- 01.05 1900 (2.ª Parte) (de Bernardo Bertolucci, It./Fr./RFA/1976, com Robert de Niro, Gérard Depardieu, Dominique Sanda, Donald Sutherland, Laura Betti. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Um Indomável Rebelde (de James Fargo, EUA/1978, com Clint Eastwood, Sondra Locke, Geoffrey Lewis. Comédia/Ação)
- 16.10 Walker
- 17.50 Hooper, o Maior Duplo do Cinema (de Hal Needham, EUA/1978, com Burt Reynolds, Jan-Michael Vincent, Sally Field. Comédia/Ação)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.00 Big Show Sic
- 01.00 Afrodisia
- 01.30 Sentinela
- 02.30 Último Jornal
- 03.00 A Espada da Justiça (de Jeremy Kagan, EUA/1992, com F. Murray Abraham, Eric Roberts, Mia Sara, Chris Rydell, Elaine Kagan. Drama)

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Animação
- 13.35 Contra-Ataque
- 14.40 Adultos à Força
- 15.40 Sétimo Céu
- 16.45 A Mulher do Presidente (de Michael Lindsay-Hogg, EUA/1992, com Diane Keaton, Ed Harris, Ed Begley Jr. Telefilme/Comédia Policial)
- 19.00 Ação em Acapulco
- 20.00 Roar
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Os Homens Também Choram (de Harry Winer, EUA/1993, com Peter Strauss, Judith Light. Drama)
- 24.00 Ataque ao Arranha-Céus (de Raymond Martino, EUA/1995, com Tane Nicole Smith, Richard Steinmetz, Branco Cikatic. Ação)
- 02.00 Profiler

Domingo, 6

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.00 Que Vida Esta!
- 16.10 Sub 26
- 17.35 Em Nome da Justiça
- 18.45 GLx
- 19.30 Domingo Desportivo
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Casa Cheia
- 21.30 Débora
- 22.45 Docas
- 23.15 Domingo Desportivo
- 00.55 Millennium
- 01.55 24 Horas

RTP 2

- 09.30 Novos Horizontes
- 10.30 Missa
- 11.30 A Grandes Viagens de Comboio
- 13.40 Viúvas
- 14.30 Sarrilhos com Elas
- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Jornal de África
- 18.35 A História de Nikita
- 19.30 Bom Bordo
- 20.00 Os Simpsons
- 20.15 Onda Curta (Pinturas Famosas - Doze curtas-metragens de animação de Maarten Koopman, Holanda-1990/96)
- 21.25 Artes e Letras - «Nigel Kennedy»
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Horizontes da Memória
- 23.00 Olhos nos Olhos

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.45 Caçador Branco, Coração Negro (de Clint Eastwood, EUA/1990, com Clint Eastwood, Jeff Fahey, George Dzundza, Marisa Berenson. Ver Destaque)
- 16.45 Os Imortais
- 18.00 Bandido, Bandido (de Hal Needham, EUA/1994, com Brian Bloom, Brian Krause, Ami Dolenz. Comédia)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Polícias à Solta
- 21.40 Chuva de Estrelas
- 22.50 Lobo (de Mike Nichols, EUA/1994, com Jack Nicholson, Michelle Pfeiffer, James Spader, Kate Nelligan, Richard Jenkins. Ver Destaque)
- 01.00 Último Jornal
- 01.35 Dra. Quinn
- 02.35 Portugal Radical

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.15 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Aventuras Selvagens
- 15.00 Adultos à Força
- 16.00 A Bênção do Amor (de Deborah Raffin e Nina Foch, EUA, com Lynda Carter, Steven Eckholdt, Ari Meyers. Drama)
- 18.25 A Patrulha do Tempo
- 19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 O Rosto da Lei
- 23.30 Ultraje (Longa-metragem, com Rob Lowe, Jennifer Grey. Drama)
- 01.45 Profiler

Segunda, 7

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.40 Chiquititas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Contra Informação
- 21.00 Nós, os Ricos
- 21.35 Canções da Nossa Vida
- 22.50 Sala de Conversas
- 24.00 24 Horas
- 00.55 Poltegeist

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Rumo ao Sul
- 16.35 O Nosso Charly
- 17.25 Madeira
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 20.30 A Ponte de Brooklyn
- 21.00 Portugalmente
- 21.35 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Jornal Falado
- 23.45 Dançando no Tempo
- 00.35 À Noite com Jools Holland

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Buêrére
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Torre de Babel
- 22.00 Roda de Milhões
- 24.00 Toda a Verdade
- 01.15 Último Jornal
- 02.50 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Olha Quem Ladra (de Matthew Robbins, EUA/1991, com Cindy Williams, David Rasche, Robert J. Steinmiller Jr., Kurt Fuller. Comédia/Aventuras)



João Bénard da Costa com os «seus» filmes de eleição: todas as quintas na RTP2



Agora em reposição na SIC, «Evita Peron» é uma série do início dos anos 80 com a brilhante Faye Dunaway.

- 20.00 Robocop
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Soldados da Justiça
- 23.00 O ABC da Morte
- 00.50 Ai Que Vida!
- 02.30 Profiler

Terça, 8

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.40 Chiquititas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Amigos
- 21.35 Herman 98
- 23.35 Liga dos Campeões
- 00.15 Reportagem
- 01.20 24 Horas
- 02.05 Rotações

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 O Pagador de Promessas (de Anselmo Duarte, Port./Brasil/1988, com Leonardo Vilar, Américo Coimbra, Norma Bengell, Glória Menezes. Ver Destaque)
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Uma Janela sobre a Natureza
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Buêrére
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Torre de Babel
- 22.00 Roda de Milhões
- 24.00 Toda a Verdade
- 01.15 Último Jornal
- 02.50 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Olha Quem Ladra (de Matthew Robbins, EUA/1991, com Cindy Williams, David Rasche, Robert J. Steinmiller Jr., Kurt Fuller. Comédia/Aventuras)

- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Solares de Portugal
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 Nash Bridges

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Buêrére
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Um Sarrilho Chamado Marina
- 21.30 Torre de Babel
- 22.30 Casos de Polícia
- 23.45 O Último Padrinho
- 01.00 Último Jornal
- 01.35 Conversas Secretas
- 03.00 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Tombstone (de George Pan Cosmatos, EUA/1993, com Kurt Russel, Val Kilmer, Michael Biehn, Powers Boothe, Dana Delaney. «Western»)
- 20.00 Robocop
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 O ABC da Morte (2.ª Parte)
- 24.00 Golo
- 00.30 Ai Que Vida!
- 01.10 Feedback
- 02.00 Profiler

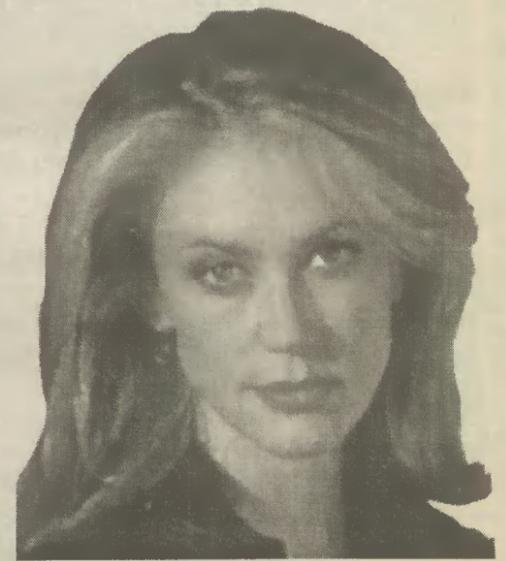
Quarta, 9

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 História dos Direitos do Homem
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.40 Chiquititas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.00 País Regiões
- 19.30 Liga dos Campeões (6.ª Jornada)
- 21.30 Telejornal
- 22.20 Diário de Maria
- 23.20 Liga dos Campeões (Resumo)
- 00.30 24 Horas
- 01.25 Concerto Prémio Nobel

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Derrick
- 16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Os Aventureiros
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece



Profiler, uma série habitual na TVI, é agora diariamente transmitida a encerrar a emissão

- 22.50 Sinais do Tempo
- 23.45 Carlos Cruz
- 00.45 Dharma e Greg

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Buêrére
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Um Sarrilho Chamado Marina
- 21.30 Torre de Babel
- 22.30 Casos de Polícia
- 23.45 O Último Padrinho
- 01.00 Último Jornal
- 01.35 Conversas Secretas
- 03.00 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Flipper
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Robocop
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 O Príncipe das Marés (de Barbra Streisand, EUA/1991, com Barbra Streisand, Nick Nolte, Blythe Danner, Kate Nelligan. Ver Destaque)
- 00.05 Ally McBeal
- 01.05 Ai Que Vida!
- 02.00 Lanterna Mágica
- 02.30 Profiler

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



O «Último Padrinho» é mais uma história da Máfia, novamente com excelentes intérpretes

- 22.35 Acontece
- 22.50 O Rio Sagrado (de Jean Renoir, Índia/1951, com Patricia Walters, Radha Sri Ram, Adrienne Cori, Thomas Breen. Ver Destaque)
- 00.50 Os 50 Anos do Estado de Israel (IV)

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Buêrére
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Cantigas de Mal Dizer
- 22.15 Torre de Babel
- 23.15 Grande Reportagem
- 00.20 Último Jornal
- 00.55 Sentinela
- 02.20 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Flipper
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Robocop
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Primeira Vaga
- 23.00 Polícias e Ladrões
- 24.00 Wiley, o Falsificador (de Dean Parisot, EUA/1990, com Jeff Goldblum, Kristin Scott Thomas, Todd Graff, Abdul Salaam El Razzac. Comédia)
- 02.00 Ai Que Vida!
- 02.30 Ponto Final
- 02.55 Profiler

- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Noites Brancas (Dune, filme de David Lynch, EUA/1984, com Kyle MacLachlan, José Ferrer, Brad Dourif, Kenneth McMillan, Sting, Jack Nance. Ficção Científica)

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Buêrére
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Torre de Babel
- 22.00 Donos da Bola (inclui o jogo Benfica-V. Setúbal)
- 02.40 Último Jornal
- 04.00 Vibrações

TVI

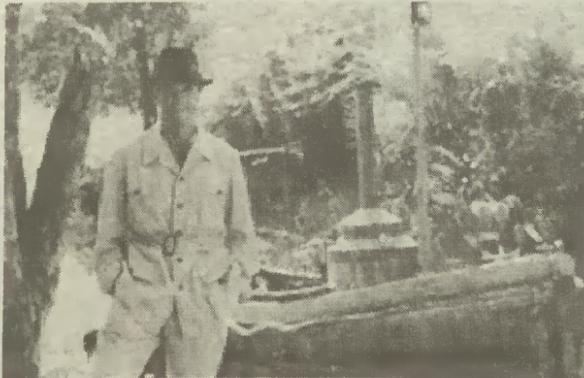
- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Flipper
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Robocop
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Primeira Vaga
- 23.00 Polícias e Ladrões
- 24.00 Wiley, o Falsificador (de Dean Parisot, EUA/1990, com Jeff Goldblum, Kristin Scott Thomas, Todd Graff, Abdul Salaam El Razzac. Comédia)
- 02.00 Ai Que Vida!
- 02.30 Ponto Final
- 02.55 Profiler

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Grande Esperança (Quinta, 15.40, RTP2)

Em mais uma das suas obras-primas, **John Ford** faz-nos recuar até à juventude de *Abraham Lincoln*, em princípios do séc. XIX, quando o futuro presidente dos EUA era um jovem licenciado em Direito, aqui participando, como advogado de defesa, num caso de crime julgado em tribunal. Mas, para além de um monumento à futura glória de um homem (ao acompanhar um processo jurídico que ficou histórico), o filme é, também, uma homenagem às famílias pobres e simples da «grande América rural», que o realizador exalta através do seu habitual humanismo, apoiado por imagens fabulosas e uma banda sonora impressionante. Destaque, também, para um grande papel de **Henry Fonda**, na personagem principal.



Clint Eastwood é actor e realizador do filme «Cachador Branco, Coração Negro»

O Rio Sagrado

(Quinta, 22.50, RTP2)

Na Índia, nas margens de um grande rio, vive uma família de colonos britânicos cujas duas filhas se apaixonam por um jovem oficial americano que perdera uma perna na guerra. Consciente da sua enfermidade, este recusa corresponder a este amor e parte sozinho. E, tal como no passado, a vida retoma o seu curso, perto do grande rio. No seu primeiro filme a cores e servindo-se desta fábula exótica, **Jean Renoir** surge-nos como o profeta de uma filosofia humanista desencantada mas sempre generosa, que ele traduz numa obra ampla e majestosa como um rio e em imagens soberbas. Pela primeira vez transmitido na televisão portuguesa.

Cachador Branco, Coração Negro

(Domingo, 13.45, SIC)

Quando a equipa de produção de *A Rainha Africana* (filme realizado em 1951 por **John Huston**) partiu para os locais de rodagem deste famoso filme, já o seu argumentista **James Agee** havia sucumbido a um ataque de coração cuja origem não é surpresa encontrar na intensa e exigente forma de trabalhar (e viver) do grande realizador americano. **Huston** teve então de contratar um outro jovem escritor - **Peter Viertel** - que partiu com o resto da equipa para África para ali dar os últimos retoques no script final. A experiência que **Viertel** viveu durante a rodagem de *A Rainha Africana* inspirou-o a escrever um romance (*Cachador Branco, Coração Negro*) em que a personagem central, um realizador de cinema - a que ele significativamente deu o nome de **John Wilson** - estava mais preocupado em dar caça aos elefantes do que em rodar um filme... No início dos anos 90, **Clint Eastwood** leva então a cabo o seu antigo projecto de adaptar ao cinema a obra de **Peter Viertel**, num filme em que ele próprio se coloca na pele do realizador, uma empresa tão aliciante e apaixonante quanto recheada de escolhos e dificuldades. O resultado final, embora algo desigual e irregular, recheado de bons e menos bons momentos de cinema, não pode entretanto deixar de interessar e apaixonar o espectador cinéfilo, sobretudo aquele que nutre pela riquíssima e controversa personalidade de **John Huston** uma admiração sem limites - como é visivelmente o caso de **Eastwood**.



Mike Nichols e Michelle Pfeiffer, numa cena de «Lobo», um filme de Mike Nichols



Nick Nolte e Barbra Streisand, em «O Príncipe das Marés», realizado pela actriz-cantora

Lobo (Domingo, 22.50, SIC)

Numa altura da sua vida em que atravessa uma crise pessoal e profissional, um editor livreiro é mordido acidentalmente por um lobo e, a pouco e pouco, começa a sentir os horrores da transformação periódica num lobisomem terrível. Eis um conto de mistério posto em filme com alguma lentidão mas grande gosto visual por **Mike Nichols**, com **Mike Nichols** e **Michelle Pfeiffer** nos principais papéis.

O Pagador de Promessas

(Terça, 15.40, RTP1)

Grande êxito do cinema brasileiro no **Festival de Cinema de Cannes** de 62, onde alcançou a **Palma de Ouro**, este filme realizado por **Anselmo Duarte** conta-nos a história terrível de um camponês que percorre vergado ao peso de uma cruz um longo trajecto até à cidade de Baía para ali pagar uma promessa - em agradecimento a Santa Bárbara pela cura de um burro -

e, de um momento para o outro, se vê envolvido numa exploração sensacionalista que o transforma na maior vítima, para além das calúnias levantadas pelas autoridades religiosas locais. Numa história de **Dais Gomes**, uma excelente interpretação de **Leonardo Vilar**.

Romy e Michele (Terça, 17.10, SIC)

Duas antigas colegas de liceu mantêm uma profunda amizade desde os tempos de estudo. Mas, um dia, uma delas é por puro acaso reconhecida por uma terceira antiga colega que lhes anuncia uma festa de curso que vai realizar-se em breve. Hesitantes de início, as duas amigas resolvem ir à festa, fazendo-se passar por aquilo que nunca conseguiram ser: duas mulheres de sucesso nas suas vidas profissionais. Num tom de comédia muito bem escrita, este filme desenrola-se em permanente alternância de época, com cenas passadas na festa de curso montadas com outras em *flash-back* de acontecimentos dos anos da juventude. Nos principais papéis, **Lisa Kudrow** e, sobretudo, **Mira Sorvino** e **Janeane Garofalo** são deliciosas na interpretação das suas personagens.

Encontro de Irmãos

(Terça, 23.30, SIC)

Amigo dos prazeres da vida e do dinheiro, um jovem a quem o pai acaba de morrer toma conhecimento de que, não só a herança que julgava caber-lhe não foi atribuída, como, ainda, que um outro seu irmão mais velho, autista, internado há muitos anos numa instituição especializada, fora o filho preferido. É a história do progressivo encontro entre as personalidades tão diversas destes dois irmãos e da crescente amizade entre ambos que fizeram deste comovente, simpático (e por vezes hilariante) filme um assinalável êxito, tendo por base as excelentes interpretações de **Tom Cruise** e, sobretudo, **Dustin Hoffman**, sem esquecer a realização brilhante de **Barry Levinson**. Uma mão cheia de Oscars.

O Príncipe das Marés

(Quarta, 22.00, TVI)

Há um treinador de futebol americano, com problemas no casamento, que parte para Nova Iorque. Há uma psiquiatra (também farta do marido) que tenta



Janeane Garofalo é uma das principais intérpretes da comédia «Romy e Michele», de David Mirkin

curar os males da irmã daquele (que havia tentado suicidar-se), procurando mergulhar no seu passado. Há o progressivo envolvimento entre o treinador e a psiquiatra, que começam a sentir-se atraídos um pelo outro. Mas o nosso «herói», ao tocar nas feridas desse passado comum, acaba por desvendar as razões da tragédia que acontecera na meninice de ambos... Um filme «puxando à substância», fortemente dramático, contado sobretudo em *flash-backs*, e com uma forte interpretação de **Nick Nolte** (que esteve à beira de receber um dos 7 Oscars para que o filme foi nomeado). E, entretanto, para além de constantemente nos espantarmos com o tamanho e o verniz das unhas de **Barbra Streisand** (!), ficamos sem saber se, neste filme, ela é pior actriz do que realizadora - embora o profissionalismo e a capacidade «industrial» de que se fez rodear disfarce, à superfície, os lugares-comuns da realização de um filme que chegou a embasacar certos sectores da crítica americana.

CABO & SATÉLITE

Ciclo Jean-Paul Belmondo

Numa semana em que os destaques para o cabo e satélite se relacionam também com o bom cinema, a primeira chamada de atenção vai para o canal francófono **TV 5** que continua a transmitir um ciclo dedicado ao actor francês **Jean-Paul Belmondo**. Por exemplo, hoje à noite, entre as 21.00 e as 23.25 (com um telejornal de permeio)



TV5



serão transmitidos dois filmes. Destes, o primeiro é verdadeiramente de não perder, intitula-se «**Le Doulou**» (1963) e é seu realizador **Jean-Pierre Melville**, talvez o maior cineasta francês do *filme negro*. Em primeiro plano, está a personagem de um jovem vadio dividido entre a sua amizade por um *gangster* e os seus deveres perante um polícia. Com **Jean Desailly** e **Serge Reggiani**. Uma obra-prima! O segundo filme foi realizado por **Jean Becker** e intitula-se «**Un Nommé La Rocca**» (1961), com **Pierre Vaneck** e **Christine Kaufman**. (TV 5, Quinta, das 19.00 às 23.25)

Um filme de Manoel de Oliveira

Cinco minutos depois, às 23.30, os cinéfilos serão presenteados no Arte

com um dos últimos filmes de **Manoel de Oliveira**, em versão original com legendas em francês. Trata-se de «**O Convento**» (1995), um filme carregado de simbolismo e que tem nos principais papéis duas vedetas internacionais (**Catherine Deneuve** e **John Malkovich**), sem contar com as nacionais **Leonor Silveira** ou **Luís Miguel Cintra**, dois intérpretes-chave na obra do cineasta português. Um cientista americano pretende levar a cabo uma série de investigações num convento da Arrábida em busca de documentação que comprove uma sua teoria: a de que Shakespeare seria espanhol. A partir daqui, **Oliveira** encena uma série de encontros e desencontros entre as várias personagens que se cruzam pelo interior do velho convento. (Arte, Quinta, das 23.30 às 01.00)

Outra obra-prima do cinema negro

Agora é o canal **TNT** que nos traz, na sexta-feira, numa cópia em excelente estado, uma das maiores obras-primas do *cinema negro* norte-americano, «**The Asphalt Jungle**» (1950) de **John Huston**, em versão original sem legendas. Com um punhado de actores e actrizes em grande forma, como **Sterling Hayden**, **Louis Calhern**, **Jean Hagen**, **James Whitmore** e **Sam Jaffe** (na foto), nos papéis principais, o filme conta-nos a história da preparação e do roubo de uma joalheria que acaba por resultar em fracasso. Uma fabulosa fotografia a preto-e-branco. (TNT, Sexta, das 19.00 às 21.00)

TNT



Lorca e o rio de Brecht

No passado domingo, a TV 2 transmitiu um documentário sobre Lorca. Não espanta: este é o ano do centenário de Lorca e a TV 2 serve para isto mesmo, para transmitir telefilmes acerca de escritores, artistas gente assim, desse modo fazendo de conta de que a televisão pública portuguesa tem preocupações culturalizantes. É claro que não tem. Se as tivesse, a primeira providência a adoptar seria a extinção da TV 2 como gueto cultural para onde são exilados, em regime de campo de concentração, todos os programas que de perto ou de longe justifiquem a suspeita de terem vínculos com a cultura ou, sequer, pendoros nesse sentido. Não espanta, pois, a presença de um documentário sobre Lorca na TV 2. Já poderia surpreender um pouco que a sua transmissão ocorresse às 21 horas, como ocorreu, se não fora uma certa tradição de temas de artes e letras, na 2, aos domingos e por aquela hora. Aos domingos, repito. De segunda a sexta-feira, às 21 e 30, a 2 tem a rubrica «Remate» que, como o título deixa adivinhar, aborda uma outra área da cultura. Porque a RTP tem um curioso tipo de abertura: a futebol tem, como é justo, entrada franca no canal supostamente cultural, mas Lorca (por exemplo, Lorca, vida, obra e morte) há-de ficar do lado de fora das portas da «1», onde o direito de admissão é rigorosamente reservado.

Por acaso, o documentário transmitido no domingo pela TV 2 apenas minimamente se referia à morte de Federico Garcia Lorca, e digo-o sem a menor suspeita de que a leveza dessa referência, que aliás o pode ter sido apenas na minha avaliação, tenha tido motivações suspeitas e condenáveis. Aliás, também achei que a poesia de Lorca esteve ali escassamente representada, o que seria tanto mais de estranhar, se fosse caso para estranheza, quanto logo de início um especialista veio dizer-nos que talvez Lorca tenha sido o maior poeta espanhol deste século. O caso é que eu esperava, e de certo modo desejava, que o telefilme falasse mais longamente do assassinio de Lorca pelas milícias fascistas porque se trata de um caso e vários títulos paradigmático de crime contra a humanidade cometido pela extrema-direita. Ora, ultimamente tem-se falado muito de crimes desses a propósito do Caso Pinochet, e nem sempre se tem falado com a lucidez e a honestidade naturalmente desejáveis, indispensáveis mesmo, em matéria tão grave. Lembrar o assassinio de Lorca pode ajudar-nos a ver claro.

Quatro razões para morrer

Nos primeiros minutos do telefilme, veio Edward Albee, que até nem é um qualquer, interrogar-se sobre os motivos do crime e enumerar quatro deles: ser Lorca um intelectual, desenvolver uma intensa actividade de divulgação cultural, integrar-se em iniciativas culturais de esquerda e ser homossexual. Em princí-

pio, parece indiscutível que estes quatro pecados não justificam a pena de morte, nem mesmo no espírito de um *hombre muy macho* mas minimamente decente ou no de um ardente militante pela ignorância convencida. Mas Lorca morreu sob balas franquistas numa madrugada de Agosto de 36, e não foi o único artista, ou escritor, ou intelectual de esquerda, ou homossexual, que o nazifascismo assassinou em Espanha ou noutro lugar. Pelo contrário, o assassinio deste tipo de gente é prática habitual da extrema-direita quando toma o freio nos dentes.

Por exemplo, no Chile.

Por exemplo, no Chile, mas convém sublinhar que a condição de homossexual não é de modo nenhum essencial para o assassinio sob balas nazifascistas: muito pelo contrário, é apenas circunstancial e complementar. O decisivo, isso sim, é ser de esquerda e agir como tal. E

convém fixar o que é ser de esquerda: é querer mudar o mundo para o tornar mais justo, organizar a sociedade de modo a que os que vivem à custa alheia não possam continuar nessa tão confortável situação.

É olhar a vida, ferver de indignação e agir em conformidade. Às vezes, muitas vezes, agir com excesso e brutalidade, até porque a condição de espoliado, quando seja o caso, não propicia a serenidade e a contenção. E, então, ocorrem os crimes da esquerda, que também os tem havido. Que os houve na guerra civil de Espanha, onde os defensores da República legal e democraticamente conseguida foram arrastados pela dinâmica da cólera para práticas que o ideário de esquerda não podia consentir. Mas não ficará mal, nem será deslocado, que lembremos aqui os versos que Brecht escreveu acerca da violência do rio que na cheia tudo arrasta e a violência anterior das margens que o comprimiram.

Esta reflexão vem a propósito de Lorca, assassinado em Granada e lembrado agora na TV2, mas também de Augusto Pinochet, detido em Londres e já generalizadamente pretexto para considerações que pretendem, para sua objectiva defesa, colocar ao seu lado, em situação de paridade, alegados «ditadores de esquerda». Os que o fazem invocam a pretensa rejeição da aplicação de «dois pesos e duas medidas». Sem prejuízo de condenar vivamente todas as violências cegas, tem a esquerda a obrigação de lembrar-se de que a adopção de um só peso e uma só medida só é procedente para situações idênticas, equivalentes, simétricas. Não é o caso da equalização, afinal cúmplice com o crime, da brutalidade destinada a barrar o caminho à justiça e da brutalidade que é uma forma de resistência à infâmia institucionalizada. Pois serão brutalidades em ambos os casos, mas não serão iguais, nem equivalentes, nem simétricas. O pelotão nazi de fuzilamento que executou reféns civis não pode ser entendido como a versão, à direita, dos civis resistentes que metralharam soldados invasores nas ruas de uma cidade francesa e que seriam a versão de

esquerda do mesmo horror. Ainda que o horror estivesse em ambas as situações. Por estas e por outras é que Augusto Pinochet é um criminoso de dimensão e responsabilidade dificilmente comparáveis, e nunca com alguém de esquerda. Por muito que isto incomode, é claro, os cérebros de direita.

Uma questão de justiça

1. A ligeireza, a falta de seriedade e o frenesi tomaram conta do discurso com que a direita, acompanhada por algumas personalidades da área socialista, reagiram à recente decisão do Tribunal da Relação de Lisboa no chamado «caso Leonor Beza». Desde logo porque, esquecendo as funções constitucionais e legais do poder judicial, revelam uma avidez de imunidade e um desejo de inibição das magistraturas que em nada respeitam as regras democráticas mais elementares. Com efeito, não faz o menor sentido condenar julgamentos populares e excessos mediáticos recorrendo, por sistema e sem qualquer pudor, a formas simétricas de absolvição antes do veredicto idóneo, mobilizando a palavra, a imagem e a influência de gradas figuras dos meios políticos. Que implica o acórdão? A apreciação em juízo, a partir de indícios considerados bastantes para a pronúncia, da matéria de facto respeitante a um processo cuja relevância ninguém de bom senso ousa pôr em causa. Porquê, então, uma tal sanha contra o Ministério Público e os juizes que assinam a peça parcialmente transcrita na Comunicação Social, uma peça passível de crítica por desnecessidade polémica mas incontornável nas conclusões técnico-jurídicas? Dir-se-ia que um súbito toque a rebate agitou os sinos da aldeia em que se movem os ex-governantes, os candidatos a gover-

2. Cinco lordes britânicos assumiam, no passado Novembro, um gesto histórico. Abriam caminho à extradição de Augusto Pinochet para Espanha, à guarda de um processo contra si desencadeado por crimes perpetrados na sequência do golpe de 11 de Setembro de 1973. Negando-lhe as imunidades que invocara, sentaram-no no banco dos réus, largos anos após a barbárie que sob o seu comando assolou a República do Chile. Pode o governo de Tony Blair, no domínio das con-

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

jecturas e cedendo a pressões de múltipla natureza, vir a anular ou esbater os efeitos práticos de uma tal determinação. O facto é que, sem escamotear problemas que urge resolver – a instituição ou não do Tribunal Penal Internacional, por exemplo –, vivemos um importante momento de reflexão e viragem. De certa maneira, ler-se-á doravante a uma luz revigorada boa parte do conteúdo da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A impunibilidade talvez tenda a ser um paradigma, no mínimo uma realidade, em perda. Talvez este mundo deixe de se parecer tanto com um santuário para ditadores. E embusteiros de vária



nantes e uns quantos dos que ocupam hoje funções executivas. Prova de mais tanta emotividade, tanto encarniçamento. Chegámos a ouvir o Professor Marcelo Rebelo de Sousa proclamar, naquele seu estilo feérico mas amiúde inclarividente, que jamais erguerá a mão para acusar seja quem for, pertença a que grupo partidário pertencer, pela comissão de actos congêneres dos que são imputados à antiga ministra da Saúde. Se tivéssemos que o levar a sério, decerto esperaríamos, com carácter urgente, uma proposta de lei da bancada laranja visando acabar com os crimes de responsabilidade...

Não é preciso, entretanto, antecipar a sentença do tribunal competente nem privilegiar quaisquer intuits persecutórios para lembrar as dezenas de mortos, de entre os hemofílicos contaminados pela negligência do Estado, a que se não referem muito os defensores da dirigente do PSD. Lá saberão porquê... Não, não é preciso. E, contudo, o silêncio dessas vítimas desarmadas clama. Um silêncio que poderá ignorar as distinções entre dolo eventual e ilicitudes menos culposas, que não brande a espada dos talibãs por sede de vingança e ódio, mas serenamente reclama o apuramento da verdade e a consequente acção do Direito.

casta, gostaria de acrescentar, gente que se serve das fragilidades da democracia para a realização de fins hominosos. Talvez. O tirano de Santiago, como todos os tiranos e afins, menosprezou a memória dos que sofreram o holocausto, a lúcida, terrível, pertinacíssima memória de quantos pereceram, quantos sobreviveram. Assim mesmo, esse resíduo de dignidade e magnitude que se torna património de um povo, dos povos, da humanidade, e emerge na hora inesperada. Pinochet acaba de ver-se derrotado na luta pela imposição da amnésia. Os que promovem diligências e manifestações visando a sua libertação, sob a bandeira dos princípios e garantias que ele reduziu a sangue correndo pelas ruas, pó, cinzas, não entenderam o alcance dessa derrota. E, amalgamando desfaçatez e ignomínia, fazem orelha de mercador a afirmações tão nucleares como as que pertenceram a Lord Hoffmann, ao começo da tarde do dia 25: «Torturar o seu próprio povo não pode ser considerado em direito internacional como uma prerrogativa de um chefe de Estado.» Aguardam-se as consequências. No imediato, porém, fique este frémito a dizer que um tempo outro poderá ter começado, um tempo de justiça, ética e solidariedade, bem diverso do que conhecemos e recusamos.



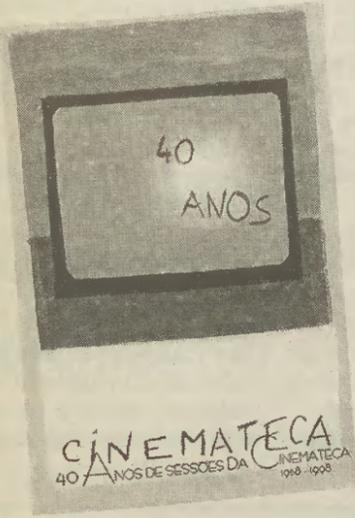
ESCAPARATE

CINEMA

Cinemateca - 40 anos de sessões

A Cinemateca Portuguesa está a comemorar 40 anos de sessões cinematográficas com um ciclo que, nos próximos dias, contará com as seguintes projecções: 3, 18.30, «O Destino» (Port./1923) de Georges Pallu; 21.30, «À Beira do Abismo» (EUA/1946)

de Howard Hawks; 4, 18.30, «O Primo Basílio» (Port./1923) de Georges Pallu; 21.30, «O Terceiro Homem» (Gr.Br./1949) de Carol Reed; 5, 15.30, «O Quarto Mandamento» (EUA/1942) de Orson Welles; 18.30, «O Arrependido» (EUA/1947) de Jacques Tourneur; 21.30, «A Máscara» (Suécia/1966) de Ingmar Bergman; 7, 18.30, «Os Fidalgos da Casa Mourisca» (Port./1921) de Georges Pallu; 21.30, «As Pupilas do Senhor Reitor» (Port./1922) de Maurice Mariaud; 9, 18.30, «Os Lobos» (Port./1923) de Rino Lupo; 10, 21.30, «Amores de Samurai» (Japão/1953) de Teinosuke Kinugasa.



As várias faces do Teatro

Entre os várias espectáculos teatrais que irão estar ou permanecem actualmente em cena, o destaque vai hoje, de início, para algumas estreias. Por exemplo, no Teatro Malaposta, começarão a ser representadas duas peças cuja temática está muito ligada ao espírito feminino. No dia 4, sexta-feira, terá início a carreira de «I Stand Before You Naked», de Joyce Carol Oates, numa encenação de Ana Nave e interpretação de Andreia Bento, Carla Bolito, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Isabel Abreu, Maria José Pascoal, Rafaela Santos e Sofia de Portugal. Segundo a apresentação do espectáculo, trata-se de «uma entre muitas peças escritas por J. C. Oates que revelam um teatro contemporâneo, excitante e provocador e constituem um testemunho brilhante do génio desta artista talentosíssima».

No sábado, 5, será a vez de «Bedtime Story» (na versão portuguesa «Na Hora de Ir Para a Cama»), de Sean O'Casey, uma peça em que «a sexualidade e o afecto são perspectivadas pelas diversas personagens através dos seus comportamentos sendo possível ao espectador avaliar onde reside a dignidade, o egoísmo, os preconceitos e a fraude». A encenação é de José Peixoto e as interpretações de Jorge Estreia, Jorge Silva, Maria José e Teresa Amaro. Informações 939 84 07 / 938 85 70.

Em Almada, no Auditório do Fórum Municipal Romeu Correia estreia-se na próxima terça-feira, 8, às 17 horas, a célebre



peça «A Excepção e a Regra», de Bertolt Brecht, pela companhia do Teatro Extremo. A encenação e a dramaturgia é de Fernando Jorge Lopes e a interpretação estará a cargo de Paulo Duarte, Rui Cerveira, Dina Nunes, Paulo Guerreiro, Mário Timóteo, Paulo Brito, Tiago Bastos e Carlos Francisco.

Entre outras peças que continuam em cartaz destacamos: no Teatro Nacional de Almada, «O Cerco de Leninegrado», de José Sanchis Sinisterra com tradução de Ernesto Sampaio, numa encenação de Joaquim Benite com interpretação de Fernanda Alves e Fernanda Borsatti; e no Teatro Aberto (em Lisboa), pelo Novo Grupo, «O Mar é Azul, Azul» de João Lourenço, Vera San Payo de Lemos e José Fanha, com interpretação de Irene Cruz e José Jorge Duarte.

Finalmente, prossegue até 12 de Dezembro a iniciativa «Ver Teatro» levada a cabo pela Câmara Municipal de Loures no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Teatro e que levará o teatro a freguesias da Portela, Sta. Iria da Azóia, Loures, Odivelas, Bucelas, Bobadela, Sacavém, Caneças e Zambujal. Entre outras peças, destacam-se «Amor à Luz de Velas», pelo Instituto de Artes do Espectáculo; «Festival da Otite», pelo Grupo de Teatro Bambolinas da Escola Secundária de Santo António dos Cavaleiros; e «13 Bocas de Navalha» pelo Grupo Farpas de Teatro.

MARIONETAS

Festival Internacional no Porto

Realiza-se a partir de hoje até 13 de Dezembro em várias instalações culturais da Cidade Invicta o Festival Internacional de Marionetas do Porto. Para os próximos dias, estão previstos os seguintes espectáculos: hoje, 21.30, «L'Enfant et les Sortilèges» encenação de Claudio Cinelli para o Círculo Portuense de Ópera, no Teatro Nacional de S. João; 3 e 4, 19 horas, «Casio Tone» por Silvia Real (Portugal) no Rivoli Teatro Municipal; 4 e 5, 19 horas, «Dieu» pelo Théâtre de L'Arc-en-Terre (França) no Balle teatro Auditório; 4, 21.30, «Dédale» pela Compagnie Philippe Genty (França) no Rivoli; 4 e 7, 24 horas, «Variações de Marionetas em Redor da Música» pela Companhia Trulé (Portugal) no Rivoli; 5, 21.30, «Bounty (dernières nouvelles de la...)» pela Companhia Amoros & Augustin (França) no Auditório Nacional Carlos Alberto; 5 e 6, 17.30, «Ginette Guirrolle - Marioneta de Bar» pela Compagnie Les Rémoiseurs (França) no foyer do Rivoli; 5 e 6, 19 horas, «Rigoletto de Verdi» pelo Kobalt Figure Theater (Alemanha) no Rivoli; 6, 23.30, «Terra Prenyada» por Joan Baixas (Barcelona, Espanha) no Balle teatro Auditório. Segundo o texto de apresentação dos seus organizadores este festival, que este ano contará com 75 espectáculos com a presença de 28 grupos de 10 países e de 3 continentes, «tem sido sempre um lugar onde, sem perder de vista a sua razão de existir, as marionetas, nos permitimos fazer todas as deambulações através de pessoas, de estéticas, de culturas, oscilando entre as fidelidades e cumplicidades para com determinados grupos e artistas e os riscos e curiosidades assumidas perante o novo, o diferente, o desconhecido».

norte-americano Matt Wilson, com Joel Frahm (saxofones), Andrew D'Angelo (saxofones e clarinetes) e Yosuke Inoue (contra-baixo).

CLASSICA

Concerto e Recital de Piano na FCG

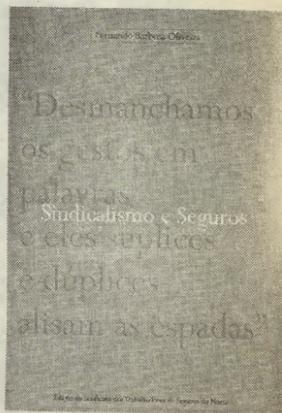


Integrado na Temporada de Música da FCG, realiza-se na próxima segunda-feira, 7, às 19 horas, no Auditório 2 da FCG, um concerto pelos Solistas da Orquestra Gulbenkian, um octeto de câmara, que interpretará obras de Gioacchino Rossini, Richard Strauss, Francis Poulenc e Jean Françaix. Igualmente na quarta-feira, 9, pelas 19 horas, no Grande Auditório da FCG, realizar-se-á um recital de piano pela pianista Tania Achat, que será integralmente preenchido com 14 Valsas e 24 Prelúdios op. 28 de Fryderyk Chopin.

«Musicalidades» na Moita

Prossegue na Moita, numa organização da Câmara Municipal desta cidade, o ciclo de música «Musicalidades» que se tem realizado em diversas igrejas do concelho. No próximo domingo, 6, pelas 16 horas, será a vez de actuar na Igreja Matriz de São Lourenço, em Alhos Vedros, o grupo vocal «Vox In Choro», constituído por membros do Coro Gulbenkian, em obras de música profana e religiosa.

LIVROS



Sindicalismo e Seguros

Da autoria de Fernando Barbosa de Oliveira - que também tem colaborado nas nossas páginas -, este livro, edição do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte. Sindicalismo e Seguros, que traz o subtítulo de «Não ao silêncio e à servidão». O livro, que foi lançado em finais de Outubro no salão nobre da Cooperativa Árvore, no Porto, reflecte sobre o fenómeno universal dos seguros e da sua relação com o conjunto da sociedade, para além de analisar o papel das seguradoras como gestoras de capital alheio. Alheios ao livro não poderiam ficar os trabalhadores e o sindicalismo, conhecido que é o papel destacado do autor como sindicalista e dirigente da classe.

REVISTAS

VÉRTICE



Vértice

Já está aí o número relativo a Setembro-Outubro da revista Vértice. Desta feita com numerosas e diversificadas colaborações «Em Estudo», que abrangem temas que vão da pedagogia à história, à economia, à actualidade política. «Em Movimento», uma «reflexão pessoal de Vamberto Freitas sobre o Suplementarismo Cultural nos Açores, e um artigo de Manuel Gusmão sobre o livro, já aqui referenciado, da autoria de Ana Paula Assunção, Fábrica de Louça de Sacavém».

Agit

E saudamos ainda a saída do nº 44 do Agit, o jornal da Juventude Comunista Portuguesa, que destaca a grande jornada ocorrida recentemente no Porto, por ocasião da cimeira que contou com a visita de Fidel. O Agit, entre outros artigos, refere-se especialmente à atribuição do Nobel a Saramago e, como não podia deixar de ser, comemora os 19 anos da JCP com uma mesa-redonda em que o passado, o presente e o futuro se reúnem em reflexão - a de como «continuar esta luta».

Do Jazz ao Tango

Também no mesmo auditório do CCB, mas no dia seguinte, sábado 5, pelas 22 horas, será a vez de se realizar um concerto único em Portugal pelo acordeonista francês Richard Galliano que será acompanhado na bateria por Daniel Humair e por um contrabaixista a anunciar, num espectáculo integrado na digressão de promoção do seu novo álbum «French Touch».



Matt Wilson

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE Beduínos

Ao que parece, a grande notícia dos últimos dias é a da série de fusões de grandíssimas empresas, não apenas do sector petrolífero mas também no sector químico e afins. Os casamentos são muitos e todos de espanto. A Exxon e a Mobil juntam os trapinhos, a Petrofina leva a Total para casa, a Hoechst e a Rhône-Poulenc vão ao altar em Aventis, na França.

Os dotes que cada uma das mega-empresas leva para a megafusão são consideráveis e contam-se em milhares de milhões. A Exxon, petrolífera norte-americana, que já era a primeira no país do Tio Sam, leva a Mobil por 76,2 mil milhões de dólares - em escudos a coisa ficou-lhe por mais de 13 mil milhões de contos; a Total, que adquiriu a Petrofina, funda nova família, a Total Fina, com um futuro feliz à sua frente, prevendo-se que realize vendas superiores a 52 mil milhões de dólares, cerca de 9 mil milhões de contos.

Tudo em grande, com números impressionantes. A «nova» Exxon Mobil Corp ficará à frente das maiores petrolíferas do mundo, e uma capitalização bolsista de mais de 42 mil milhões de contos. A Total Fina passa a constituir o sexto maior grupo petrolífero do mundo e a liderar as outras famílias francesas do ramo, ultrapassando a Elf Aquitaine que também se dizia pretendente ao casório com a Petrofina. A capitalização bolsista da «nova» Total Fina aproxima-se dos 8 mil milhões de contos.

Estes números são uma alegria, mas parece não encantarem as bolsas da generalidade dos países. Após sete semanas de subidas, a Wall Street recomeçou a escorregar e, na segunda-feira passada, o índice Dow Jones perdeu nada menos de 2,3 por cento. Abaladas, as suas manas tropeçaram. Frankfurt desceu logo 4,95 por cento e o desgosto espalhou-se: Paris registou uma descida de 4,03 por cento; Madrid, 3,17; Londres, 3,6; Hong Kong, 4,1 por cento. Em Lisboa, o feriado atrasou a consternação.

Mas nada impede, por enquanto, o são optimismo do capital, pelo menos em declarações dos seus representantes, que afirmam tratar-se de «uma correcção salutar», derivada do «senso comum» dos investidores.

Na avassaladora felicidade dos números que, no caso das megafusões, aponta para o engrandecimento do capital e atira a «sã concorrência» às urtigas, provando que a concorrer se vai ao longe na concentração de poder, outros números quase desaparecem na euforia. São os números dos desempregados que a concentração provoca. Se a concentração dá a ganhar ao capital - por exemplo a Exxon e a Mobil vão poupar quase 500 milhões de contos em custos - os trabalhadores vêem a coisa feia. Embora se anuncie que o «novo» grupo passará a ser o «maior empregador do sector» - quase 123 mil pessoas em todo o mundo - a novidade custará cerca de 9 mil postos de trabalho. Uma verdadeira poupança, dirão os investidores. Os trabalhadores, esses...

O mundo transforma-se. Fica mais global e «limpo». Em breve parecerá um asséptico deserto, com alguns oásis onde os beduínos do capital levam o seu gado a beber. Quando se esgotam ali as pastagens, levanta-se a tenda. Distribuem-se umas gorjetas aos guardas, vestidos com o rigor dos ministros. E ala para novo oásis onde outros ministros os aguardam com mais benesses e frescuras. Assim têm feito em Portugal grandes empresas sem pátria, arrecadando fundos para montarem as tendas, sugando com pressa o trabalho nacional até surgirem melhores condições «políticas e laborais» noutros jardins.

São assim os beduínos do capital. Para eles, os trabalhadores são menos importantes que os camelos.

■ Leandro Martins

Os Sindicatos da Função Pública marcaram para quinta e sexta-feira da próxima semana (dias 10 e 11) uma greve dos trabalhadores de todas as carreiras da saúde. Esta paralisação destina-se a exigir a solução de problemas específicos e a satisfação das reivindicações comuns a toda a administração pública.

Para além da exigência de aumentos salariais e da efectiva reestruturação das carreiras da Função Pública, de acordo com um comunicado da Federação sindical, os profissionais desta área social têm queixas muito próprias.

De entre elas e à cabeça, segundo a nota à imprensa, está o facto de a ministra, Maria de Belém, recusar-se desde Maio a negociar com os sindicatos. Em causa estão, recorde-se, matérias como a regulamentação do subsídio de risco, o programa privatizador da saúde, a precarização do emprego, a falta de aplicação do abono para falhas, a participação dos trabalhadores nas carreiras dos profissionais dos Serviços Gerais da Saúde, dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e dos Técnicos Superiores de Saúde.

Em resultado desta ausência de diálogo por parte da ministra assiste-se a um agudizar dos problemas na área da Saúde, na opinião dos sindicatos, que acusam o Governo de estar a preparar-se para uma vez mais «impor baixos aumentos salariais, contrariando todas as promessas eleitorais».

Lembrada no pré-aviso de greve é ainda a insistência do Governo em «fazer publicar uma alteração de carreiras que não cumpre o Acordo de 96», a qual, alerta, «vai provocar mais e piores injustiças que aquelas que o Novo Sistema Retributivo causou».

«Para mais, recusa-se a cumprir a lei de autorização legislativa ao não querer aceitar que o tempo de mudança de escalão seja igual em todas as carreiras, ao não aceitar

que os quadros sejam todos de dotação global e ao não aceitar que, quando um trabalhador chega ao último escalão da sua categoria e aí permaneça três anos, possa ser automaticamente promovido», sustenta a Federação dos Sindicatos da Função Pública, que não se conforma também com o facto de o Ministério não ter ainda aceite iniciar negociações para a regulamentação do subsídio de risco.

Sublinhado pelos sindicatos é igualmente o facto de o Ministério da Saúde continuar «sem aplicar o abono para falhas» e de querer retirar o direito de participação dos trabalhadores administrativos da direcção dos Centros de Saúde.

Lançada sobre o Executivo é também a acusação de não cum-

prir o consenso estabelecido em Dezembro de 96 para a reestruturação das carreiras dos Serviços Gerais de Saúde e de agora querer «impor uma solução que nada tem a ver com aquele acordo e que não contribui para a melhoria da prestação de cuidados aos doentes».

Verberado, noutro plano, é o processo de privatizações de serviços, instalações e equipamentos nos hospitais, que - afirmam os sindicatos - está a acentuar-se, bem como o facto de o Governo não querer mexer nas carreiras dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e dos Técnicos Superiores de Saúde, sob a alegação de que «não estava prevista essa reestruturação para os corpos especiais».

CNA III Congresso em Matosinhos

«Com a CNA e os agricultores, um mundo rural vivo» é o lema do III Congresso da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, que se realiza no próximo domingo, dia 6, na Expo-nor, em Matosinhos.

Esta iniciativa integra-se nas comemorações dos 20 anos da Confederação e tem como objectivos centrais analisar os problemas com que se debate a agricultura em Portugal, com especial destaque para a reforma da PAC e suas consequências para a lavoura e para a necessidade de aprofundar as iniciativas reivindicativas que obriguem o Ministério da Agricultura a responder positivamente às exigências dos agricultores portugueses.

Em véspera do Congresso, dia 5, decorre no Salão da Câmara Municipal de Matosinhos um Seminário Europeu - «Agenda 2000/Reforma da PAC: Que consequências para os Agricultores e para o Desenvolvimento Rural do Sul da Europa?», promovido conjuntamente pela CNA e pela AEFPR (Associação da CPE - Coordenadora Agrícola Europeia, com sede em Bruxelas).

ORT's de Lisboa hoje, em plenário

A legislação laboral e a segurança social são dois dos temas que vão preencher a ordem de trabalhos de um plenário de ORT's a realizar, hoje, nas instalações da União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa.

No encontro, com início marcado para as 14.30 horas, estarão igualmente em debate o Orçamento do Estado para o próximo ano e os serviços públicos, prevendo-se que venha a tomar posições sobre cada uma das matérias.

Contando com a presença de dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, o plenário, promovido pela União de Sindicatos de Lisboa, abordará igualmente a dinamização da acção reivindicativa, perspectivando simultaneamente o desenvolvimento das lutas sindicais até ao final do ano.

Comunistas em defesa da TAP

Os trabalhadores comunistas da TAP acusam o conselho de administração de não possuir qualquer estratégia empresarial capaz de salvaguardar os interesses da companhia e de ter optado, em conclusão com o Governo, pela sua entrega de mão beijada à Swissair.

Em comunicado dirigido aos trabalhadores e aos órgãos de comunicação social, a célula do PCP considera que são já visíveis alguns custos desse «trespasse» da transportadora área nacional para a companhia suíça, destacando, entre outros, a alienação da sua rede comercial própria, bem como a cessação do sistema de reservas de passageiros, serviço este na ordem de muitos milhões de contos que a TAP passou a adquirir à Swissair.

Entendendo que estamos perante uma estratégia neoliberal que conta com a cumplicidade do Governo visando a «formação de

megatransportadoras ou grupos de transportadoras aéreas controladas por sistema holding», de que frontalmente discordam, os comunistas da TAP defendem que a única forma «tecnicamente sustentada» de impedir a diluição acelerada da TAP na Swissair é manter «o seu próprio departamento IT e nunca abdicar do planeamento estratégico da informática».

«Não podemos permitir que a TAP seja reduzida a uma mera delegação de uma companhia estrangeira», sublinha o texto do secretariado da célula do PCP, no qual é reiterada a determinação para em conjunto com os restantes trabalhadores prosseguir a luta por uma «TAP autónoma e viável», que mantenha o estatuto de companhia de bandeira, única alternativa que do seu ponto de vista serve os interesses do País e dos trabalhadores da transportadora aérea nacional.

Foz Côa elevada a Património Mundial

As gravuras paleolíticas de Foz Côa foram ontem classificadas como Património Mundial pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, reunido em Quioto, Japão.

Mesmo antes de conhecido o resultado, ontem confirmado pelo Ministro da Cultura, o Presidente da República, Jorge Sampaio, durante o almoço comemorativo dos 25 anos da reunião clandestina do movimento dos capitães de Abril, considerou a elevação de Foz Côa a Património Mundial como «uma grande vitória da capacidade portuguesa». O que é necessário, agora, é «saber como manter este título e dar a conhecê-lo», afirmou Jorge Sampaio, para quem a decisão do governo de suspender a construção da barragem naquele local e «apostar nas gravuras e na sua internacionalização», foi uma medida acertada.

